UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Lígia Maria Mello Dias

PERFORMATIVIDADE E CIDADE: rupturas normativas nos espaços limiares ao Mercado de São José

Recife
2020

Lígia Maria Mello Dias

PERFORMATIVIDADE E CIDADE: rupturas normativas nos espaços limiares ao Mercado de São José

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profª. Dra. Julieta Maria de Vasconcelos Leite

Recife

2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

D541p Dias, Lígia Maria Mello
Performatividade e cidade: rupturas normativas nos espaços limiares ao Mercado de São José / Lígia Maria Mello Dias. – Recife, 2020.
143f.: il.

Orientadora: Julieta Maria de Vasconcelos Leite.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

Inclui referências, apêndice e anexo.

1. Performatividade. 2. Cidade. 3. Bairro de São José. I. Leite, Julieta Maria de Vasconcelos (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-169)

Lígia Maria Mello Dias

PERFORMATIVIDADE E CIDADE: rupturas normativas nos espaços limiares ao Mercado de São José

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 10/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Julieta Maria de Vasconcelos Leite (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Maria de Jesus de Britto Leite (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Cristiano Felipe Borba do Nascimento (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Roberta Ramos Marques (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Julieta Leite, por todas as discussões, as contribuições ao conteúdo do trabalho e disponibilidade, mas, principalmente, por me ajudar a desenvolver um pensamento científico.

Aos meus amigos de MDU, em especial Davi, Duda, Naru, Jéssica, Renata, Marcela e Fernanda.

À capes - Fundação de Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pelo apoio financeiro para a realização desta dissertação.

E, principalmente, à minha família por todo o apoio incondicional e paciência.

RESUMO

A partir do questionamento da ideia de uma cidade hegemônica e com estruturas totalizantes, esta dissertação toma os corpos como um modo de questionar essas estruturas normativas estabelecidas e, por isso, procura investigar como pensar a cidade para as diversas performatividades, ao levar em consideração os corpos além dos determinados normativos. Para tanto, apropria-se do conceito de performatividade da filósofa Judith Butler e utiliza os conceitos de micropolítica e macropolítica dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. A partir dos conceitos de micropolítica e macropolítica, chegou-se ao entendimento das suas composições em segmentaridades, as quais podem ser linear, circular e binária. Dessa maneira, o processo de análise do objeto de estudo, a área no entorno do Mercado de São José, foi estruturado na investigação de como se conformam algumas das suas segmentaridades, com o objetivo de caracterizar as relações de apropriação espacial pelos diversos corpos performativos. Ademais, vale destacar a questão da normatividade, que funcionou como um fio condutor para toda a pesquisa. Diante disso, chegou-se a uma interpretação das relações de apropriação do espaço urbano pelos corpos performativos, a qual resultou na enunciação de um conceito para caracterizar as áreas estudadas: os espaços performativos disruptivos. Dessa maneira, este trabalho busca contribuir para a prática do urbanismo, ao propor uma nova abordagem do urbano para a construção de uma cidade mais democrática.

Palavras-chave: Performatividade. Cidade. Bairro de São José.

ABSTRACT

From the questioning of the idea of a hegemonic city and with totalizing structures, this dissertation takes the bodies as a way of questioning these established normative structures and, therefore, seeks to investigate how to think the city for the various performativities, by taking into account bodies beyond certain norms. To this end, the work appropriates the concept of performativity of the philosopher Judith Butler and uses the concepts of micropolitics and macropolitics of philosophers Gilles Deleuze and Félix Guattari. From the concepts of micropolitics and macropolitics, it was possible to understand their compositions in segmentarities, which can be linear, circular and binary. Thus, the process of analysis of the study object, the area around the São José's Market, was structured in the investigation of how some of its segmentarities conform, with the objective of characterizing the relations of spatial appropriation by the different performativities bodies. In addition, it is worth highlighting the issue of normativity, which worked as a conduit for all the research. Therefore, an interpretation of the relations of urban space appropriation by the performativities bodies was reached, which resulted in the enunciation of a concept to characterize the studied areas: the disruptives performativities spaces. In this way, this work seeks to contribute to the practice of urbanism, proposing a new approach of the urban for the construction of a more democratic city.

Keywords: Performativity. City. São José neighborhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nu cubista, Alexandra Exter 21
Figura 2 – Primavera secundarista 31
Figura 3 - Primavera secundarista 31
Figura 4 - Femme Maison, Louise Bourgeois 32
Figura 5 - Segmentaridades nas sociedades primitiva e moderna 36
Figura 6 - Marquise do parque Ibirapuera 41
Figura 7 - Ocupação Marielle Franco, no Recife 41
Figura 8 - Área de estudo da dissertação 43
Figura 9 - Estrutura síntese da análise das fotos na segmentaridade binária 48
Figura 10 - Área de estudo da dissertação 52
Figura 11 - Plano urbanístico de Pieter Post 53
Figura 12 - Mercado de São José 57
Figura 13 - Região Político Administrativa 1 (RPA) 61
Figura 14 - ZEPH 10 62
Figura 15 - Mercado de São José 63
Figura 16 - Basílica da Penha 63
Figura 17 - Espaços livres próximos ao Mercado de São José 67
Figura 18 - Mercado de São José como uma centralidade 69
Figura 19 - Quadra do Mercado de São José em fevereiro de 2019 69
Figura 20 - Quadra do Mercado de São José em agosto de 2019 70
Figura 21 - Rua das Calçadas 71
Figura 22 - Percurso dos corpos 71
Figura 23 - Panelas, produtos em couro e roupas 71
Figura 24 - Percurso dos corpos 71
Figura 25 - Feira 72
Figura 26 - Percurso dos corpos 72
Figura 27 - Boxe com ervas 72
Figura 28 - Percurso dos corpos 72
Figura 29 - Os vários círculos de ocupação na área 73
Figura 30 - Diagrama da segmentaridade circular na área de estudo 74
Figura 31 - Ocupação informal na rua das Calçadas 77
Figura 32 - Quiosque na rua das Calçadas 78
Figura 33 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 32 78

Figura 34 - Quiosque na rua das Calçadas 79
Figura 35 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 34 79
Figura 36 - Rua das Calçadas 80
Figura 37 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 36 80
Figura 38 - Rua das Calçadas 81
Figura 39 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 38 81
Figura 40 - Ocupação informal ao norte do Mercado de São José 83
Figura 41 - Vendedoras em barracas mais fixas 84
Figura 42 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 41 84
Figura 43 - Barracas com estruturas mais fixas e edifícios ao fundo 84
Figura 44 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 43 85
Figura 45 - Corredor entre fachadas e barracas 86
Figura 46 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 45 86
Figura 47 - Feira do Mercado de São José 88
Figura 48 - Praça Dom Vital 88
Figura 49 - Esquema com a figura das pessoas na figura 48 89
Figura 50 - Praça Dom Vital 90
Figura 51 - Esquema com a figura das pessoas na figura 50 90
Figura 52 - Praça Dom Vital 91
Figura 53 - Esquema com a figura das pessoas na figura 52 91
Figura 54 - Praça Dom Vital 92
Figura 55 - Esquema com a figura das pessoas na figura 54 92
Figura 56 - Feira 93
Figura 57 - Esquema com a figura das pessoas na figura 56 93
Figura 58 - Feira 94
Figura 59 - Esquema com a figura das pessoas na figura 58 94
Figura 60 - Rua ao lado da fachada sul do Mercado de São José 95
Figura 61 - Esquema com a figura das pessoas na figura 60 95
Figura 62 - Fachada posterior do Mercado de São José 96
Figura 63 - Esquema com a figura das pessoas na figura 62 96
Figura 64 - Área de flores e ervas 98
Figura 65 - Quiosques e rua 98
Figura 66 - Esquema com a figura das pessoas na figura 65 99
Figura 67 - Corredor entre fachadas e quiosques 99
Figura 68 - Esquema com a figura das pessoas na figura 67 100

Figura 69 - Barracas com flores e ervas limiares aos bosques 100
Figura 70 - Esquema com a figura das pessoas na figura 69 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese do conceito de performatividade 33
Quadro 2 - Síntese dos conceitos da sessão 3.1 39
Quadro 3 - Síntese das etapas de trabalho 45
Quadro 4 - Síntese da segmentaridade linear 65
Quadro 5 - Direcionamentos para a análise da segmentaridade binaria 75
Quadro 6 - Síntese dos aspectos espaciais da área [01] 82
Quadro 7 - Síntese sobre os personagens da área [01] 82
Quadro 8 - Síntese sobre a estrutura espacial da área [02] 87
Quadro 9 - Síntese sobre os personagens da área [02] 87
Quadro 10 - Síntese sobre a estrutura espacial da área [03] 97
Quadro 11 - Síntese sobre os personagens da área [03] 97
Quadro 12 - Síntese sobre a estrutura espacial da área [04] 101
Quadro 13 - Síntese sobre os personagens da área [04] 102
Quadro 14 - Síntese da contraposição corpo e espaço 107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO 13

1.2 OBJETIVOS 17

1.3 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 17

2 A CORPOREIDADE COMO UMA CONSTRUÇÃO CONTEXTUAL: PERFORMATIVIDADE E SUA CONDIÇÃO POLÍTICA 20

2.1 APROXIMAÇÕES ENTRE O CORPO E A CIDADE 20

2.2 CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PERFORMATIVIDADE 23

2.3 A PERFORMATIVIDADE COMO AÇÃO POLÍTICA 29

3 PROCESSO METODOLÓGICO: UM PERCURSO PELAS CONFORMAÇÕES DOS MODOS DE VIDA, A MACROPOLÍTICA E A MICROPOLÍTICA 34

3.1 DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS DE MICROPOLÍTICA E MACROPOLÍTICA 34

3.2 OS ASPECTOS NORMATIVOS "ENTRE" A CIDADE E OS CORPOS PERFORMATIVOS 39

3.3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE 42

3.3.1 O objeto de estudo: o entorno do Mercado de São José 43

3.3.2 Metodologia analítica: as segmentaridades 44

3.3.2.1 Capítulo 04: a segmentaridade linear 45

3.3.2.2 Capítulo 05: a segmentaridade circular 46

3.3.2.3 Capítulo 06: a segmentaridade binária 47

3.3.2.4 Capítulo 07: os resultados 49

4 SEGMENTARIDADE LINEAR: A CONSTRUÇÃO DE UMA ATMOSFERA E AS FORMAS DE CONTROLE OPERANTES NA ÁREA DE ESTUDO 50

4.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ATMOSFERA COMERCIAL DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ 50

4.2 OS PERSONAGENS DA ÁREA DE ESTUDO 58

4.3 OS ASPECTOS URBANÍSTICOS NORMATIVOS 60

4.4 SÍNTESE DOS ASPECTOS IDENTIFICADOS ATRAVÉS DA SEGMENTARIDADE LINEAR 65

5 SEGMENTARIDADE CIRCULAR: AS FORMAS DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 66

5.1 SÍNTESE DOS ASPECTOS IDENTIFICADOS ATRAVÉS DA SEGMENTARIDADE CIRCULAR 74

6 SEGMENTARIDADE BINÁRIA: A PERFORMATIVIDADE E A CIDADE ENTRE A DUALIDADE DO NORMATIVO E DO NÃO NORMATIVO 76

6.1 AS ESTRUTURAS ESPACIAIS E AS CORPOREIDADES DOS SEUS PERSONAGENS 76

6.1.1 Produtos diversos na rua das Calçadas [01] 76

6.1.1.1 Descrição das fotos: rua das Calçadas [01] 78

6.1.1.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [01] 82

6.1.2 Área com panelas, produtos em couro e roupas [02] 83

6.1.2.1 Descrição das fotos: área com panelas, produtos em couro e roupas [02] 84

6.1.2.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [02] 87

6.1.3 A feira [03] 88

6.1.3.1 Descrição das fotos: a feira [03] 88

6.1.3.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [03] 97

6.1.4 Área com flores e ervas [04] 97

6.1.4.1 Descrição das fotos: área com flores e ervas [04] 98

6.1.4.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [04] 101

7 RESULTADOS: INTERSEÇÕES ENTRE A CIDADE E O CORPO 103

7.1 ESPAÇOS PERFORMATIVOS DISRUPTIVOS 108

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ABERTURAS 111

REFERÊNCIAS 116

APÊNDICE A – POSTURAS DOS PERSONAGENS DA ÁREA DE ESTUDO 120

ANEXO A – PRINCIPAIS ARTIGOS, INCISOS E PARÁGRAFOS DAS LEGISLAÇÕES UTILIZADAS NA PESQUISA 140

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

> Uma forma cômoda de se travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre. Na nossa pequena cidade, talvez por efeito do clima, tudo se faz ao mesmo tempo, com o mesmo ar frenético e distante (CAMUS, Albert, 1947, p. 7).

A partir desse trecho da obra literária de Albert Camus, várias possibilidades podem surgir sobre como pensar modos para se conhecer uma cidade. Entretanto, uma coisa comum aos momentos da vida trazidos pelo escritor – o trabalho, a morte e o amor – é a corporeidade como categoria indispensável para a existência dos sujeitos urbanos. O corpo, através da sua materialidade e percepção, é o meio capaz de absorver a sua experiência na cidade e a performar no seu cotidiano. Esse performar pode ser feito através de ações relacionadas a uma movimentação corporal mais especializada, como os trabalhos manuais, o caminhar, andar de bicicleta, mas também uma movimentação subjetiva, como a dança, a performance etc. A relação entre o corpo e a cidade é indispensável e o relacionamento funciona de maneira recíproca, porque, ao mesmo tempo que a cidade é vivida através do corpo, o corpo é o responsável por fazer a cidade.

Essa relação intrínseca existente entre o corpo e a cidade levou a arquiteta e urbanista Paola Berenstein Jacques (2008) a desenvolver o conceito de corpografias[1], como as marcas e registros deixados nos corpos pelos percursos e experiências urbanas já vivenciadas. Um aspecto interessante do conceito de corpografia é a ideia trazida de uma interiorização da cidade no corpo. A partir do entendimento desse conceito foram desdobrados questionamentos sobre como e em que os elementos registrados e interiorizados da cidade no corpo se estruturam. Dessa maneira, nesta dissertação foi tomado o conceito de performatividade desenvolvido pela filósofa americana Judith Butler, o qual aborda com um olhar político essas marcas deixadas pelas estruturas sociais e culturais, e, consequentemente, a cidade. Butler (2019) define o conceito de performatividade como um tipo de representação ontológica do sujeito. A filósofa questiona, através da performatividade, os padrões corporais

[1] Segundo Paola Jacques (2008), as corpografias são um tipo de cartografia inscrita no corpo, na qual estão desenhadas as memórias e as experiências urbanas. “Uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita, mas também configura o corpo de quem a experimenta”. Apesar de não ser um conceito central desta dissertação, o conceito de corpografias foi o início do percurso responsável por levar ao interesse pelas questões corporais na cidade. Por isso, achou-se relevante a narração da trajetória que leva ao encontro com as inquietações trazidas aqui.

determinados por uma sociedade regida por um poder central, o qual procura podar e controlar qualquer tipo de diversidade ou multiplicidade, seja ela racial, de gênero, de classe etc.

A normatividade é tomada nesta dissertação como os padrões determinados pelos poderes existentes na sociedade, que acabam por discriminar ou excluir alguns corpos das estruturas "legitimas" das organizações sociais. Os "poderes" podem ser tanto as estruturas administrativas, quanto os padrões comportamentais e de representação corporal determinados pelas tradições, imaginários, consumo etc. Os corpos legitimados pela normatividade são os que se enquadram de acordo com a norma, já os "não legítimos" estão em confronto com ela. Uma característica muito presente na não normatividade é a informalidade. Os corpos considerados informais, muitas vezes, têm os seus direitos violados. Por exemplo, o direito universal à moradia, o qual os moradores de favelas e ocupações são ameaçados constantemente com o risco de remoções forçadas. Outro exemplo são os imigrantes ilegais, que não possuem acesso à saúde e à educação, porque os seus corpos não são reconhecidos pelo Estado. Nesse contexto, o corpo torna-se um objeto de luta por um reconhecimento das diversas existências pelas estruturas sociais normativas. Talvez seja possível afirmar que o corpo performativo, em sua condição não normativa, busca, muitas vezes, uma ressignificação das estruturas na tentativa de ser visibilizado.

As estruturas da normatividade, atuantes tanto no corpo, como na cidade, podem ser abordadas a partir do entendimento de micropolítica e macropolítica, apresentado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996). Para os autores, a micropolítica e a macropolítica coexistem na sociedade e compõem juntas uma estrutura política social. Essa estrutura é baseada na percepção de uma sociedade composta por segmentos do fazer no cotidiano: morar, trabalhar, circular, brincar. Os autores caracterizam tais segmentos[2] do fazer em três tipos: i) a segmentaridade linear, que corresponde não só aos processos históricos, sociais, culturais, mas também aos processos presentes na vida do sujeito, a vida escolar, universitária, o trabalho etc.; ii) a segmentaridade circular, que diz respeito às configurações de algumas ocupações, ao tomar o círculo como processo de interpretação. Assim, algumas ocupações podem ser concêntricas – partirem de um mesmo centro de poder – ou terem vários

[2] Durante o corpo da dissertação, os tipos de segmentaridade determinados por Deleuze e Guattari serão explicados mais detalhadamente.

centros; iii) por fim, a segmentaridade binária, que representa os grandes dualismos sociais: branco e negro, rico e proletário, velho e novo, homem e mulher etc.

A partir dessa noção de segmentaridades, interpretam-se as forças micropolíticas e macropolíticas existentes na cidade; e, através da micropolítica e macropolítica, é possível mediar a relação entre o corpo performativo e a cidade, considerando um olhar voltado para as normatividades impostas. A micropolítica corresponde aos desejos[3] que movem uma sociedade individual e coletivamente. Ela é fluxo e intensidade. Já a macropolítica se relaciona às estruturas totalizadoras e visíveis da política. Ela é fluxo da micropolítica canalizado e sedimentado como uma grande estrutura social.

Dessa maneira, olhar para as relações entre performatividade e cidade, através da perspectiva macropolítica e micropolítica, pode ser um caminho para visualizar como acontecem os embates e as convivências no espaço. Além disso, é interessante a perspectiva de abordar a performatividade e o pensar a cidade por meio de uma análise que aborda a micropolítica e a macropolítica, porque, tanto a questão performativa, como os conceitos trazidos por Deleuze e Guattari, explora uma condição do existir sem contenção. Uma condição da existência na qual a multiplicidade é concebível em todas as suas escalas, inclusive a corporal, a psicológica, a social, a cultural etc.

Ao tomar o contexto da cidade, principalmente ao pensar na luta pelo direito à cidade, muitos modos de performatividade questionadores da normatividade podem ser citados. Esses modos de corporeidade estão presentes em grupos engajados em ocupações de imóveis desocupados nos grandes centros urbanos, em trabalhadores do comércio informal, em moradores de rua, em coletivos de luta pelo direito à cidade etc. Por meio dos seus corpos, esses grupos questionam uma produção de cidade que parte de uma perspectiva totalizante, na qual se toma que existe "um homem ideal, e portanto a cidade ideal, tem um único gênero, raça e sexualidade que regulam tudo, inclusive nosso imaginário" (MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor, 2019). Dessa maneira, atravessada por esses questionamentos e contexto, a dissertação busca pesquisar novas possibilidades de abordagem da cidade, para refletir sobre **como pensar a cidade para as diversas performatividades, ao levar em consideração os corpos além dos determinados normativos?**

[3] Nesta dissertação, o termo "desejo" é utilizado segundo a abordagem realizada por Deleuze e Guattari, como algo além do significado do verbo "desejar": uma vontade, a qual pode provocar devires. Entretanto, vale ressaltar que o desejo não é objeto-chave para a dissertação, embora apareça em alguns momentos por perpassar a obra dos filósofos.

Para a observação e investigação de alguns modos de performatividade na cidade, é tomado como objeto de estudo a quadra onde está localizado o Mercado de São José, na cidade do Recife. A quadra é cortada por dois bairros, Santo Antônio e São José, e localiza-se em uma área histórica. Além disso, é um lugar que apresenta, historicamente, características comerciais e populares, o que facilita o acesso às diversas camadas sociais. A área é atravessada por aspectos formais e informais, tanto no que tange à apropriação do espaço, como na utilização do lugar pelo corpo. Assim sendo, a área permite diversas possibilidades para explorar o problema de pesquisa. No entanto, vale evidenciar a decisão de não investigar o espaço interno do Mercado, ao preferir observar os corpos em contexto sem a imposição de um programa arquitetônico de usos, porquanto a pesquisa se voltou para as relações entre o corpo e a cidade.

Durante a pesquisa, outro aspecto importante que marcou a investigação da área de estudo é a relação prévia existente entre a pesquisadora e esse espaço da cidade. Essa relação acabou por influenciar os olhares lançados sobre a área, ao destacar as atividades comerciais desenvolvidas no espaço. Historicamente, como será mostrado, a área se caracteriza bastante pelo seu uso comercial. No entanto, outras dimensões também compõem o espaço, como algumas manifestações e tradições culturais, as quais acabaram por não serem exploradas nesta dissertação.

As cidades com as suas camadas normativas - mas também não normativas - abrigam as diversas performatividades. Como um espaço político, a cidade possibilita o encontro entre as performatividades e, também, entre o determinado normativo e não normativo. Por isso, nem sempre essa convivência entre os diversos corpos performativos é pacífica, porém tal coexistência é uma realidade em espaços públicos, a qual se precisa levar em consideração no fazer e pensar a cidade. Em um contexto em que a prática do urbanismo está em processo de transição[4], é importante pensar em novas abordagens sobre o espaço urbano, pois pensar a cidade apenas para as performatividades adequadas a uma normatividade acaba por reforçar uma prática necropolítica das camadas de poder, como comenta Judith Butler sobre as formas de governar no sistema liberal contemporâneo. Os arquitetos Felipe Moreira e Vitor Nisida

[4] Em sua tese, a arquiteta Adriana Sansão (2011) relata a necessidade de mudança nos modos de abordar a cidade. Segundo Sansão, está em curso um processo de transição da cidade moderna para a contemporânea. E essa transitoriedade também é necessária na prática do urbanismo, visto que ela ainda se assemelha ao "urbanismo tradicional e moderno, menos acelerado e mais estável" (p. 1).

(2019) explicam como o exercício do urbanismo colabora com uma prática necropolítica[5] de administração pública:

> Se a eliminação da vida tem como base o extermínio pelos tiros, socos e chutes, a eliminação físico-espacial é praticada por violações cotidianas e se concretiza em projetos, intervenções urbanas e também por programas públicos, que invertem a lógica de propriedade da ação estatal e aparelham saberes de campos como da arquitetura e do urbanismo (MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor, 2019).

Nesse contexto de reformulação das estratégias do pensar a cidade, sejam essas estratégias mais reativas ou propositivas, esta dissertação se coloca como um processo reflexivo do pensar a cidade, a partir dos corpos que a ocupam e das forças políticas normativas que a atravessam. Uma maneira de olhar para os espaços urbanos através de novas lentes e ajudar a construir uma cidade mais democrática.

1.2 OBJETIVOS

O **objetivo principal** da dissertação é caracterizar as relações de apropriação do espaço urbano pelos diversos corpos performativos – através de uma perspectiva normativa ou não normativa – e estruturada nas segmentaridades linear, circular e binária. Dessa maneira, os **objetivos específicos** da dissertação são: (I) Descrever os conceitos de performatividade, micropolítica, macropolítica e segmentaridade, pois são importantes para o desenvolvimento da pesquisa de campo; (II) Elaborar uma estrutura de investigação da área através das segmentaridades linear, circular e binária; (III) Interpretar as relações de apropriação do espaço urbano pelos corpos performativos a partir da normatividade.

1.3 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em duas partes. A **primeira parte** continua a discussão iniciada na introdução e apresenta dois capítulos com informações sobre os conceitos-chave para o desdobramento do trabalho. Já a **segunda parte** é voltada para a aplicação dos conceitos através de uma análise do recorte espacial da dissertação – a quadra do Mercado de São José – e a apresentação de comentários sobre alguns resultados.

[5] Segundo Butler (2019), o conceito de "necropolítica" foi formulado pelo filósofo Achille Mbembe para designar "políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitem que as pessoas morram" (p. 17).

Dessa maneira, o **segundo capítulo** da primeira parte da dissertação discute e explana sobre o corpo performativo. Primeiramente, o texto traz uma aproximação entre o corpo e a cidade e algumas maneiras de olhar para a relação entre esses dois campos. Em seguida, o conceito de performatividade é trazido segundo a construção realizada pela filósofa Judith Butler. Para isso, alguns autores utilizados pela filósofa na sua formulação do conceito são discutidos, sendo eles: o filósofo Maurice Merleau-Ponty e a filósofa Simone de Beauvoir. A condição política do corpo performativo é uma das suas principais características, principalmente no que tange à normatividade. Por isso, é apresentada uma discussão sobre as camadas políticas na performatividade e o seu poder de questionar as normatividades estabelecidas pelos centros de poder existentes na sociedade.

Ainda na primeira parte da dissertação, o **terceiro capítulo** continua a trazer não apenas contribuições teóricas para o desenvolvimento do trabalho, mas também traz o percurso metodológico para a construção da pesquisa de campo. Assim, são apresentados os conceitos de micropolítica e macropolítica, fundamentados na ideia sobre segmentaridades linear, circular e binária, dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Em seguida, propõe-se uma aproximação, ainda teórica, dos conceitos de micropolítica, macropolítica cidade e corpo performativo. Por fim, o processo metodológico a ser desenvolvido na segunda parte da dissertação é descrito e algumas escolhas são justificadas. A análise é dividida de acordo com as segmentaridades. Ou seja, cada etapa da análise corresponde a uma segmentaridade – linear, binária e circular.

O **quarto capítulo**, já na segunda parte da dissertação, diz respeito a uma análise da área considerando a segmentaridade linear. Nele serão apresentadas a história da formação da atmosfera da área; a identificação dos seus personagens e suas representações no espaço estudado; e algumas normas administrativas e de controle urbano da região. O **quinto capítulo** corresponde a leitura do espaço a partir da ideia de segmentaridade circular, por meio da qual serão discutidas as formas como a área de estudo foi apropriada e ocupada pelos personagens, acabando por formar pequenos recortes na ocupação da quadra. O **sexto capítulo** traz a análise baseada na segmentaridade binária, a qual investiga as relações de dualidade entre as performatividades e a cidade, atravessados pela questão da normatividade. Por último, o **sétimo capítulo** traz comentários sobre as questões e os resultados encontrados durante a análise da área de estudo. Para isso, retoma informações trazidas no trabalho, tanto teóricas, como características identificadas na área durante a pesquisa de campo. Assim, as informações são costuradas e o problema de pesquisa é perpassado por questionamentos e

observações sobre o fazer a cidade para os diversos corpos performativos, para além de uma normatividade.

Na **conclusão** do trabalho, os resultados expostos no capítulo seis são retomados para discutir o problema proposto no início da dissertação. Assim, as informações revistas são atravessadas por uma visão crítica de algumas ações da prática urbanística atual na cidade do Recife, principalmente, ao relacionar a ação da prefeitura com o entendimento construído pela pesquisa de "espaços performativos disruptivos". Cabe salientar os **anexo A e apêndice A**, pois neles são encontradas as legislações que permearam a análise do normativo ou não no espaço urbano e o registro fotográfico realizado pela autora de todos os personagens identificados na área.

2 A CORPOREIDADE COMO UMA CONSTRUÇÃO CONTEXTUAL: PERFORMATIVIDADE E SUA CONDIÇÃO POLÍTICA

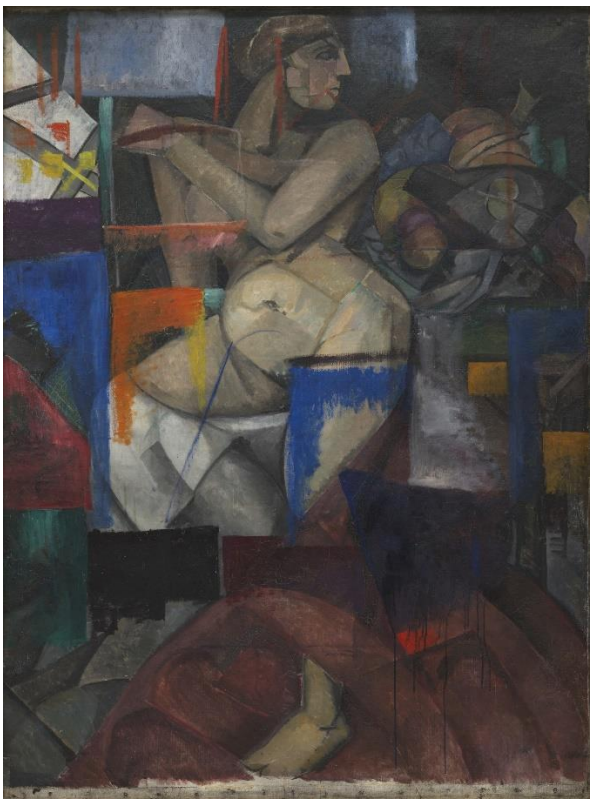
Este capítulo propõe uma descrição do conceito-chave desta pesquisa: a performatividade, exposição indispensável para o trabalho, visto que toda a observação realizada em campo é baseada na discussão desse conceito. Para isso, inicialmente, são tecidos alguns comentários sobre a relação intrínseca entre o corpo e a cidade, a qual se conforma de maneira quase simbiótica, sendo tanto o corpo quanto a cidade construídos um pelo outro. Em seguida, o conceito de performatividade de Judith Butler é explicado, ao trazer os autores utilizados como base pela filósofa: J. L. Austin, Simone de Beauvoir e Maurice Merleau-Ponty. Por fim, são levantadas questões em torno da performatividade a partir do seu caráter político, principalmente, ao tratar da normatividade.

2.1 APROXIMAÇÕES ENTRE O CORPO E A CIDADE

A cidade, assim como a arquitetura, é uma experiência corporal, pois, como foi apontado pelo filósofo Maurice Merleau-Ponty (2006), o corpo é o meio através do qual o sujeito se relaciona, processa e habita o mundo. Dessa maneira, é possível olhar para essa coexistência entre o corpo e a cidade a partir de duas perspectivas. A primeira trata de como o corpo absorve o espaço onde está inserido; e a segunda, de como o corpo transforma o espaço em que habita. Para caracterizar melhor essas duas perspectivas, são trazidas aqui as ideias de dois teóricos: o arquiteto e urbanista Bruno Zevi (2009), com o seu entendimento do corpo como meio de processamento da experiência espacial; e o sociólogo Richard Sennett (2008), na sua busca por entender como a corporeidade é transposta na arquitetura e no urbanismo.

Bruno Zevi (2009) utiliza o entendimento das dimensões existentes em um desenho para perceber como a experiência do corpo no espaço se desenvolve. De acordo com o arquiteto, o espaço arquitetônico é formado por quatro dimensões e, para explicá-las, ele relaciona a arquitetura com a pintura, evidenciando um novo olhar a respeito do conceito de perspectiva. No início, a pintura possuía uma perspectiva com três dimensões: altura, profundidade e largura. A partir do século XX, com o surgimento do movimento cubista, uma nova dimensão foi introduzida: a do tempo. O movimento do corpo passou a ser registrado nas obras através da marcação da passagem do tempo com a sobreposição e distorção das cenas pintadas (fig. 1).

Figura 1 - Nu cubista, Alexandra Exter



Fonte: The Museum of Modern Art, 1912.

Assim como na pintura cubista, a dimensão do tempo também faz parte da perspectiva do espaço arquitetônico e urbano e é imprescindível à sua verdadeira apreensão, porquanto "todas as obras de arquitetura, para serem compreendidas e vividas, requerem o tempo da nossa caminhada, a quarta dimensão" (ZEVI, B., 2009, p. 23), e o caminhar é uma prática essencialmente corporal. Nesse sentido, vale pontuar que é por meio do corpo que se absorve o espaço no qual o sujeito está inserido. O corpo, ao vivenciar o espaço, entende como ele se organiza e, ao ser afetado, incorpora suas normas e sua estrutura. Portanto, o corpo escolhe se adaptar e se condicionar ao funcionamento de um espaço ou não – ao causar uma ruptura ou uma transgressão às normas locais.

Outra perspectiva para olhar a relação intrínseca entre o corpo e a cidade é a leitura realizada por Richard Sennett, no seu livro "Carne e pedra" (2008), que apresenta a construção e a organização das cidades a partir do corpo. Diferentemente do olhar lançado por Zevi, Sennett observa como as diversas questões sociais, históricas e políticas que perpassam o corpo resultam na organização do espaço urbano e arquitetônico ao longo da história ocidental. Inclusive, o autor assinala como a dissolução de uma imagem dominante de corpo no espaço urbano é responsável por possibilitar que múltiplas existências - raciais, sociais e de gênero -

possam conviver no mesmo lugar e, assim, provocar "alterações que macularam e subverteram a forma e o espaço urbano onde, todavia, foi a própria natureza do corpo humano - necessariamente incoerente e fragmentada - que contribuiu para gerar direitos e dignificar as diferenças" (2008, p. 23).

Como exemplo do raciocínio construído por Sennett em sua obra, têm-se aqui dois trechos nos quais o autor discorre sobre o gueto judeu em Veneza e sobre a área do Greenwich Village nos anos de 1970, em Nova Iorque. Na Veneza dos séculos XVI e XVII, os judeus só podiam transitar pela cidade no decorrer do dia. Durante a noite, eles precisavam voltar para o gueto, onde ficavam completamente isolados, pois o gueto era uma ilha, na qual, a partir de um determinado horário, a única ponte de acesso era suspensa. A aversão ao corpo judeu – não cristão – criava mecanismos de organização espacial que o isolava espacialmente na cidade e restringia a sua circulação.

Já no caso do Greenwich Village, o autor faz um relato de como, no mesmo espaço, estavam presentes grupos distintos: famílias italianas, gregas e judias; adolescentes dormindo ao relento; cantores de folk; usuários de drogas e traficantes. Afinal, "Nova Iorque nasceu em uma vastidão de terras desocupadas" (SENNETT, R., 2008, p. 291), e suas quadras e lotes foram conformados de maneira uniforme. Contudo, o autor chama a atenção para a forma como os diversos grupos "convivem". Na verdade, diz Sennett, "nossa ágora só existe na aparência" (p. 289), pois o individualismo moderno silenciou as ruas, não acolhe as diferenças e simplesmente não enxerga o outro.

No contexto brasileiro, através das questões que perpassam o corpo, também é possível entender a aversão às ruas das classes sociais mais abastadas, principalmente nas cidades com origens coloniais, e o porquê de a lógica de produção das cidades brasileiras ainda fomentar uma cidade voltada para o espaço privado. A arquiteta e urbanista Lúcia Leitão, na sua obra "Quando o ambiente é hostil" (2014), mostra, a partir da obra de Gilberto Freyre, as origens desse problema, o qual é possível atravessá-lo com questões da corporeidade do morador da cidade. Segundo a autora, o início do desenvolvimento das cidades brasileiras representou uma perda de poder e de controle ao dono de engenho, porque é característico da vida urbana o anonimato e a coletividade, "em muitos sentidos incompatíveis com os interesses dos senhores patriarcais do Brasil colônia" (p. 78). Ou seja, estar na cidade significaria, de certo modo, uma maior liberdade aos corpos, principalmente às mulheres, aos trabalhadores livres e aos ex-escravizados, afinal, estariam fora do controle visual do senhor de engenho. Contudo,

os costumes e o poder ainda concentrados nas mãos dos donos de engenho foram o suficiente para a construção de uma ideia de rua como algo desprestigiado e atemorizante para mulheres e crianças e destinado apenas aos homens. Nos dias de hoje, alguns aspectos dessas ideias ainda habitam o imaginário de muitos moradores das cidades brasileiras.

Essas perspectivas sobre modos de olhar a cidade a partir do corpo ou olhar o corpo a partir da cidade, trazidas aqui, mostram alguns aspectos de como é inseparável a relação entre essas duas categorias de análise desta dissertação: o corpo e a cidade. A condição contextual da corporeidade também está presente nessas perspectivas apresentadas, visto que a formação do espaço e da corporeidade forma um tipo de ciclo, que depende das circunstâncias envolvidas. Esse ciclo poderia ser pensado com a seguinte estrutura: um corpo passado – atravessado por questões históricas, culturais e sociais do seu tempo – produz uma cidade à sua imagem e semelhança. Com o passar do tempo, os usuários da cidade mudam, porém alguns espaços continuam semelhantes e afetam o seu usuário da mesma maneira, assim como permanecem a memória histórica e cultural desse povo. Dessa maneira, a corporeidade se desenvolve de acordo com o contexto, e o espaço é uma peça fundamental tanto para promover um esquema corporal, como para expressar nele a corporeidade de um determinado grupo social.

Um conceito-chave para olhar a corporeidade como algo contextual é o da performatividade. A performatividade, como tratada pela filósofa Judith Butler, aborda justamente esse entendimento do processo de construção de um corpo atravessado por questões históricas, culturais e sociais e foi escolhido como conceito norteador no processo de investigação desta pesquisa. Por isso, segue-se agora para o desvelamento do que é a performatividade, a partir da contextualização de como Butler desenvolveu esse conceito.

2.2 CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PERFORMATIVIDADE

Como já mencionado, a filósofa americana Judith Butler é a responsável por desenvolver o conceito de performatividade utilizado nesta dissertação. O trabalho desenvolvido por Butler é mais conhecido por tratar de questões de gênero e feminismo através do entendimento do conceito de performatividade. Apesar da temática sobre a constituição de gênero não ser objeto de estudo central deste trabalho, muitos exemplos perpassam esse universo, pois foi ele que originou o conceito. Inicialmente, esse termo tem a sua origem na filosofia da linguagem com J. L. Austin e passa por um processo de transformação ao ser apropriado por Butler. A palavra “performatividade” foi usada pela primeira vez por Austin, em 1955, para designar

verbos que emitem ações levando em conta convenções, contextos, finalidades e intenções dos falantes. Segundo Austin, existem dois tipos de verbo: o **constativo**, relacionado aos verbos usados para descrever e afirmar; e os **performativos**, responsáveis por exprimir ações através de atos, como referenciado anteriormente. Como exemplo de atos performativos, podem-se apontar algumas situações: "Deus geralmente recebe o crédito pelo primeiro ato performativo: "Faça-se a luz!", e então, de repente, a luz passa a existir. Ou presidentes que declaram guerra e geralmente a veem se realizar como resultado de suas declarações" (BUTLER. J., 2019, p. 35).

A partir desse contexto conceitual do ato performativo, Butler estabelece uma relação entre a performatividade oriunda da filosofia da linguagem com o processo de afetação e construção da corporeidade. Para a filósofa, a ação de nomear algo transfere para a "coisa" diversos significados e características. Por exemplo, quando um bebê nasce, e o médico – ou alguém – declara que se trata de uma menina ou de um menino, automaticamente diversos aspectos do nosso imaginário são transpostos para aquele ser humano. Entre esses aspectos está como o corpo representa o gênero feminino ou masculino através da sua gesticulação. Assim, a categorização de algo através da nomeação é responsável por imprimir marcas performativas na corporeidade. A partir dessa conexão entre a linguagem e o corpo, por intermédio da performatividade, Butler constrói a sua concepção do conceito. Além das ideias iniciais expostas por Austin, a autora conecta dois campos do saber para construir teoricamente o conceito de performatividade, propriamente dito: as ideias sobre o corpo contidas na fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty e a teoria existencialista e feminista de Simone de Beauvoir.

A filósofa francesa Simone de Beauvoir contribui para o conceito de performatividade, principalmente, através das suas ideias discutidas no livro "*Le deuxième sexe*" (1949), trabalho no qual a sua célebre frase foi publicada: "não se nasce mulher, torna-se uma". No livro, a filósofa explora a condição da mulher através de um olhar existencial e feminista, além de diferenciar os conceitos de sexo e gênero. É essa diferenciação construída por Beauvoir que colabora com o conceito de performatividade de Butler, pois o sexo é visto como algo adquirido naturalmente, enquanto que o gênero é algo construído social e historicamente e, consequentemente, uma escolha política incorporada pelo sujeito. Dessa maneira, quando um bebê nasce e é nomeado como um homem ou uma mulher, esse ser humano no decorrer da sua vida é enquadrado por uma máquina padronizante e normativa e tem as suas disposições e vontades homogeneizadas para se adequar a um certo tipo

estabelecido. Contudo, é importante lembrar a existência das possibilidades não normativas e as rupturas, em todos as camadas performativas além do gênero. Segundo Butler, essas rupturas estão presentes, principalmente, nos grupos reunidos com vidas marcadas "pelas formas induzidas de condição precária" (2019, p. 17), ou seja, qualquer corpo não legitimado pelos poderes atuantes - ou não legalizado.

Assim, através da distinção entre sexo e gênero realizada por Beauvoir, Butler desenvolve um argumento sobre como o corpo se constrói, de uma certa maneira, ao basear-se e enfatizar o significado do verbo "tornar-se" utilizado na frase citada acima, no livro "*Le deuxième sexe*". O sexo é algo teoricamente natural, o ser humano nasce com ele. Todavia, o gênero é "um aspecto da identidade gradualmente adquirido" (BUTLER, 1986), no qual o corpo é o principal instrumento para representá-lo. Dessa forma, a gestualidade – o corpo performativo – é formada a partir de "uma contínua interpretação dos corpos que estão posicionados na dinâmica de um campo de possibilidades culturais" (1986). É possível relacionar a performatividade com a palavra "gestualidade", porquanto ambas propõem, em seus sentidos, a existência de uma fala produzida através de movimentos que comunicam algo para um ator receptor interpretar em um determinado contexto social. Entretanto, a gestualidade, não enfatiza o caráter político da escolha a ser representada corporalmente.

Em um trabalho publicado mais recentemente (2019), Butler discorre mais sobre esse processo de "escolha" na construção da performatividade, ao excluir a possibilidade de um processo completamente racionalizado. No entanto, a filósofa transfere o caráter racional da representação performativa para uma "escolha" de posicionamento político:

> Quando, muito tempo atrás, eu disse que o gênero é performativo, queria dizer que ele é um determinado tipo de representação, o que significa que uma pessoa não é primeiro o seu gênero e então, depois, decide como e quando representá-lo. A representação é parte de sua própria ontologia, é uma maneira de repensar o modo ontológico de gênero, e então importa como e quando e com que consequências essa representação se dá, porque tudo isso muda o gênero que alguém é (BUTLER, J.,2019, P. 68).

Ou seja, a performatividade é vista pela autora como uma revisão e uma representação de posicionamentos, os quais serão expostos corporalmente. No caso da citação, os posicionamentos estão relacionados ao gênero, entretanto eles também podem se relacionar às lutas sociais, a processos psicológicos, a contexto histórico e à linguagem.

Os aspectos de compreensão relacionados mais a movimentação corporal – as posturas – do sujeito no conceito de performatividade são oriundos, em grande parte, da filosofia da percepção desenvolvida por Maurice Merleau-Ponty (2006). O filósofo é o responsável por introduzir a dimensão corpórea na fenomenologia, a partir de uma busca pela essência da percepção, na qual defende que o corpo é uma unidade e, como tal, processa o mundo de maneira total, através de todo o ser. Assim, o corpo é o instrumento pelo qual o ser habita o mundo e constrói o seu ponto de vista sobre ele. Ao habitar e perceber o mundo, o corpo se relaciona com os objetos existentes nele – as coisas –, e é o responsável por produzir pontos de vista sobre esses objetos. Além disso, durante esse processamento do objeto, o contexto precisa ser sempre considerado, o fundo sobre o qual o objeto se insere. Afinal, "o horizonte é aquilo que assegura a identidade do objeto no decorrer da exploração" (MERLEAU-PONTY, M., 2006, p. 104). É a partir dessas correlações entre corpo, objeto e mundo que Merleau-Ponty explora a corporeidade e as suas respostas aos estímulos do mundo, inclusive, quando há a produção de movimentos corporais – os gestos.

Tanto Merleau-Ponty como Simone de Beauvoir não negam a dimensão material do corpo, mas eles a concebem em um contexto no qual o corpo é carregado de significados culturais – um corpo simbólico. Desse modo, Judith Butler aponta, na teoria dos dois autores, uma tendência a considerar soberanas as influências históricas sobre as biológicas. Por isso, Butler entende o sexo como a coisa biológica e o gênero (como o corpo se apresenta ao mundo) como uma questão de absorção do contexto social no qual o sujeito está inserido, ou seja, algo histórico e cultural e, consequentemente, independente do sexo.

A influência do mundo sobre os corpos é ratificada no argumento de Merleau-Ponty sobre a importância do contexto, além da sua discussão sobre a relação entre o corpo e os objetos (o que, nesse caso, também podem ser outros corpos), na qual, ainda de acordo com o filósofo, trata-se de algo mecânico e externo. Esse aspecto é apropriado por Butler na questão da performatividade, pois, para a autora, o corpo performativo não é a expressão de algo interior do sujeito, mas a resposta da incorporação de informações externas, ideia que é também compartilhada por Beauvoir. Tanto para Merleau-Ponty quanto para Simone de Beauvoir "o corpo é compreendido como um processo ativo de incorporação de certas possibilidades culturais e históricas" (BUTLER, 1988, p. 521), e as manifestações da performatividade "se configuram gestos não porque elas sejam resultados das experiências que o corpo vive, mas porque derivam daquilo que o corpo cria a partir do que vive" (BRITTO, Fabiana Dultra; SETENTA, Jussara Sobreira, 2017, p. 234).

Outro aspecto da condição corpórea discutido também pelos dois filósofos, Beauvoir e Merleau-Ponty, e apontado por Butler, é a condição situacional da gestualidade. Para Beauvoir, esse estado situacional do corpo é condicionado a dois aspectos: o corpo como representação material do contexto histórico e social; e o corpo como uma interpretação pessoal do campo social. Desse modo, o gestual da materialidade corpórea é uma maneira de o sujeito firmar a sua existência através da coexistência entre a esfera privada e a esfera coletiva da construção corporal. Outra característica desse estado situacional da gestualidade é apresentada por Merleau-Ponty, segundo o qual o corpo, ao estar no mundo, pode ser estimulado por sua percepção e os seus reflexos. Os reflexos "traduzem um a priori específico" (MERLEAU-PONTY, M., 2006, p. 130) e dependem da situação. Um exemplo simplista dessa relação entre o a priori e a situação é a reação do corpo ao ser mordido por um mosquito. Provavelmente, a mão vai se dirigir imediatamente a área picada, pois está respondendo a um reflexo estimulado. Além disso, "se o corpo pode simbolizar a existência, é porque a realiza e porque é sua atualidade" (MERLEAU-PONTY, M., p. 227). Por isso, é interessante destacar como as situações só podem afetar o sujeito se ele possuir uma tal natureza que as faça existir para ele, ou seja, se ele se coloca na posição de mediador entre seu interior e o mundo. Então, a questão condicional está, em certa medida, dependente da escolha individual de se predispor à situação.

Em sua função mediadora, as partes do corpo "não estão desdobradas umas ao lado das outras, mas envolvidas umas nas outras" (MERLEAU-PONTY, M., 2006, p. 143). O corpo não funciona de maneira fragmentada, ao contrário, o sujeito tem consciência da posição de cada um dos seus membros, pois conhece o seu esquema corporal. Inicialmente, o conceito de esquema corporal, conforme Merleau-Ponty, era a movimentação das partes do corpo para realizar cada movimento, mais tarde ele se torna "uma maneira de exprimir que meu corpo está no mundo" (2006, p. 147). É importante ressaltar a diferença entre esquema corporal e corpo performativo, no sentido de que o último é uma representação de escolhas políticas feitas pelo sujeito e fortemente influenciadas pelos componentes sociais e históricos, enquanto que o esquema corporal não tem essa obrigatoriedade e pode ser considerado, em algumas situações, um movimento abstrato.

Para Merleau-Ponty, o movimento corporal pode ser dividido em dois tipos: o movimento abstrato e o movimento concreto. O abstrato, como já sugerido anteriormente, não possui uma conexão obrigatória com o contexto, o fundo desse movimento pode ser algo construído, de acordo com o filósofo: "eu considero curiosamente essa estranha máquina de significar e a

faço funcionar por diversão" (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 160). Dessa maneira, pode-se associar a esse tipo de movimento, por exemplo, alguns tipos de práticas artísticas relacionadas à dança ou ao teatro. Já o movimento concreto tem como fundo o mundo dado e é possível apontar como exemplo os movimentos cotidianos, ou seja, é a interação do corpo com o mundo através dos gestos. "O fundo do movimento não é uma representação associada ou ligada exteriormente ao próprio movimento, ele é imanente ao movimento, ele o anima e o mantém a cada momento" (MERLEAU-PONTY, M., 2006, p. 157). Por isso, é no tipo do movimento concreto que é concebível inserir a questão do corpo performativo.

O corpo performativo também pode ser pensado através da dialética existente entre a forma e o conteúdo – ou o pensamento e a ação, pois o pensamento é traduzido também na movimentação corporal, e, nesse movimento, existem características gerais, ou seja, reconhecidas e efetuadas por toda uma sociedade, como existem características próprias do sujeito, nas quais a compreensão imediata desses movimentos será mais restrita ao grupo em que convive. Os movimentos mais generalizados em uma sociedade podem ser relacionados a um mundo cultural que possui hábitos, incluídos nas funções corporais. Quando a motricidade se torna um hábito, ela representa a apreensão de uma significação pelo corpo, porquanto o hábito é a expressão de que uma situação foi compreendida. Compreender é aqui definido como "experimentar o acordo entre aquilo que visamos e aquilo que é dado, entre a intenção e a efetuação" (MERLEAU-PONTY, M., 2006, p. 201).

Toda essa construção feita aqui sobre a compreensão dos gestos não pode ser desassociada da linguagem, afinal ela é a responsável por comunicar. Dentre as diversas maneiras de se expressar da linguagem, a fala é a sedimentação e exteriorização do pensamento, e ela não é um simples estoque de palavras, mas é a maneira como essas palavras são utilizadas. É de modo semelhante que o gesto se organiza e se comunica. Entretanto, no seu caso, a sua sedimentação é uma resposta aos estímulos dados pelo mundo – o contexto –, pois "reporto-me à palavra assim como a minha mão se dirige para o lugar do meu corpo picado por um inseto" (MERLEAU-PONTY, M., 2006, p. 246). Desse modo, Merleau-Ponty conclui:

> Obtém-se a comunicação ou a compreensão dos gestos pela reciprocidade entre minhas intenções e os gestos do outro, entre meus gestos e intenções legíveis na conduta do outro. Tudo se passa como se a intenção do outro habitasse meu corpo ou como se minhas intenções habitassem o seu (2006, p. 251).

Após esse apanhado dos principais teóricos incorporados por Butler na construção do conceito de performatividade, pode-se, enfim, chegar a uma definição do corpo performativo

como uma repetição estilizada do gesto (da ação), e essa repetição é o que garante às pessoas uma certa individualidade corpórea, a qual pode ser constantemente atualizada. Ademais, é importante ressaltar mais uma vez essa concepção do corpo performativo como a expressão do externo incorporado, já que, mesmo a pessoa possuindo suas particularidades, há uma estrutura política incorporada que se transforma em símbolo social através da performatividade, o que Butler chama de *social act*: a representação repetitiva e já legitimada pela sociedade. Contudo, é importante lembrar a existência de outros tipos de *acts* não legitimados e excluídos da sociedade normativa.

Para a dançarina Jussara Setenta (2009), "a performatividade significa não só um modo de se apresentar no mundo, mas a própria constituição epistemológica de um tipo de mundo" (p. 32). A afirmação de Setenta se relaciona com o entendimento de performatividade como a construção de um texto próprio para comunicar-se com o mundo, no qual elementos serão selecionados, excluídos e organizados. Portanto, um dos aspectos mais importantes da performatividade é o seu caráter político, como já ressaltado aqui. Não só pela incorporação das estruturas externas, mas também porque essas estruturas são carregadas de censuras, preconceitos e normas. "O corpo em ação reúne e troca informações produzindo textos que ampliam os seus discursos, em que é possível perceber formas de poder, de censura, e de exclusão" (p. 36). Desse modo, o texto parte para um entendimento do performativo como uma postura transformadora e questionadora da realidade, através da apresentação de alguns exemplos mais emblemáticos de movimentos sociais, nos quais a questão do corpo performativo é decisiva na construção de um argumento ou como instrumento de luta.

2.3 A PERFORMATIVIDADE COMO AÇÃO POLÍTICA

Uma palavra-chave na esfera da discussão sobre o performativo é a normatividade. Judith Butler compreende a normatividade como uma massificação dos afetos, uma expressão macropolítica da sociedade. Pode-se relacionar a questão normativa com uma máquina responsável por emanar os tipos "aceitáveis" de modos de vida e, na maioria das sociedades contemporâneas, o Estado funciona como essa máquina – o regulador. Entretanto, a performatividade pode ser um instrumento de ruptura dos padrões e, a partir desse rompimento, muitas transformações sociais podem ocorrer, pois "informa os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las" (BUTLER, J., 2019, p. 37).

Por isso, muitas vezes, os estudos de Butler são focados em corpos disruptivos, os quais provocam uma reação somente por afirmarem suas existências, como por exemplo, as pessoas transexuais, as quais, em muitas culturas, são marginalizadas e invisibilizadas. Por esses aspectos, a performatividade pode atuar como um forte transformador social através da afirmação e do reconhecimento da presença dos diversos corpos. Para reforçar esse entendimento, a arquiteta e urbanista Vera Pallamin (2017) chama a atenção para a característica transformadora do ser performativo ao relacionar algumas ideias trazidas por Austin e já discorridas aqui anteriormente:

> Diferentemente do ato que descreve ou relata algo, a acepção do ato de fala performativo associa-se à realização de ações, a uma certa forma de agir, de operar, e sua eficácia depende diretamente das circunstâncias em que ocorre, podendo tornar-se sem efeito, se estas forem inadequadas [...]; mais do que dizer algo, a situação, após tais enunciações feitas, muda para outra coisa, desde que essas enunciações sejam executadas em contextos propícios a isso, que as validem (2017, p. 77).

Dessa maneira, o ato performativo com o seu acumulo prévio e processamento de vivências e exterioridades sociais e históricas seleciona gestos, que, quando atuam no campo político, são capazes "de questionar e reconfigurar certas distribuições sociais" (PALLAMIN, V., 2017, p. 79).

Segundo Butler, esse poder de transformação política da performatividade se intensifica com o encontro dos corpos em espaços públicos, pois, nesses lugares, "eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer" (BUTLER, J., 2019, p. 17). E a afirmação da existência de um determinado grupo através da presença corporal transmite uma demanda por determinadas condições econômicas, sociais e políticas.

Vera Pallamin (2017) aponta um exemplo recente no contexto brasileiro de ruptura de uma performatividade coletiva e normativa através da união dos corpos: as ocupações realizadas por estudantes secundaristas no Brasil, em 2016, as quais ficaram conhecidas como "Primavera secundarista[6]" (fig. 2 e 3). O ato performativo dos estudantes ressignificou os espaços escolares como forma de chamar a atenção para problemas estruturais e o principal instrumento de luta foi o corpo. A presença performativa dos estudantes nas escolas foi modificada e, como consequência, causou constrangimento e desconforto à máquina de normatização das subjetividades e exigiu mudanças estruturais na gestão escolar.

[6]1 A Primavera secundarista foi um processo político de ocupação das escolas contra o "alheamento ético, social e cultural da chamada "escola sem partido", e de resistência aos danos das reformas do Governo Federal que pioram violentamente a formação educacional dos jovens" (PALLAMIN, Vera, 2016, p. 81).

Figura 2 – Primavera secundarista

Fonte: Sindicato dos metalúrgicos de Betim, 2016.

Figura 3 - Primavera secundarista

Fonte: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, 2016.

Um outro exemplo da presença performativa em uma luta por transformações políticas são alguns trabalhos artísticos, entre eles, os que se enquadram na arte feminista produzida entre os anos 1950 a 1980. A artista franco-americana Louise Bourgeois relutou o título de feminista, porém seu trabalho é visto como o início da identidade artística feminista estadunidense. Muitas de suas obras desconfiguram a materialidade corpórea da mulher e a relaciona com elementos atribuídos ao seu universo pela sociedade, como a maternidade, o marido e a casa (fig. 4). Ao desenvolver essa estética questionadora do universo atribuído à mulher, a artista questiona a performatividade feminina estabelecida pela sociedade da época, a "mulher dona de casa": mãe e cuidadora do lar. Performatividade também questionada pelo movimento feminista, que buscava transformá-la.

Figura 4 - Femme Maison, Louise Bourgeois

Fonte: Seteartes, 1947.

Assim, a performatividade acaba por agir como um instrumento questionador da vida precária. Ao perceber isso, Butler passou recentemente a se debruçar nos seus estudos sobre as condições precárias de vida e como a performatividade, principalmente a coletiva e em espaços públicos, pode questionar o sistema responsável por estabelecer a precariedade na vida das pessoas. Como precariedade a filósofa entende:

> A situação politicamente induzida na qual determindas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] A precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas (2019, p. 41).

A afirmação da existência através da presença corpórea é o meio de questionar essa precariedade, principalmente por ser o corpo o suporte para a precariedade imposta politicamente. Dessa maneira, é importante destacar a materialidade da movimentação corporal como parte do processo político, porquanto o movimento do corpo dá origem a "gestos que provoquem novos tipos de presença, de modalidades que resistem a contextos ou situações de subjugação" (PALLAMIN, V., 2017, p. 80). Por isso, a construção teórica desenvolvida por Butler para caracterizar os processos de construção do gênero, um processo "diferencial e diferenciador", preocupa-se e discute tanto o normativo e o não normativo.

Este trabalho, apesar de tomar um conceito de performativo oriundo dos estudos sobre gênero, pretende promover a possibilidade da sua expansão para diversos campos da vida social, em especial quando a normatividade é questionada. Afinal, "embora o gênero não possa funcionar como paradigma para todas as formas de existência que lutam contra a construção normativa do humano, ele pode nos oferecer um ponto de partida para pensar sobre poder, atuação e resistência" (BUTLER, J. 2019, p. 45). Os comentários tecidos neste capítulo apresentam um recorte de como esta dissertação entende o corpo performativo, ao apresenta-lo como algo que "excede o que pode ser dito e ouvido" (PALLAMIN, V., 2017, p. 81), além da possibilidade de ser um dispositivo de visibilidade para diversas formas de atuação e estruturação da política, pois:

> Trata-se de um exercício como luta política e corporal pela existência, pondo em questão certos esquemas de normatividade, vínculos afetivos que não são reconhecidos e são mantidos travados ou censurados (PALLAMIN, V., 2017, p. 80).

Desse modo, registra-se, no quadro 1 abaixo, uma síntese dos principais aspectos do conceito de performatividade, uma maneira de sistematizar o conteúdo para utilizá-lo na análise do objeto de estudo. O trabalho segue agora para uma possibilidade de entendimento das estruturas políticas que atravessam o corpo e como essas estruturas podem conformar um modelo para interpretar a cidade, a partir de um olhar não normativo.

Quadro 1 - Síntese do conceito de performatividade

Performatividade
A performatividade como uma representação ontológica (na página 25).
A dimensão performativa do corpo é simbólica, pois é o corpo material carregado de significados culturais (na página 26).
As manifestações da performatividade "se configuram gestos não porque elas sejam resultados das experiências que o corpo vive, mas porque derivam daquilo que o corpo cria a partir do que vive" (BRITTO, Fabiana Dultra; SETENTA, Jussara Sobreira, 2017, p. 234) (na página 26).
O gesto é o mediador entre a esfera privada e coletiva da corporeidade, pois é através dele que se materializa a representação do contexto histórico e social e a interpretação pessoal do campo social (na página 26).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

3 PROCESSO METODOLÓGICO: UM PERCURSO PELAS CONFORMAÇÕES DOS MODOS DE VIDA, A MACROPOLÍTICA E A MICROPOLÍTICA

Com o objetivo de ajudar a criar mecanismos no processo de responder à pergunta desta dissertação: **como pensar a cidade para as diversas performatividades, ao levar em consideração os corpos além dos determinados normativos**, este capítulo apresenta conceitos-chave para o desenvolvimento do processo da metodologia analítica da pesquisa, além de relacionar e mediar temas da dissertação: a performatividade e a cidade. Desse modo, inicialmente, serão descritos os conceitos de micropolítica e macropolítica, a partir do entendimento das segmentaridades linear, circular e binária, trazidos pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari. Em seguida, esses conceitos serão relacionados ao conceito de performatividade, explorado no capítulo anterior, juntamente com alguns exemplos de processos de atuação da arquitetura e do urbanismo, como a elaboração de um projeto e as ocupações do Movimento dos trabalhadores sem teto. Por fim, as etapas da análise serão descritas, a partir do conteúdo exposto. Dessa maneira, busca-se construir e justificar uma metodologia de análise baseada nas segmentaridades existentes na área, pois, assim, a questão normativa será atravessada e poderá ser explorada no que tange ao corpo performativo e à cidade.

3.1 DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS DE MICROPOLÍTICA E MACROPOLÍTICA

Existem diversas maneiras de entender como se conformam os modos de vida nas sociedades, entre essas maneiras, está o olhar trazido pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari através do entendimento de micropolítica e macropolítica. Como forma para desenvolver os conceitos desses tipos de composição da política, os filósofos partem, inicialmente, de uma visão fragmentada da conformação social. Segundo Deleuze e Guattari (1996), a vida é composta por diversos segmentos e essa segmentaridade é uma característica presente em todos os tipos de sociedade, desde as primitivas até as contemporâneas. Os autores entendem como segmentaridade os "segmentos do fazer" da vida cotidiana. Por exemplo, morar, circular, trabalhar, brincar, mas também existe a segmentaridade espacial da vida, "a casa é segmentarizada conforme a distinção de seus cômodos; as ruas, conforme a ordem da cidade" (1996, p. 76). Essa perspectiva de pensar o cotidiano de modo fragmentado era muito comum na segunda metade do século XX, visto que o pensamento modernista estava em pleno vigor.

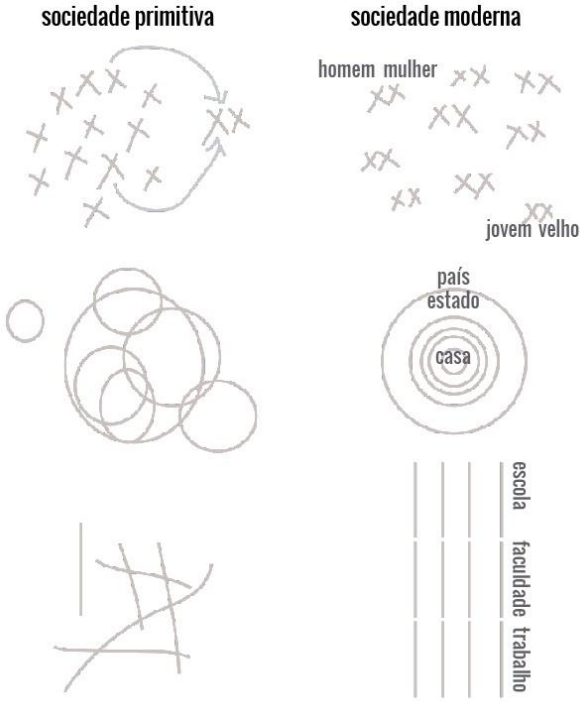
Ainda segundo Deleuze e Guattari, as segmentaridades podem se comportar de três maneiras distintas. A primeira delas é a segmentaridade binária, responsável pelos grandes dualismos sociais, como o homem e a mulher, as classes sociais, o velho e o jovem, o branco e o negro, o burguês e o proletário etc. A segunda é a segmentaridade circular, a qual funciona como zonas, que podem ser associadas tanto ao espaço, como em "minhas ocupações, as ocupações do meu bairro, da minha cidade, do meu país, do mundo..." (p. 77), quanto às zonas de ação do cotidiano e aos grupos sociais nos quais acontecem as interações. E, por último, tem-se a segmentaridade linear funcionando como segmentos de linha que representam um episódio ou um processo. Esses processos não são somente acontecimentos históricos e políticos, mas também são linhas que representam a vida familiar, escolar, profissional etc. É importante destacar que esses modos de comportamento da segmentaridade não excluem ou competem um com o outro, ao contrário, eles coexistem de maneira política.

Desse modo, é necessário destacar como as manifestações das segmentaridades existentes são diferentes em sociedades distintas. Deleuze e Guattari discutem sobre essas diferentes manifestações de segmentaridade ao contrapor as sociedades primitivas àquelas que possuem uma estrutura governamental (fig. 5). Os autores argumentam sobre o porquê de recorrer às sociedades primitivas para mostrar o comportamento das segmentaridades e, segundo eles, a origem do conceito vem da antropologia para estudar justamente esse tipo de comunidade, daí a inclusão das comunidades primitivas para discorrer sobre as segmentaridades. Nas sociedades primitivas, por exemplo, a segmentaridade pode ser caracterizada, de uma maneira geral, como flexível, pois, apesar de apresentar composições binárias, elas provêm da multiplicidade, seus círculos não são concêntricos e suas linhas são expressão da liberdade. Já nas sociedades modernas – com a presença de um Estado –, a segmentaridade é interpretada como dura, suas composições binárias se originam de uma máquina de binarização, os seus círculos são concêntricos e suas linhas sobrecodificadas pelos aparelhos de dominação. O sistema governamental funciona como uma máquina de ressonância dos estilos de vida.

Assim, é possível afirmar que as sociedades primitivas são compostas por diversas estruturas sociais em constante transformação, enquanto as sociedades modernas possuem estruturas menos maleáveis e mais consolidadas. Além disso, muitas vezes, as estruturas sociais das sociedades modernas são canalizadas para um certo tipo específico de existência e as das primitivas são mais difíceis de controlar, em virtude da vastidão da sua multiplicidade. Nas sociedades modernas, de um modo geral, os desejos são neutralizados pela estrutura política e econômica vigente, a qual impede – ou procura impedir – a manifestação das rupturas do

sistema. Ademais, vale chamar atenção aqui sobre o termo “desejo” utilizado neste trabalho. É importante destacar a diferença entre a palavra “desejo” do verbo “desejar”, é algo além, pois compreende os desdobramentos do afeto, como é utilizado pelos autores abordados.

Figura 5 - Segmentaridades nas sociedades primitiva e moderna



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A maneira como Deleuze e Guattari se apropriam do conceito de segmentaridade é uma crítica direta ao pensamento modernista vigente à época, na segunda metade do século XX. Por isso, a grande ênfase em seus trabalhos: a crítica de uma estrutura social baseada na criação de tipos e neutralização da multiplicidade. Contudo, é possível notar algumas mudanças na sociedade contemporânea ocidental. Os sujeitos se organizando através das suas alteridades, em grupos que se deslocam da tentativa de massificação da organização social. A diversidade está assumindo uma postura de luta pela destruição de sua invisibilidade, como pode ser visto nos movimentos negro e LGBTQ e, muitas vezes, essa resistência é realizada através da performatividade, porque “os corpos reunidos ‘dizem’ não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio. Essa possibilidade é parte da performatividade plural e corpórea que devemos compreender como marcada por dependência e resistência” (BUTLER, J., 2019, p. 24).

Entretanto, ainda existe uma grande resistência a essa multiplicidade, ao comportamento desviado das segmentaridades do estipulado pelos sistemas de poder e controle, como o

Estado e a igreja. Atualmente, ainda são frequentes episódios de violência física e mental a grupos sociais não moldados pelos princípios da normatividade hegemônica. O que corrobora o que foi levantado pelos autores: a coexistência entre as segmentaridades nem sempre se constitui como pacífica, mas é sempre uma realidade.

Ainda segundo Deleuze e Guattari (1996), a segmentaridade é o resultado do trabalho do que os autores chamam de uma máquina abstrata, a qual é a responsável por reproduzir os modos de vida, "mas não é a mesma máquina abstrata que opera no duro e no flexível". Por isso, a coexistência desses modos de segmentaridade resulta em dois tipos de manifestação desse coexistir: a molar e a molecular. A molar está relacionada às características duras das segmentaridades já mencionadas anteriormente; enquanto que a molecular se relaciona com as características flexíveis das segmentaridades, ela é rizoma, é o fluxo de moléculas responsáveis por mover os sujeitos numa sociedade, através das suas vontades e desejos. As segmentaridades molar e molecular se distinguem, mas são inseparáveis. O relacionamento entre os tipos de segmentaridade é político e toda política pode ser compreendida como a convivência entre a macropolítica (molar) e a micropolítica (molecular).

A macropolítica é a parcela visível das relações políticas. Ela é a responsável pela constituição do indivíduo através de unidades, como no caso das oposições binárias, e por reduzir a multiplicidade em totalizações. Ela representa as estruturas já consolidadas e legitimadas pela sociedade. Por isso, os autores falam em "parcela visível", pois a macropolítica são as organizações e estruturas existentes em uma organização social. Ao comparar a macropolítica com alguma estrutura do pensamento, tem-se um tipo árvore, "seu traçado evolui segundo um plano de organização previsível e controlável, um programa: raiz, eixo-central e fixo; em torno do eixo as partes, por sua vez, tornam-se eixos secundários – e assim, sucessivamente, formando um todo" (ROLNIK, S., 2006, p. 60). Em contraposição, a micropolítica é a parcela invisível da política, pois são os fluxos das moléculas que movem os sujeitos na sociedade, através das suas vontades e desejos. A micropolítica não é uma estrutura já consolidada e está sempre em transformação. Ela é intensidade, ao invés de unidade. "Nesse percurso nada mais é fixo; nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia, nada mais é, definitivamente, alguma coisa" (2006, p. 60). Por isso, a micropolítica é rizomática e ocasiona devires incontroláveis.

Quando acontece uma comparação entre a macropolítica e a micropolítica, alguns equívocos são recorrentes, como a associação do nome das duas à sua escala de abrangência. O

molecular (micropolítica) não é necessariamente menor. Na verdade, é "tão coextensivo no campo social quanto o molar" (1996). Outro equívoco recorrente é acreditar que a micropolítica não exista no real-social, quando as duas, efetivamente, coexistem na sociedade. O fascismo é trazido por Deleuze e Guattari (1996) e explica bem como os dois tipos de política agem de maneira conjunta na sociedade. Como um sistema político, o fascismo se apresenta através de um Estado totalitário, que "só vale para uma escala macropolítica, para uma segmentaridade dura e para um modo espacial de totalização e centralização" (p. 84). Todavia, o fascismo é acompanhado por fluxos moleculares – micropolíticos –, pois ressoa em cada sujeito até juntos construírem um Estado. Por exemplo, no caso de Hitler:

> Daniel Guérin tem razão em dizer que se Hitler conquistou o poder mais do que o Estado Maior Alemão, foi porque dispunha em primeiro lugar de microorganizações que lhe davam "um meio incomparável, insubstituível, de penetrar em todas as células da sociedade", segmentaridade maleável e molecular, fluxos capazes de banhar cada gênero de células. Inversamente, se o capitalismo acabou por considerar a experiência fascista catastrófica, se ele preferiu aliar-se ao totalitarismo estalinista, muito mais sensato e tratável para o seu gosto, é que este tinha uma segmentaridade e uma centralização mais clássicas e menos fluentes. E uma potência micropolítica ou molecular que torna o fascismo perigoso, porque é um movimento de massa: um corpo canceroso mais do que um organismo totalitário (1996, p. 85).

Esses conceitos sobre alguns aspectos da conformação social podem ser explorados por diversos campos do saber. Entre eles, encontram-se os estudos sobre a cidade e os seus modos de vida, pois a cidade possui, como um espaço político, a sua esfera micropolítica e macropolítica. Uma maneira de identificar um tipo da manifestação da micropolítica no espaço urbano é entender os fluxos existentes entre os usuários e os espaços. Esses fluxos podem carregar e expressar várias formas de afetação e possuir diversos significados, como imaginários, afetos, percepções etc. Nesse contexto, a macropolítica funciona como uma forma de massificação dos fluxos do desejo e as subjetividades individualmente construídas tornam-se coletivas e totalizadoras. Uma das possibilidades de manifestação da esfera macropolítica nas cidades são os espaços responsáveis por despertar em seus usuários sentimentos e comportamentos semelhantes e são estimulados, por exemplo, pela memória coletiva, pelo desenho do projeto, pelas normas atuantes no lugar. Dessa forma, o quadro 2 sintetiza os conceitos abordados nesta sessão e suas principais características para a pesquisa. Após esse apanhado teórico sobre micropolítica, macropolítica e as suas segmentaridades, o trabalho segue na tentativa de trazer algumas relações e exemplos entre os aspectos políticos, o espaço urbano e o corpo na sua dimensão performativa.

Quadro 2 - Síntese dos conceitos da sessão 3.1

Segmentaridade linear	Segmentos de linha que representam um episódio ou um processo histórico, político, cultural etc.
Segmentaridade circular	Zonas, que podem ser associadas tanto ao espaço, como às zonas de ação do cotidiano e dos grupos sociais.
Segmentaridade binária	Dualismos sociais: homem – mulher; branco – preto; jovem – velho; classes sociais etc.
↓	
Micropolítica	São as rupturas ou os fluxos responsáveis por mover e transformar estruturas já consolidadas (a macropolítica). A micropolítica é multiplicidade.
Macropolítica	É a parcela visível das relações políticas e a responsável por transformar as multiplicidades em totalizações.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2 OS ASPECTOS NORMATIVOS "ENTRE" A CIDADE E OS CORPOS PERFORMATIVOS

A política, em suas formas micropolítica e macropolítica, está sempre presente no cotidiano das cidades e dos seus cidadãos. Como comentado anteriormente, a parcela da política na qual é possível enxergar a sua conformação visual é a macropolítica. Por isso, a maneira como os espaços urbanos se organizam e as massas se movimentam e ocupam a cidade está associada às totalizações produzidas pela macropolítica. Entretanto, essa manifestação visual é o resultado de um processo micropolítico movido pelos desejos, principalmente os desejos do poder governamental, visto que a maioria dos espaços e das pessoas seguem uma estrutura determinada por uma normatividade. É importante salientar a necessidade de não fazer juízo de valor com esses aspectos da política, pois tanto a micropolítica, como a macropolítica, são partes essenciais para a consolidação de qualquer processo de desejo e transformação. Também é imperativo lembrar a importância das segmentaridades na construção de como se conforma essa política, porquanto são as segmentaridades linear, circular e binária as responsáveis por determinarem e caracterizarem como esses processos se desenrolam, inclusive como as rupturas se conformam. Dessa maneira, é possível ensaiar um discurso de como esse fluxo político age nos espaços da cidade e nos seus usuários.

Nesse contexto, o projeto e ordenamento da cidade não estão desassociados da lógica macropolítica e micropolítica. O arquiteto e urbanista Igor Guatelli (2012) comenta sobre como as estruturas rígidas de ordenamento de um lugar servem ao propósito de controle da performance social, pois, normalmente, a concepção projetual propõe um espaço "correto" e

“regido por prescrições programáticas convencionais e pré-determinações de usos” (p. 16). Ainda segundo Guatelli, isso é o produto de um programa com um discurso funcionalista e, mais recentemente, a busca por uma universalização que acaba por diminuir as possibilidades de intervenções espontâneas no espaço. “Um ideário foi criado e, com ele, a formulação de um novo receituário do comportamento social, a fim de se alcançar total integração entre sociedade e arquitetura” (p. 30).

No entanto, Guatelli chama atenção para as brechas possíveis no sistema enrijecido, as quais o autor chama de o “entre”. É possível associar o “entre” aos aspectos micropolíticos ao que foge do controle das totalizações, porque o entre seria o espaço indeterminado, aberto a novas significações e intervenções. Desse modo, o “entre” pode ser um espaço promovido pelo arquiteto urbanista para receber não um uso dominante e fixo, mas um acontecimento demandado pelo usuário, um espaço catalisador de ações, “trata-se de considerar o projeto não como fim, mas como um meio” (p. 41). Um dos exemplos trazido por Guatelli para ilustrar essa situação é a marquise do parque Ibirapuera, projetada por Oscar Niemeyer, porque, apesar de ter sido pensada como uma simples cobertura para a circulação entre os pavilhões, os seus usuários se apropriam do espaço de diversas maneiras e existe lugar para o desenrolar dos seus desejos (fig. 6).

Porém, o “entre” também pode ser um espaço reivindicado pela população através de uma ação performativa contra uma normatividade, uma área ocupada e utilizada completamente fora do previsto e do controle. No Brasil, muitos espaços possuem essa característica, como nas ocupações “irregulares” das periferias das grandes cidades e em alguns tipos de ocupações comuns aos grandes centros urbanos. Por exemplo, nos centros das cidades, as ocupações podem ressignificar os acontecimentos dos espaços internos de alguns edifícios antigos e vagos, que agora passam a ser ocupados – e habitados. Esses tipos de ato podem ser vistos normalmente nas ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (fig. 7). Além da ocupação dos edifícios vazios, os espaços públicos ocupados com ambulantes, moradores de rua etc., ganham uma nova dinâmica social através da ruptura normativa estipulada pelo sistema.

Figura 6 - Marquise do parque Ibirapuera

Fonte: Milton Shihata, anos 70.

Figura 7 - Ocupação Marielle Franco, no Recife

Fonte: Folha de Pernambuco, 2018.

As brechas encontradas nos espaços da cidade por seus usuários são construídas e sobrevivem através da presença corporal. Por isso, os fluxos políticos existentes na cidade afetam o corpo e moldam os usuários do lugar. Como visto anteriormente, o conceito de performatividade está entrelaçado com a não normatividade e a normatividade transmitida por meio da história, da sociedade e, principalmente, do sistema econômico e político vigente. Ocupar um espaço afeta e faz parte da construção performativa do sujeito, uma vez que os espaços urbanos são carregados de significados históricos e sociais e são reflexos do sistema vigente. Além disso, o corpo performativo é político e, consequentemente, pode ser compreendido através das

segmentaridades, as quais podem coexistir entre o corpo e a cidade. As rupturas normativas da performatividade são expressões micropolíticas que escapam às totalizações e, muitas vezes, entram em confronto com a máquina do poder responsável por produzir homogeneizações.

Assim, para caracterizar as relações de apropriação do espaço urbano pelos diversos corpos performativos, o processo de análise do objeto empírico se baseia no entendimento de algumas das segmentaridades do entorno do Mercado de São José. Através do entendimento de algumas conformações espaciais e corporais por meio das segmentaridades – e, consequentemente, as suas configurações micropolítica e macropolítica –, pode ser possível construir um raciocínio sobre como as diversas performatividades coexistem na cidade e são atravessadas pela questão da normatividade. Dessa forma, parte-se para uma descrição do processo de análise da área de estudo desta dissertação, o qual é baseado no entendimento da sociedade e do espaço urbano através das segmentaridades linear, binária e circular já discutidas aqui, com o objetivo de responder à pergunta da pesquisa: **como pensar a cidade para as diversas performatividades, ao levar em consideração os corpos além dos determinados normativos?**

3.3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE

Nesta parte da dissertação, será apresentado o processo de análise do objeto de estudo à luz dos conceitos já abordados – performatividade, segmentaridade, micropolítica e macropolítica – e sintetizados nos quadros 01 e 02, pois a questão do fazer cidade a partir das performatividades será investigada com base na estrutura espacial e dos corpos presentes nos espaços urbanos, de acordo com o entendimento de segmentaridade desenvolvido neste capítulo e os relacionando a questão da normatividade. Para isso, serão descritos aqui o processo de escolha e justificativa do objeto de estudo da dissertação: a quadra onde está inserido o Mercado de São José, na cidade do Recife; o processo metodológico de análise desenvolvido para a dissertação e baseado nas segmentaridades linear, binária e circular; e a exposição do universo de critérios e dados utilizados no trabalho.

3.3.1 O objeto de estudo: o entorno do Mercado de São José

O objeto de estudo foi a maneira encontrada para delimitar o universo de análise da pesquisa, no qual foi escolhido um recorte espacial, pois acredita-se que, em uma fração da cidade, é possível encontrar representações de diversos setores da sua população, principalmente, quando se trata de um lugar acessível e popular. Essa questão é bastante importante para a pesquisa, já que, para estudar as relações performativas do corpo com a cidade, é instigante selecionar um lugar com diversidade e intensidade de usuários. Por esses motivos, foi escolhida, como recorte de estudo, a área da quadra onde está inserido o Mercado de São José (fig. 8).

Figura 8 - Área de estudo da dissertação

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A quadra do Mercado está localizada no centro histórico do Recife e, por isso, possui um forte valor simbólico, histórico e artístico para os moradores da cidade. Como já foi visto no capítulo 1, a história é um fator importante na construção performativa e, por esse motivo, pode ser interessante refletir sobre o performar da performatividade em um lugar com estruturas de uso e sociais consolidadas historicamente na cidade. Outro ponto importante

para a pergunta levantada pela pesquisa é a questão política e normativa, principalmente, no que tange à normatividade e às rupturas as homogeneizações impostas pelo sistema. A área do Mercado de São José foi um local de constante embate entre o formal e o informal e ainda levanta grandes discussões sobre o tema. Por isso, a área pode ser um espaço atrativo para entender e refletir sobre alguns limites e rupturas entre o normativo e o não normativo, tanto ao que se relaciona aos aspectos espaciais, quanto aos aspectos corporais dos seus usuários.

É importante deixar registrado que o interior do edifício do Mercado de São José não é levado em consideração durante a análise. A pesquisa se direcionou para o espaço da cidade, ao focar nas ruas limites ao Mercado e na praça Dom Vital. Estudar a performatividade se relaciona bastante a normatividade imposta pelos espaços. Dessa maneira, a rua se apresenta como uma possibilidade mais genuína para observar as forças micropolítica e macropolítica que habitam os corpos, sem um programa rígido de usos arquitetônico. Além disso, a relação da pesquisadora com a área de estudo se revela no processo da pesquisa de campo, pois se sobressaiu nos registros e comentários às atividades comerciais da área, relação prévia principal entre a pesquisadora e o recorte.

3.3.2 Metodologia analítica: as segmentaridades

Como já exposto neste capítulo, as segmentaridades linear, circular e binária são as responsáveis por compor a política em micropolítica e macropolítica (quadro 2), conceitos-chave para o desenvolvimento do trabalho e a construção de uma resposta para o problema de pesquisa, pois as segmentaridades conseguem entrelaçar aspectos performativos, urbanos e normativos. Em razão disso, a partir de um olhar atravessado pelas segmentaridades, a pesquisa encontrou uma possibilidade de investigar os modos de fazer cidade das diversas performatividades existentes no espaço urbano. Dessa maneira, propõem-se construir uma conexão analítica entre os dois campos de interesse da dissertação – o corpo performativo e acidade – já tratados aqui teoricamente e transpassá-los pela normatividade. Por esse motivo, deu-se a escolha das segmentaridades, visto que elas conformam politicamente os modos de vida.

Dessa forma, a estrutura de análise desta dissertação se baseia nas segmentaridades e as toma como categorias de investigação de acordo com os seus significados. O processo de análise é dividido em três etapas, cada uma relacionada a uma segmentaridade e a um capítulo (tabela 1). A primeira etapa é a construção linear de algumas segmentaridades da área para apresentar

uma caracterização do bairro e, mais precisamente, da quadra do Mercado. A segunda fase, relacionada à segmentaridade circular, questiona e analisa os modos de ocupação atual da área de estudo. Por fim, a última fase, que corresponde a uma análise da segmentaridade binária da área, serão identificadas binaridades sobre as estruturas espaciais e corporais, ao levar em consideração, principalmente, os aspectos normativos. Após essa breve síntese de todas as etapas de trabalho, cada etapa será melhor detalhada a seguir, ao serem apontados os caminhos tomados para a construção da análise e os dados e fontes utilizados.

Quadro 3 - Síntese das etapas de trabalho

Capítulos – segmentaridades	**Conceito**	**Aplicação na pesquisa**
Linear	Segmentos de linha que representam um episódio ou um processo histórico, político, cultural etc.	Caracterização histórica e atual da quadra do mercado de São José.
Circular	Zonas, que podem ser associadas tanto ao espaço, como às zonas de ação do cotidiano e dos grupos sociais.	Discussão sobre as lógicas de ocupação da área de estudo.
Binária	Dualismos sociais: homem – mulher; branco – preto; jovem – velho; classes sociais etc.	Identificação no espaço e nos corpos de processos que contrapõem o normativo e o não normativo.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

3.3.2.1 Capítulo 04: a segmentaridade linear

A segmentaridade linear representa os processos que perpassam algo ou alguém. No caso da área de estudo desta dissertação, diversos processos que atravessam a temática do urbano e dos seus usuários podem ser apontados. Por exemplo, a história da área, as transformações urbanas, as manifestações artísticas e culturais etc. Para este trabalho, é importante a abordagem de algumas linearidades ocorridas nos bairros de Santo Antônio e de São José e, mais especificamente, no entorno do Mercado de São José. As segmentaridades lineares trazidas nesta dissertação sobre a área exploram e trazem informações históricas e contemporâneas para uma caracterização e construção de uma atmosfera local e, também, informações para expor uma visão político-administrativa da quadra, ou seja, como o controle urbano "ordena" a área estudada. Vale destacar a maneira como o texto foi construído e as fontes utilizadas, pois essa maneira se caracteriza como totalizante – ou seja, macropolítica -, visto que todas as abordagens trazidas são provenientes de fontes e estruturas históricas tradicionais e legitimadas.

A fim de alcançar o objetivo do capítulo 04, construir a caracterização da atmosfera local, dos seus personagens e apresentar informações sobre as normas vigentes, foram consultados trabalhos científicos e leis municipais e nacionais. A primeira e segunda parte do capítulo 04 ilustra e contextualiza os bairros de Santo Antônio e São José através de consultas a dissertações, artigos científicos e livros publicados sobre eles. Além disso, alguns aspectos sobre o urbano desses bairros foram relacionados e estruturados de maneira semelhante às ideias construídas pelo antropólogo e sociólogo francês Pierre Sansot, principalmente, às ideias de atmosfera urbana e sobre os usuários de uma área, vistos como "personagens". Já na terceira parte, segue-se uma exposição das leis atuantes na área, como os zoneamentos urbanos e algumas normativas específicas sobre intervenção, circulação e manutenção das calçadas.

3.3.2.2 Capítulo 05: a segmentaridade circular

O exemplo utilizado pelos filósofos Deleuze e Guattari – e já citado neste capítulo na página 38 para falar sobre a segmentaridade circular – trata justamente de questões espaciais, as quais são compreendidas como zonas de ocupação que podem ser concêntricas ou não. Dessa maneira, a dissertação se apropria do conceito de segmentaridade circular a fim de discutir e de tentar compreender as lógicas de ocupação predominantes no entorno do Mercado de São José, em que são consideradas as ocupações com grande densidade, tanto de estruturas espaciais, como de usuários. Através dessa leitura sobre as formas de ocupação na quadra se espera identificar a estrutura da lógica de ocupação à luz de um olhar micropolítico e macropolítico. Isso quer dizer que esta etapa da análise é uma tentativa de discutir quais são as conformações macropolíticas e micropolíticas responsáveis por afetar os corpos dos usuários da área a se conformarem espacialmente de uma certa maneira.

Assim, a análise do capítulo quatro se desenvolve, principalmente, através da elaboração de mapas, os quais retratam os espaços livres próximos ao Mercado de São José e as várias formas e lógicas de ocupação da área. Os mapas são elaborados não só através da observação de imagens aéreas provenientes do Google Earth, mas também a partir dos registros feitos nas visitas de campo, como croquis e fotografias. Além desses mapas, fotos do Google Earth serão utilizadas para mostrar a fluidez das ocupações existentes na área de estudo. Por fim, será elaborado um diagrama para sintetizar a ideia do capítulo e mostrar graficamente como

se conformam as forças dominantes responsáveis pelo estabelecimento e permanência das intervenções e dos corpos em determinados locais.

3.3.2.3 Capítulo 06: a segmentaridade binária

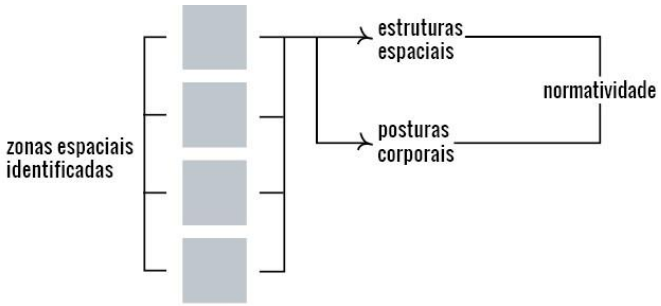
Como já visto, a segmentaridade binária representa as relações de dualidade na estrutura social. Ao lançar o olhar para a área de estudo, à luz dessa segmentaridade, buscou-se identificar as relações binárias que poderiam ajudar a responder à pergunta desta pesquisa, ou seja, buscou-se as dualidades que ajudariam a interpretar as apropriações espaciais realizadas pelos corpos performativos; e atravessar essa interpretação pelo questionamento sobre o normativo. Por esse motivo, o recorte espacial e os seus personagens foram questionados e analisados binariamente de acordo com os aspectos normativos determinados pela estrutura de poder do Estado. Dessa maneira, a principal fonte para esta etapa da análise foram as fotografias tiradas da área durante quatro visitas de campo, realizadas nos meses de maio, junho e agosto de 2019, em dias úteis e nos períodos da manhã e da tarde, momentos de grande intensidade de usuários na área.

Através da análise das segmentaridades circular na área de estudo, foram definidas quatro áreas de ocupação no recorte, e cada área foi analisada, no capítulo 06, em duas etapas e através de fotografias. A fotografia foi o caminho escolhido para evidenciar as posturas dos corpos, uma tentativa de dar plasticidade a performatividade. As duas etapas de análise são perpassadas pela legislação atuante no recorte espacial da pesquisa. A primeira etapa é relacionada à estrutura espacial das intervenções nas áreas de ocupação, na qual foram percebidos os materiais utilizados, se a estrutura é fixa ou móvel e como se relaciona com o espaço urbano. A segunda etapa interpreta os corpos registrados nas imagens por meio da identificação dos personagens e caracterização dos gestos e movimentos.

Dessa maneira, todo o processo de análise desses aspectos do corpo e do urbano utilizou basicamente dois grupos de dados. Um dos grupos é composto pelas leis municipais responsáveis pelo ordenamento das calçadas (a Lei nº 16.292/97 e suas atualizações, a Lei 16.890/03 e o Decreto 20.604/04) e a norma brasileira sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT – NBR 9050); e o outro grupo é formado pelas fotografias tiradas nas visitas de campo, as quais somam um total de 127 fotos. Além disso, vale ressaltar que os dados foram analisados e interpretados à luz das teorias discutidas no decorrer desta dissertação.

Assim sendo, em cada área identificada, a etapa de análise dos componentes da estrutura espacial e dos corpos dos personagens seguiu o seguinte processo: (i) inicialmente, foram selecionadas fotos para ilustrar os diversos tipos de instalações e apropriações do espaço urbano pelos trabalhadores do comércio informal. A quantidade de fotos para cada situação não foi fixa, mas variou de acordo com a necessidade de mostrar as diferentes circunstâncias. (ii) Após a seleção das fotos e perpassada por questões normativas e não normativas de acordo com a legislação consultada, as estruturas espaciais foram analisadas de acordo com a inserção no espaço urbano da intervenção, os materiais utilizados, se são elementos móveis ou fixos e a adequação ou não à legislação urbana vigente. (iii) Em seguida, partiu-se para a análise dos corpos presentes nas mesmas fotografias utilizadas para caracterizar as circunstâncias espaciais. Dessa forma, os corpos nas imagens foram destacados graficamente através do desenho de polilinhas e analisados em relação às principais questões trazidas do conceito de performatividade e destacadas no quadro 1. Tem-se abaixo um diagrama síntese para ilustrar a análise das fotografias (fig. 9) realizada no capítulo 06:

Figura 9 - Estrutura síntese da análise das fotos na segmentaridade binária



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

No final da análise de cada área (iv), serão apresentados quadros com sínteses das informações que prevaleceram sobre a caracterização das estruturas espaciais e dos corpos performativos dos personagens.

É importante destacar que as ideias e os argumentos trazidos na análise das fotos do capítulo 6 são reforçados através do estudo dos corpos presentes em todas as 127 fotografias tiradas durante as visitas de campo. A análise completa está no **apêndice A** desta dissertação. No apêndice A, as imagens foram divididas em grupos de acordo com os personagens identificados na área. As fotos podem aparecer em mais de um grupo, pois em cada um deles só serão analisados e destacados os corpos dos mesmos personagens. Por exemplo, em um dos grupos só serão destacados nas fotos os corpos de trabalhadores do comércio informal e,

em outro, das trabalhadoras do comércio informal, mas uma mesma foto pode ter pessoas que pertencem a um grupo de personagem e ao outro. Por isso, as imagens podem ser repetidas.

3.3.2.4 Capítulo 07: os resultados

O capítulo seis retoma todas as informações identificadas durante a análise da área de estudo à luz das segmentaridades. A partir dessas informações são apontados alguns resultados que caracterizam as relações de apropriação do espaço urbano pelos diversos corpos performativos.

Essa foi a descrição do processo metodológico desenvolvido para responder ao problema de pesquisa desta dissertação: **como pensar a cidade para as diversas performatividades, ao levar em consideração os corpos além dos determinados normativos?** Parte-se agora para o desdobramento da análise da quadra do Mercado de São José através da metodologia exposta.

4 SEGMENTARIDADE LINEAR: A CONSTRUÇÃO DE UMA ATMOSFERA E AS FORMAS DE CONTROLE OPERANTES NA ÁREA DE ESTUDO

Esta sessão do capítulo busca caracterizar a área de estudo desta dissertação – o entorno do Mercado de São José, na praça Dom Vital –, a partir dos processos que compõem a sua segmentaridade linear. Para isso, busca-se trazer informações sobre a história da formação dos bairros de Santo Antônio e de São José e de alguns elementos relevantes histórico e artisticamente da quadra do Mercado de São José; discorrer sobre algumas características dos usuários da área; trazer algumas legislações atuantes na quadra e alguns conflitos existentes; mas, principalmente, discutir os processos de normatização que perpassam o espaço e seus usuários. Por isso, é importante para esta pesquisa a contextualização dessas informações com aspectos da problemática do trabalho, pois considerando tais aspectos que essas informações se instrumentalizam e ganham potência para a pesquisa empírica. Desse modo, a história da área é perpassada pelo conceito de atmosfera do sociólogo francês Pierre Sansot, e algumas das suas legislações são refletidas à luz dos aspectos normativos ou não, marca tão presente no estudo da performatividade.

4.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ATMOSFERA COMERCIAL DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Uma das maneiras possíveis de apresentar uma área da cidade é através do entendimento do processo de construção da sua atmosfera. Segundo o sociólogo francês Pierre Sansot (2004), um bairro é dotado de uma atmosfera responsável por influenciar em diversos aspectos do seu funcionamento, como os usos existentes, os horários e o ritmo das atividades da área e quem são os seus usuários. Um fator determinante na construção dessa atmosfera são as atividades profissionais predominantes realizadas neste espaço. Dessa maneira, um exemplo trazido por Sansot para caracterizar melhor o que é uma atmosfera são os bairros universitários, pois neles existem os laboratórios, as faculdades e, consequentemente, os bares, restaurantes mais simples, gráficas etc. Além disso, os usuários são compostos, em sua maioria, por estudantes, professores e funcionários da universidade. Assim, existe uma ideia sobre a estrutura do funcionamento do lugar construída no imaginário da população ao se falar de um determinado tipo de bairro. Para o autor, essa ideia é a atmosfera.

Sansot também ressalta durante a criação do conceito que o uso – a função predominante em um bairro – não é o único responsável pela criação da atmosfera: "ela (a atmosfera)[7] se subordina à consciência que o homem tem de si mesmo e à imagem, valorizada ou não, do seu bairro. A consciência de si engloba o bairro ao mesmo tempo que o passado e os corpos" (p. 387, tradução nossa)[8]. Por isso, o autor levanta algumas breves questões sobre os monumentos de um bairro e os seus habitantes em relação à formação de sua atmosfera. Para Sansot, os monumentos são os marcos a partir do qual o restante da área começa a ser percebida. Por isso, talvez seja possível afirmar que os monumentos causam o primeiro impacto no usuário ao visitar uma área ou criam uma primeira impressão do lugar. Já em relação aos habitantes da área, a abordagem do autor se relaciona aos aspectos de pertencimento e familiaridade com o espaço, e como esse sentimento de pertencer a um lugar se expande para aspectos da personalidade e da movimentação corporal, pois, quando o sujeito se sente "em casa", fica mais confortável e, em consequência, com "menos vergonha de si".

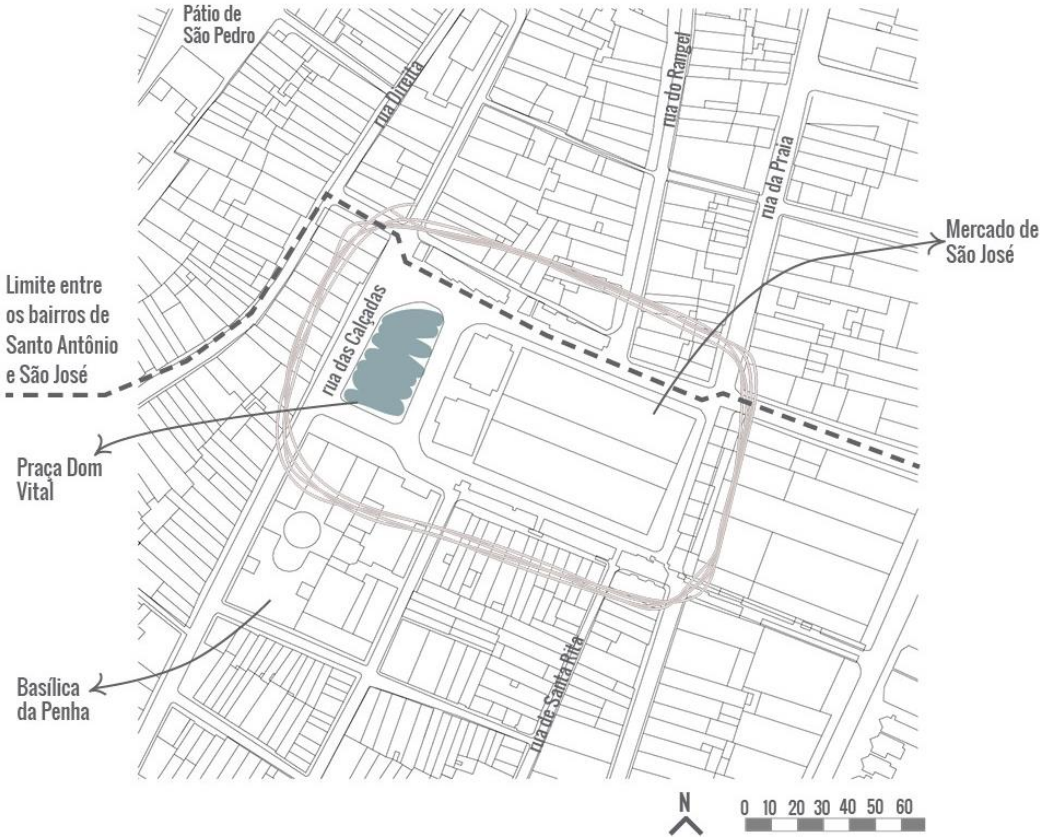
Desse modo, ao se debruçar sobre a área de estudo deste trabalho – a quadra onde está localizado o Mercado de São José: a praça Dom Vital –, inicialmente, busca-se 51presenta-la aqui a partir da construção da sua atmosfera atual. Isso acontece através da exposição de como se desenrolaram alguns processos históricos de formação e ocupação dos bairros de Santo Antônio e de São José, visto que a área de estudo engloba o limite entre os dois bairros, e a instalação de monumentos importantes para a definição dos usos predominantes da área até os dias atuais, ao ressaltar as segmentaridades lineares do entorno imediato do Mercado, o recorte do trabalho (fig. 10). Portanto, a abordagem da área começa a partir do início da sua ocupação mais intensiva e dos primeiros planos urbanísticos, no período de invasão holandesa na cidade do Recife.

O bairro de São José, localizado na antiga ilha de Antônio Vaz, é uma das primeiras áreas ocupadas da cidade do Recife. O seu processo de ocupação se intensifica na primeira metade do século XVII com a invasão holandesa. Segundo a arquiteta Amélia Reynaldo e Paulo Reynaldo Maia Alves (2013), inicialmente a ilha de Antônio Vaz – atuais bairros de Santo Antônio e de São José – "era então um vasto solo inundável, coberto de vegetação com poucas áreas de solo firme". Com a chegada dos holandeses, a ilha é escolhida para ser o

[7] Todas as palavras entre parênteses no trecho foram acrescentadas pela autora.
[8] *"Elle se subordonne à la conscience qu'un homme a de lui-même et à l'image, valorisée ou non, de son quartier. La conscience de soi englobe le quartier au même titre qu le passé et le corps."*

lugar onde se levantaria a cidade holandesa: a cidade Maurícia. A escolha da ilha de Antônio Vaz se dá pela existência de um déficit habitacional para a população menos abastada, principalmente os funcionários da companhia das Índias Ocidentais, empresa holandesa de mercadores. Além disso, a ocupação da ilha facilitava "a comunicação com o resto do continente" (DE MENEZES, Larissa, 2015, p. 81).

Figura 10 - Área de estudo da dissertação

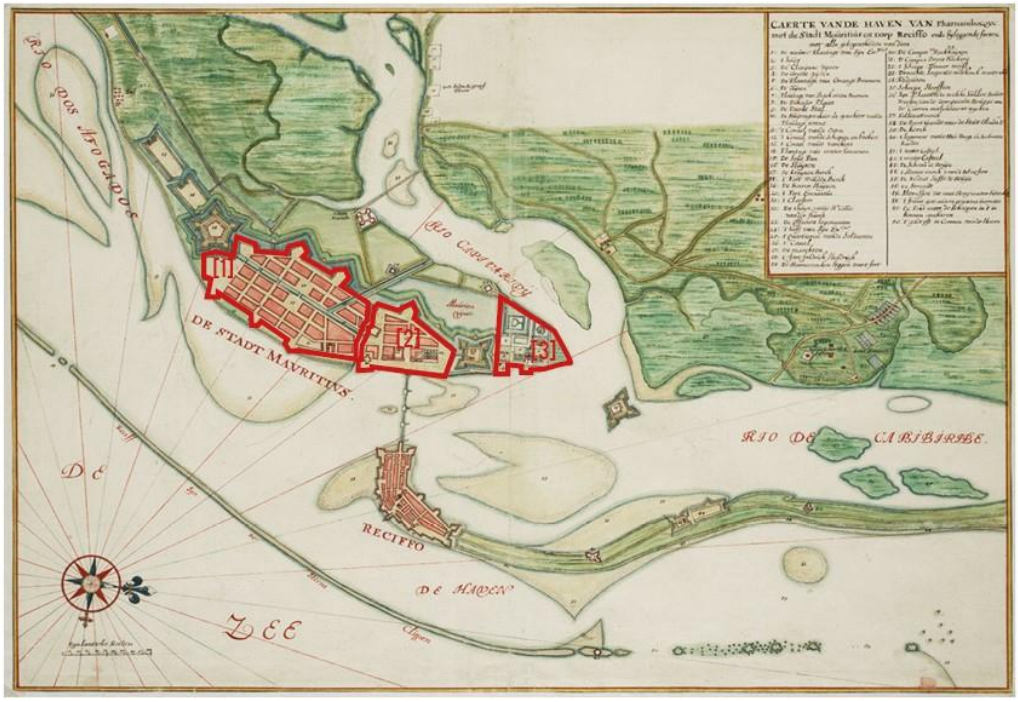


Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Para realizar a ocupação da ilha, é desenvolvido pelo arquiteto holandês Pieter Post um plano urbanístico, em 1639 (fig. 11). Esse plano é baseado na construção de duas pontes, entre elas uma na atual localização da ponte Maurício de Nassau, primeira ligação entra a ilha de Antônio de Vaz e a do Recife – núcleo portuário e ocupação inicial. Após a conclusão da construção da ponte Maurício de Nassau, em 1643, a cidade experimenta um período de relativa urbanização. Segundo Reynaldo e Reynaldo Maia Alves (2013), a ilha do Recife era ocupada por usos como comércio, residência burguesa e atividades diretamente vinculadas ao porto. Dessa maneira, o plano de 1639 previa para a ilha de Antônio Vaz os usos residencial, comercial e institucional. Na porção norte da ilha – atual bairro de Santo Antônio –, foram implementados os usos institucional e comercial, enquanto que na parte sul – atual bairro de São José – prevaleceu o uso residencial, o qual se destinava a uma população menos abastada

que habitava casas térreas. Nesse momento de construção dos bairros, ainda inserido no contexto da ilha de Antônio Vaz como um todo, talvez seja possível afirmar que a consolidação de uma atmosfera também estava em processo, pois, apesar do direcionamento do plano urbanístico de 1639 para um uso habitacional, comercial e institucional, a área ainda se encontrava com uma densidade pequena, devido ao atraso da inauguração da ponte de ligação da ilha de Antônio Vaz com o bairro do Recife.

Figura 11 - Plano urbanístico de Pieter Post



[1] Residências populares [2] Área comercial [3] Edifícios institucionais

Fonte: acervo da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultura da cidade do Recife, 1639.

A partir da setorização e consolidação de alguns usos da ilha propostos inicialmente no plano de 1639, começam a ser definidas algumas atmosferas. Por exemplo, a porção do extremo norte do bairro de Santo Antônio com a predominância de edifícios com uso institucional estabelece essa atmosfera administrativa na área até os dias de hoje. Entretanto, as outras áreas da ilha, o seu centro e a parte sul do bairro de São José, apesar de já apresentarem um certo adensamento e consolidação dos usos, as atmosferas ainda não são as que se encontram lá atualmente, pois ainda sofrem algumas mudanças relacionadas às futuras expansões da cidade.

Após a retomada da povoação do Recife pelos portugueses e brasileiros, inicia-se um período de grande quantidade de construção de edifícios religiosos. Durante a ocupação holandesa, houve uma repressão a manifestações cristãs. Por isso, portugueses e brasileiros enxergavam

nessas construções um fator simbólico de reconquista da cidade, além da substituição por igrejas dos "elementos mais emblemáticos erguidos durante o império holandês" (REYNALDO, Amélia; REYNALDO MAIA ALVES, Paulo, 2013). Outra mudança decorrente da retomada dos portugueses e brasileiros foi o nome da cidade Maurícia. A ilha do Recife mantém o seu nome, mas a ilha de Antônio Vaz – antiga Maurícia – passa a ser dois bairros chamados de Santo Antônio e de São José. Contudo, o zoneamento dos usos estabelecido pelo plano de 1639 de Pieter Post se consolida:

> Com residência popular ao sul, atividades comerciais na área mais central e a sede do poder político no extremo norte [...]. A área comercial manteve o padrão tipológico do núcleo portuário, de sobrados de uso misto, enquanto a área residencial conformava-se com pequenas construções térreas (DE MENEZES, Larissa, 2015, p. 82).

Dessa maneira, o centro da ilha, onde ficava concentrado o uso comercial, tinha um valor de lote mais elevado do que o extremo sul do bairro de São José, onde os sobrados possuíam fachadas estreitas e homogêneas.

No século XIX, os bairros do Recife, Santo Antônio e São José já apresentavam uma ocupação densa e "em sua continuação, uma extensa ocupação dispersa" (REYNALDO, Amélia; REYNALDO MAIA ALVES, Paulo, 2013). A partir desse momento, inicia-se um processo de expansão e de modernização dos bairros coloniais. A atuação urbanística buscava a instalação de um conjunto de equipamentos nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José com o intuito de consolidar uma imagem de centro da cidade. Entre esses equipamentos, estão o teatro de Santa Isabel (1850), a antiga Casa de Detenção (1855) e o Mercado de São José (1875). Além disso, foram elaborados instrumentos urbanísticos para ordenar a expansão urbana, através da criação de "uma rede de estradas que uniu a área central aos arrabaldes" (DE MENEZES, Larissa, 2015, p. 84). Outro aspecto já mencionado e apontado por Sansot no seu texto sobre atmosferas é a relação com os monumentos, como o bairro começa a ser compreendido a partir deles. No recorte da área de estudo da dissertação, a instalação do Mercado de São José desempenha essa função fortalecendo a intensificação da sua atmosfera mercantil, pois funciona como o ponto central da área comercial de São José, a partir do qual as lojas se expandem.

Após esse período de grande investimento no centro da cidade, a área vive um momento de estabilidade até o início do século XX, com poucas mudanças em sua configuração. Posteriormente, a burguesia recifense começa "um processo de abandono da área central, em favor da moradia nos bairros a oeste, ao longo do rio Capibaribe, em sítios e chácaras que

reproduziam a vida rural" (2015, p. 83). Nesse momento, a imagem do centro do Recife começa a mudar e a receber uma conotação negativa, ao ser relacionada à criminalidade, pobreza e insalubridade. Uma das áreas mais afetadas pelo abandono do bairro é a parte central da ilha onde estão os limites dos bairros de Santo Antônio e São José e a quadra do Mercado. Na área, estavam localizados os sobrados de uso misto de uma população mais abastada, com comércio no térreo e habitação nos andares superiores. Já a região sul do bairro de São José não sofre nenhuma evasão de moradores, visto que lá estavam os mais pobres em tipologias de casas térreas.

Um outro grande marco de transformação da área de Santo Antônio e de São José foi a construção da av. Dantas Barreto, concluída na segunda metade do século XX. Segundo a arquiteta Larissa de Menezes (2015), para a construção da avenida fez-se necessário demolir centenas de edifícios, seis quadras inteiras e as igrejas do Paraíso e dos Martírios, além das alterações feitas no pátio do Carmo. O bairro de São José sofreu intervenções já no final da obra, quando também foi cortado pela avenida.

O fortalecimento da transformação da imagem do centro histórico da cidade do Recife no decorrer do tempo em uma área perigosa, pobre e insalubre e a construção da av. Dantas Barreto, que acarretou no desalojamento de diversos moradores da área, resulta na preponderância do uso comercial nos dois bairros – Santo Antônio e São José – em relação à habitação até os dias de hoje. Principalmente, no limite entre esses dois bairros, o qual historicamente já abrigava atividades de cunho comercial na tipologia dos sobrados, no térreo o comércio e nos andares superiores a habitação. Contudo, a área sul de São José conseguiu conservar seus moradores, inclusive em edifícios construídos mais recentemente no século XX, como pode ser observado em uma pesquisa apontada por Menezes (2015): "ao analisar catálogos telefônicos de 1970 e 1971, Nascimento (2004) identificou a seguinte distribuição de usos: [...] em São José, destacava-se o comércio; bares, restaurantes, lanchonetes etc.; e, mais ao sul, uma grande concentração residencial" (p. 87).

Após essa setorização de alguns usos dos bairros de Santo Antônio e São José se estabilizar, é mais fácil identificar como as atmosferas da área foram se formando e se consolidaram. Inclusive, é possível entender e perceber mais claramente a fragmentação do bairro de São José em duas atmosferas: a primeira, ao sul do bairro, com uma atmosfera mais residencial e com a presença de alguns grandes armazéns; e a segunda, próximo ao seu limite com Santo Antônio, um forte polo comercial da cidade. Essas duas atmosferas funcionam de maneira

distinta de acordo com os argumentos trazidos por Sansot e apresentados anteriormente no texto. Por exemplo, a porção sul do bairro tem um uso menos intenso, ou seja, possui um número menor de "visitantes pedestres" diariamente. Em compensação, a área limiar com Santo Antônio tem um ritmo mais acelerado, recebe muitos visitantes que exploram o bairro a pé durante o horário de funcionamento das lojas e, fora do horário comercial, esvazia-se.

Com relação aos usuários e ao que Sansot apresenta como "imagem de si", o bairro se constituiu historicamente como popular. Como mostra a presença histórica dos ambulantes – que será mais detalhada a seguir – e as moradias mais simples com um só pavimento no sul do bairro. Os únicos moradores mais abastados moravam no limite de São José com Santo Antônio nos sobrados. Contudo, com a expansão da cidade, eles deixam a área pelos subúrbios, e os sobrados, em sua maioria, passam a ser ocupados somente no térreo com lojas. Dessa maneira, a área é vista como extremamente popular e é apropriada principalmente por essa camada da população do Recife, tanto como consumidores, como trabalhadores da região.

Através do conhecimento de alguns aspectos do processo de formação histórica dos bairros de Santo Antônio e São José e do equipamento do Mercado de São José, mas principalmente do seu entorno, espera-se retratar a sua atmosfera atual. Assim, passa-se a falar mais precisamente da quadra onde está localizado o Mercado de São José, cercada pela praça Dom Vital – objeto de estudo desta pesquisa – situada exatamente no limite entre os dois bairros (Santo Antônio e São José), os quais, como mostrado historicamente, sempre abrigaram atividades do tipo comercial. Dessa forma, após esse apanhado histórico sobre os bairros de maneira geral, parte-se para uma tentativa de construção dos processos mais relacionados à praça, com o intuito de entender algumas de suas peculiaridades para, assim, ser possível também perceber como essa atmosfera espacial reflete na corporeidade do seu usuário, mais precisamente na sua performatividade.

Segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN, 2010), inicialmente o polo de comercio alimentício na ilha de Antônio Vaz se localizava na praça do Polé, atual praça da Independência, na qual se encontravam vendedores de peixe, frutas, verduras e legumes, artesanato doméstico etc. Contudo, no século XVIII, os frades capuchinhos que habitavam o convento de Nossa Senhora da Penha de França solicitaram ao então governador D. Tomás José de Mello a transferência do polo comercial para próximo de onde estavam, no bairro de São José. Assim, dá-se início a uma ocupação de comércio

informal no local “que ficou conhecido posteriormente como largo da Ribeira do Peixe” (GUILLEN, Isabel, 2009, p. 3). Para a historiadora Isabel Guillen, a Ribeira do Peixe era um “mercado popular formado por bancas montadas ao ar livre e que vendiam de tudo o necessário para o abastecimento alimentar da cidade” (2009, p. 2).

Somente na metade do século XIX, como parte do processo de modernização do centro histórico do Recife, o engenheiro francês Victor Lieutier, contratado pela Câmara Municipal do Recife, desenvolveu um projeto de mercado para área inspirado no mercado público Grenelle, localizado em Paris e feito em ferro. Dessa maneira, em 1872, inicia-se a construção do Mercado de São José, que “simbolizava e resumia todos os ideais de modernidade, salubridade e civilidade” (p. 2). Porém, ele só é inaugurado em 1875, pois as peças em ferro para sua construção vinham praticamente todas da França, atrasando um pouco o processo (fig. 12). Assim, o mercado se torna o maior centro de compras e de abastecimento do Recife até os anos 1960, quando acontece a proliferação de supermercados pela cidade.

Figura 12 - Mercado de São José

Fonte: acervo da Fundação Joaquim Nabuco, 1905.

Durante o processo de construção do mercado de São José, os frades capuchinhos também construíam a atual basílica da Penha. De acordo com a arquidiocese de Olinda e Recife, os capuchinhos chegaram ao Recife na época da ocupação holandesa, em 1642. “Posteriormente, os capuchinhos receberam a doação de um vasto sítio e construíram um hospício e uma igreja”. Em 1870, os capuchinhos demolem a antiga igreja e constroem a atual basílica da Penha. Dessa forma, é na década de 1870, com a construção da basílica, que a configuração da área começa se assemelhar ao existente atualmente.

Apesar das tentativas da prefeitura de controlar e minimizar as barracas ao redor do mercado, elas resistem e permanecem na trajetória da área até os dias de hoje. Durante os anos de 1940 e 1960, a área era marcada por uma grande efervescência cultural. Uma grande quantidade de artistas populares e personalidades recifenses se concentravam na praça do Mercado – atual praça Dom Vital – e no entorno do Mercado de São José. Entre eles, o poeta Ascenso Ferreira e o cronista e compositor Antônio Maria. Era possível encontrar no entorno do Mercado "apresentações de mágicos, acrobatas, ventríloquos, ouvindo-se ainda sons de pandeiros, zabumbas, cavaquinhos e sanfonas" (IPHAN, 2010). Outro equipamento cultural existente nesse período no local era o cinema Glória. O cinema foi inaugurado em 1926 e teve sua última exibição em agosto de 1984. A maior quantidade de seus usuários eram os frequentadores do Mercado de São José e da praça Dom Vital e era famoso por suas sessões vespertinas. Hoje, o edifício do antigo cinema funciona como uma loja.

Atualmente, a área continua extremamente comercial, e o Mercado funciona como centro vital dessa atividade, ao atrair um grande público local e de turistas. Além da historicidade do edifício do mercado, da basílica e da área, os produtos regionais que podem ser encontrados tanto dentro do Mercado, como nas barracas do seu entorno, desempenham um grande atrativo para os visitantes. Entre esses produtos estão ingredientes para cozinha, refeições, cordéis, artigos de vestuário, além da feira que acontece de segunda a sábado. Além das atividades comerciais desempenhadas de segunda a sábado, a basílica da Penha celebra missas aos domingos, às terças-feiras pela manhã e às sextas-feiras durante todo o dia.

Após essa caracterização de alguns equipamentos e da dinâmica da área à luz do entendimento do conceito de atmosfera, parte-se para uma outra etapa da abordagem, também segundo uma perspectiva de Pierre Sansot, ao tratar dos usuários do lugar.

4.2 OS PERSONAGENS DA ÁREA DE ESTUDO

Um dos aspectos mais importantes na formação de uma atmosfera urbana diz respeito aos usuários do lugar, pois seus corpos são os responsáveis por executar, performar e reforçar as características de determinada atmosfera. No caso da quadra do Mercado de São José, já compreendida anteriormente como uma área de atmosfera comercial e popular, os usuários solidificam bastante esse cenário, visto que as ruas da região são ocupadas predominantemente por corpos de clientes e vendedores do comércio informal, o que ainda

adiciona à atmosfera a coexistência entre o formal e o informal, segundo uma normativa estabelecida pelo Estado.

Esses corpos constroem uma linguagem da rua, criam, junto com a história do lugar e com os fluxos políticos ali operantes, uma narrativa. Como já visto nesta dissertação através do trabalho de Maurice Merleau-Ponty (2006), a linguagem pode ser gestual e é assim a configuração da linguagem da rua aqui discutida. Os seus "personagens" performam o seu papel de acordo com aquele lugar, o qual é perpassado por significados políticos e, por isso, acabam por produzir performatividades do jogo político do cotidiano da cidade. Afinal, fora de casa, "não somos mais maridos, esposas ou filhos, mas os homens e as mulheres que falam forte, como respiram, andam e digerem"[9] (SANSOT, Pierre, 2004, p. 266, tradução nossa). Dessa maneira, a partir da construção do processo de formação da área e da observação realizada em campo, foram identificados alguns grupos predominantes de usuários, os quais se relacionam diretamente com a atmosfera. São eles: os trabalhadores do comércio informal, os clientes e os pedestres da área.

Durante a construção do seu entendimento de atmosfera, Sansot (2004) ressalta a importância dos corpos presentes nos espaços e como eles são parte essencial na composição dessas atmosferas. Como já comentado, o autor se refere, principalmente, à "imagem de si" do sujeito e como a imagem se desdobra para o bairro e para a sua movimentação corporal, pois, ao se sentir confortável e pertencente a um espaço, o corpo se comporta de maneira mais genuína e sente-se mais acolhido. Dessa forma, é possível apontar que os trabalhadores do comércio informal – ocupantes diários da área – possuem uma maior intimidade com o espaço, a qual acaba por produzir corpos mais relaxados e ágeis na hora de agir, porquanto eles "sabem que a existência se resume a conhecer bem os cantos e as correntes favoráveis e desfavoráveis de uma cidade"[10] (2004, p. 265, tradução nossa). Assim, os corpos em ação dos comerciantes informais ditam um ritmo para a área e os horários de maior intensidade de uso do espaço. Além disso, segundo Sansot, o conhecimento íntimo da rua provoca uma sensação de posse do espaço, e isso é refletido na corporeidade, porque o sujeito passa a ter uma atitude mais autoritária em relação aos acontecimentos do espaço.

Do mesmo modo, os clientes precisam acompanhar o ritmo ditado pelos comerciantes, pois é necessário se adaptar a como as trocas comerciais são realizadas e aos horários de

9 *"Dehors, il ne seront pas des maris, des épouses ou des fils mais des hommes et des femmes qui parlent fort, comme l'on respire, comme l'on marche, comme l'on digère."*

10 *"Il semblerait que l'existence se résume à bien connaître les coins et les courants favorables ou défavorables d'une ville."*

funcionamento. Assim, os clientes que possuem uma maior familiaridade e intimidade com o lugar conseguem acompanhar o ritmo de maneira mais harmônica, inclusive o incorporam no seu caminhar e gesticular, com movimentos mais precisos e velozes. Diferentemente, os visitantes esporádicos da área – ou turistas – se movimentam com mais calma, principalmente os turistas, que, segundo Sansot, possuem "um ar de dominados" (p. 265) pelo espaço, falta a eles a familiaridade para se sentirem confortáveis em suas explorações. Em relação aos pedestres identificados na área, eles são as pessoas que circulam sem interagir com o comércio a sua volta. Os pedestres utilizam a área como uma passagem para os seus percursos pessoais e, por isso, normalmente, não carregam sacolas e nem possuem uma postura e olhar atento às mercadorias ao seu redor.

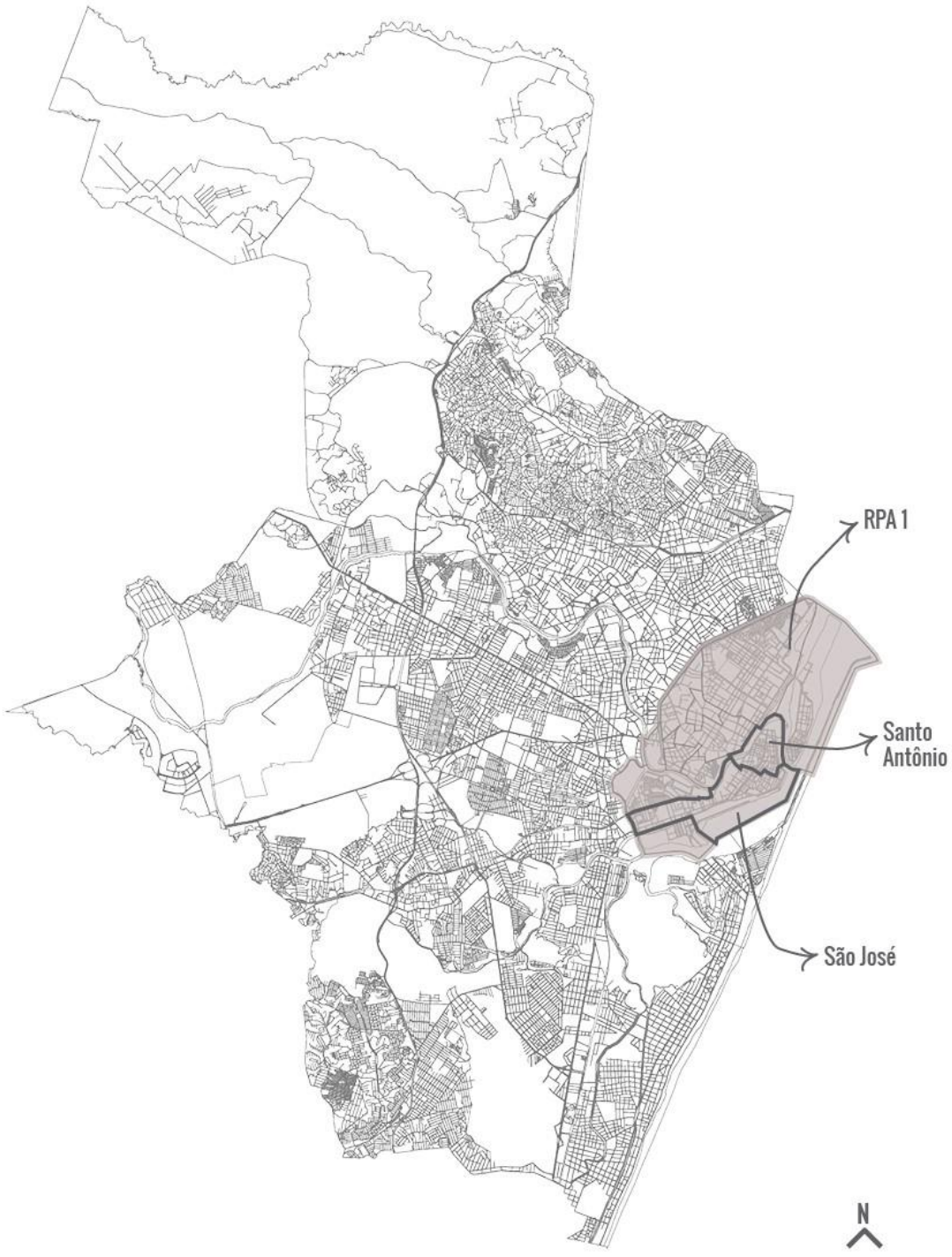
É interessante ressaltar como os corpos são os responsáveis por dar toda a vida ao lugar, impor ao espaço uma cadência, principalmente, ao se tratar de um lugar ocupado em grande parte pelo trabalhador do comercio informal, pois o comerciante informal cria um ritmo próprio, "uma palavra rápida, independente, livre de todos os entraves de uma lógica linear" (p. 272). Assim, após esse processo linear de descrever os personagens identificados na área e que caracterizam a atmosfera da quadra do Mercado de São José, parte-se para uma caracterização da área a partir de algumas legislações urbanísticas municipais e federais, com o intuito de contribuir para a discussão entre o corpo performativo, o espaço urbano e a normatividade.

4.3 OS ASPECTOS URBANÍSTICOS NORMATIVOS

Para continuar a investigação da pesquisa, é importante trazer as leis estabelecidas pelo Estado e atuantes no espaço urbano, pois essas legislações se desdobram também como uma maneira de controle para os aspectos da atuação do corpo. No caso dos bairros de Santo Antônio e São José, diversas leis e instrumentos urbanísticos atuam. O poder estatal busca atuar no controle e na regulamentação tanto do espaço, como dos usuários. Por isso, para entender como a performatividade ocorre nesse lugar, é importante trazer as camadas de poder ali existentes. Em relação às normativas espaciais, a primeira e mais abrangente imposta pela municipalidade é a divisão da cidade em Regiões Político Administrativas (RPA). Os bairros de Santo Antônio e São José, onde se localiza a área de estudo deste trabalho, pertence à RPA 1 (fig. 13), que acolhe todo o núcleo de formação inicial da cidade e é formada pelos seguintes bairros: bairro do Recife, de Santo Antônio, de Santo Amaro, da

Boa Vista, do Cabanga, dos Coelhos, da Ilha do Leite, da Ilha de Joana Bezerra, do Paissandu, da Soledade e de São José. Como este trabalho trata especificamente da área de entorno do Mercado de São José, só os instrumentos e leis responsáveis por regulamentar essa área ou influenciá-la serão apontados aqui.

Figura 13 - Região Político Administrativa 1 (RPA)



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Por Santo Antônio e São José se tratar de uma área histórica, a lei municipal a enquadra na categoria de Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH). A ZEPH do bairro de São José é a 10, a qual abrange também o bairro de Santo Antônio e tem como objetivo preservar tanto alguns edifícios representativos dos séculos XVIII ao XX, como o "traçado primitivo da trama urbana em certos trechos" (Lei nº 16.176/ 96). A ZEPH é dividida em Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e Setores de Preservação Ambiental (SPA), responsáveis por manter a coerência do contexto urbano dos SPRs, porém com um menor rigor em relação às intervenções. A área onde está o Mercado de São José é a SPR 4 e está circundada por algumas SPAs e uma Zona de Ambiente Construído restrita (ZAC), onde fica o cais de Santa Rita (fig. 14). Além disso, também é interessante indicar os edifícios tombados na área de estudo do trabalho. São eles: o edifício do Mercado de São José, tombado em nível federal pelo IPHAN, desde o seu centenário, em 1973, por conservar a sua estrutura de ferro e ser o edifício mais antigo pré-fabricado do Brasil (fig. 15); e a basílica da Penha, tombada em nível estadual pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) desde 2010 (fig. 16).

Figura 14 - ZEPH 10

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 15 - Mercado de São José

Fonte: site Minube, 2013.

Figura 16 - Basílica da Penha

Fonte: blog Arquitetura e o Sagrado, 2014.

Além das divisões políticas da área estabelecidas pelo governo, há legislações importantes para serem apresentadas aqui, por acrescentarem algumas questões na discussão do normativo e não normativo. São as leis mais relacionadas ao desenho urbano, principalmente, ao desenho das calçadas e das ruas. No nível municipal, têm-se a Lei 16.292/97 e suas atualizações: Lei 16.890/03 e Decreto 20.604/04 (anexo A) e, no nível federal, a Associação Brasileira de Norma Técnica (ABNT) estabelece a Norma Técnica (NBR) 9050 (anexo A). As leis municipais tratam, principalmente, das questões relacionadas ao passeio público e ao imóvel, ao destacar aspectos dos limites entre público e privado e as obrigações do dono do

imóvel com os cuidados de manutenção da calçada. Já a NBR, recomendada pela norma municipal como modelo para projeto, debruça-se e pormenoriza mais os critérios e detalhes relacionados ao desenho do passeio, ao indicar, por exemplo, as medidas mínimas de largura e orientar para o desenho universal.

Uma secretaria municipal muito atuante na regulamentação do espaço urbano de São José é a secretaria de Mobilidade e Controle Urbano (Semoc), pois ela é a responsável pela fiscalização do comércio informal e organiza e autoriza – ou não – o seu funcionamento. Um dos mecanismos de atuação utilizado pela secretaria é o cadastramento de alguns comerciantes, o que os licencia para o exercício da atividade no local. Contudo, nem todos possuem ou são cadastros pela prefeitura, o que constitui uma relação de tensão entre esses personagens. Os comerciantes não cadastrados, ao serem identificados por um fiscal da prefeitura, têm as suas mercadorias apreendidas e precisam pagar uma multa para recuperá-las. Essa relação conflituosa provoca alguns transtornos e embates entre as duas partes, por exemplo, o protesto ocorrido em abril de 2018 no bairro e reprimido violentamente pela polícia (Jornal do Commercio, 2018).

Em contrapartida, os comerciantes informais são organizados politicamente – através da atuação do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal do Recife (Sintraci) – e historicamente resistem às tentativas de retirada das suas barracas. Dessa maneira, na área, consolidou-a presença das barracas e diversos produtos podem ser encontrados, em uma organização espacial que parece seguir uma estrutura setorizada. Por exemplo, o espaço da feira, dos peixes, das ervas, dos concertos de objetos domésticos, das roupas, das sandálias de couro etc. Assim como mostrado entra a micropolítica e a macropolítica, a coexistência entre poder governamental e ambulantes nem sempre é pacifica, mas na cidade do Recife é uma realidade contínua.

Dessa maneira, essas são algumas das camadas responsáveis por compor fluxos de controle ou rupturas as normatividades existentes na quadra do Mercado de São José: as leis municipais e federais, os responsáveis pela fiscalização das normas, a informalidade do comércio e os consumidores e usuários da área. Essas forças se desdobram na organização espacial e na forma de apropriação do espaço por cada personagem, o que reflete diretamente na maneira como cada um performa a sua corporalidade.

4.4 SÍNTESE DOS ASPECTOS IDENTIFICADOS ATRAVÉS DA SEGMENTARIDADE LINEAR

Como forma de sintetizar as informações encontradas a partir da investigação de alguns processos relacionados à segmentaridade linear da área, tem-se o quadro 3 abaixo, que destaca as informações mais relevantes para dar continuidade às próximas etapas de análise: as segmentaridades circular e binária, sempre perpassadas pela questão da normatividade. O quadro 3 traz informações relacionadas ao espaço - a atmosfera -, mas também relacionadas aos corpos - os personagens representados na área - e as normas que regem o recorte de estudo.

Quadro 4 - Síntese da segmentaridade linear

Processos da segmentaridade linear	**Características-chave**
Atmosfera urbana	Área com atmosfera, predominantemente, comercial, popular e informal, pois conta com grande presença de trabalhadores do comércio informal, os quais ocupam o espaço através de barracas.
Personagens	Trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal; clientes; e transeuntes.
Legislação	- Lei 16.292/97 e suas atualizações: Lei 16.890/03 e Decreto 20.604/04: questões relacionadas ao passeio público e ao imóvel, ao destacar aspectos dos limites entre público e privado. - NBR 9050: critérios relacionados ao desenho da calçada.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

5 SEGMENTARIDADE CIRCULAR: AS FORMAS DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

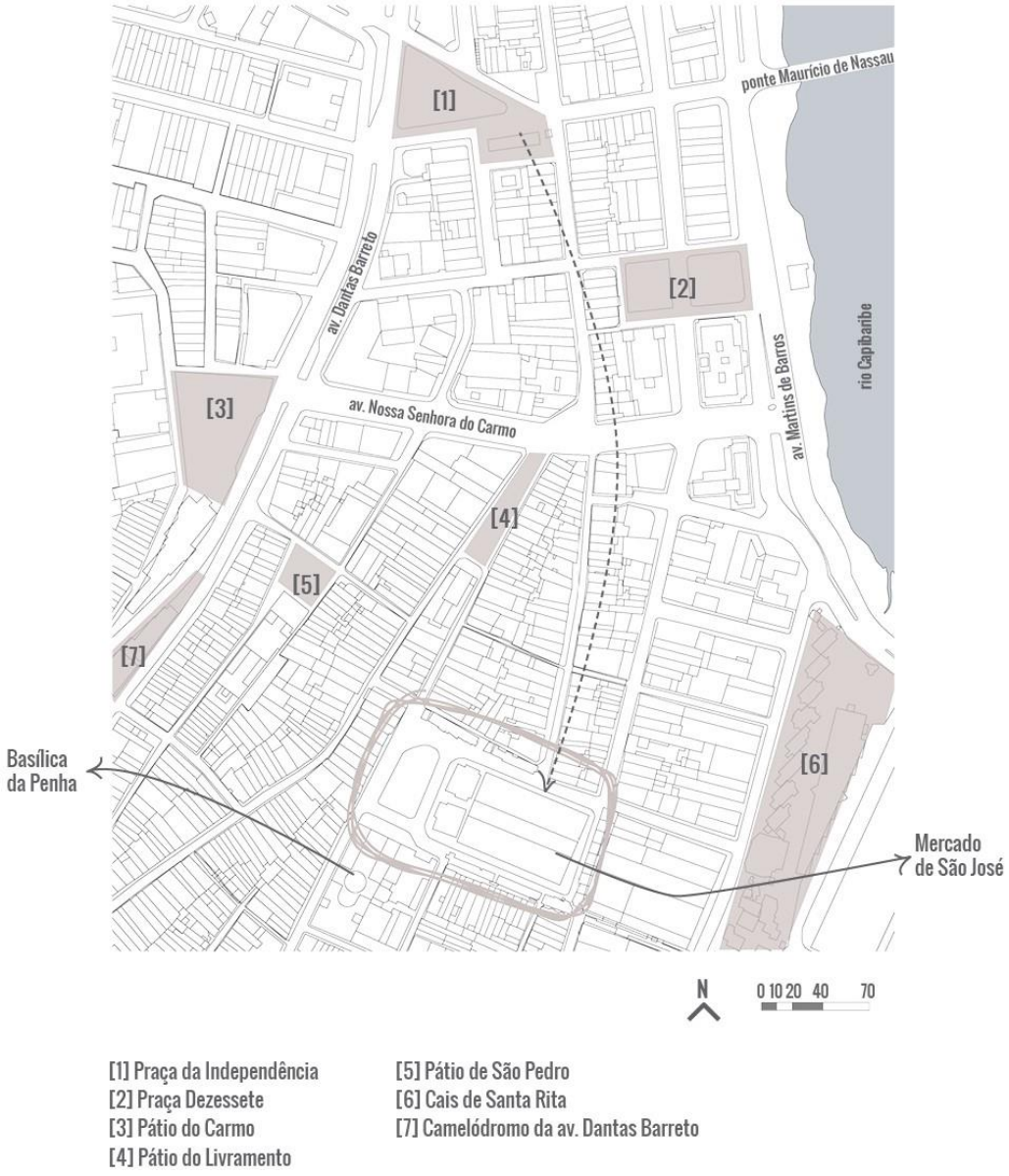
Através da investigação das segmentaridades circular existentes na área de estudo, pretende-se compreender algumas lógicas de ocupação do espaço pelos seus usuários, ao levar em conta o argumento trazido no conceito de segmentaridade circular sobre os círculos concêntricos ou não e associá-los a questão normativa. Desse modo, como já foi comentado no capítulo anterior, a área de estudo possui uma atmosfera comercial, popular e informal, na qual um dos grupos de personagens mais predominantes são os comerciantes informais, responsáveis por ocupar o espaço de maneira mais fluída e não normatizada. Por isso, entender as lógicas de ocupação da quadra é perceber, principalmente, o embate e a coexistência entre as intervenções formais e informais, a partir da estrutura das ocupações existentes no espaço público e da escolha do lugar onde essas ocupações se instalam.

Ao iniciar essa etapa da análise, a partir de um olhar mais macro da área de estudo, é possível perceber, até em virtude do processo histórico de ocupação da área já exposto neste trabalho, a existência de um centro formal de atração para a ocupação dos trabalhadores do comércio informal: o edifício do Mercado de São José. A estrutura formal da quadra, com a praça Dom Vital e o Mercado, concentra grande parte das barracas do comércio informal do bairro, inclusive a feira – presente desde o início século XVIII. Em algumas áreas específicas dos bairros de Santo Antônio e de São José, não acontece a concentração da ocupação das barracas, apesar de uma grande parte da extensão desses bairros possuir uma atmosfera receptível ao comércio popular e ter a presença de algumas barracas. Dessa maneira, ao relacionar a morfologia da área juntamente com a história e os usos expostos aqui através da segmentaridade linear, o Mercado consolida-se como um centro de atração para a ocupação do comércio informal.

Em relação à morfologia, destacaram-se os espaços livres da região – os mais próximos à quadra do Mercado (fig. 17). Analisou-se, também, em quais desses espaços existe uma ocupação não normativa, como foi percebido no recorte de estudo da dissertação, e qual a densidade dessa ocupação não formal. Por exemplo, tem-se a praça da Independência [1], antiga praça do Polé, que antigamente abrigava a feira, como já comentado. Entretanto, a pedido dos frades capuchinhos, a feira passa a ser localizada próxima ao convento de Penha da França, onde hoje se localiza a basílica da Penha. Ou seja, desde o século XVIII, a feira permanece se realizando na atual quadra do Mercado de São José, inaugurado somente em

1875. Já na praça da Independência, atualmente não existe uma grande concentração de comerciantes informais, pois grande parte das lojas se localizam no interior dos edifícios e em quiosques legitimados e instalados pela prefeitura. As barracas são mais exíguas na área e ocupam pontos como as paradas de ônibus.

Figura 17 - Espaços livres próximos ao Mercado de São José



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Outros espaços livres da região podem ser apontados, são eles: a praça Dezessete [2]; o pátio do Carmo [3]; o pátio do Livramento [4]; e o pátio de São Pedro [5]. A praça Dezessete está inserida em uma atmosfera urbana diferente da caracterizada anteriormente para a praça Dom Vital e é mais semelhante ao norte do bairro de Santo Antônio, o qual possui uma atmosfera institucional. Isso ocorre porque, em uma de suas esquinas, está localizado o fórum Thomaz

de Aquino, responsável por trazer as características de uma área mais institucionalizada ao espaço. Dessa maneira, a praça é mais controlada pelo poder estatal, o número de carros estacionados é maior, o fluxo de pedestres menos intenso, e os personagens são diferentes dos encontrados na praça Dom Vital. Nos pátios das igrejas, a presença dos trabalhadores do comércio informal é quase nula, mesmo no pátio do Livramento, que é cercado por uma grande quantidade ativa de lojas formais com característica popular e intensamente frequentadas. Às vezes, o pátio do Carmo recebe algumas feiras, porém são feiras temporárias e normatizadas, com a sua estrutura estabelecida pela prefeitura.

Como tentativa de concentrar, ordenar e controlar os comerciantes informais da área central do Recife, foi construído o camelódromo na avenida Dantas Barreto [7], porém o projeto não foi bem sucedido, como mostra algumas manchetes de jornais locais: “Camelódromo agoniza no centro do Recife” (jornal do Commercio, em 2016); “Dantas Barreto, a cara da desordem” (jornal do Commercio, em 2010); “Vias de São José à espera da redenção” (Folha de Pernambuco, em 2017). Uma situação semelhante vive o camelódromo do cais de Santa Rita [6], onde grande parte dos boxes ficam fechados e sem uso.

Dessa forma, a localização histórica da feira na praça Dom Vital e em frente a atual basílica da Penha perdurou e impulsionou a criação do Mercado de São José, ainda no século XIX. Consequentemente, nos dias de hoje, o Mercado funciona como uma centralidade do comércio popular do centro do Recife e baliza as instalações das barracas dos comerciantes informais, as quais ocupam principalmente os limites do edifício do Mercado, mas também os limites da praça Dom Vital, as ruas que cercam a quadra e as ruas que levam a quadra do Mercado. Assim, apesar de as barracas do comércio informal não serem normatizadas pelo poder estatal, elas são instaladas através de uma lógica de ocupação da estrutura formal da cidade e o círculo de atração tem o seu centro no Mercado de São José, ou seja, uma lógica concêntrica de ocupação, relacionando-se, assim, a uma estrutura macropolítica (fig. 18).

Mesmo com uma conformação da segmentaridade circular de forma mais dura em relação a uma visão macro da área, vale relembrar como as diversas segmentaridade sempre coexistem e não é diferente na área do trabalho. Ao direcionar o olhar sobre a ocupação da área para uma escala menor – o recorte propriamente dito da dissertação –, é possível perceber diversos círculos com centralidades distintas, aproximando-se mais de uma organização com lógica micropolítica. Os trabalhadores do comércio informal ocupam as brechas existentes no espaço formal, brechas no sentido como foi apontado por Igor Guatelli (2012): áreas abertas a novas

possibilidades de acordo com a apropriação feita pela população. Essas áreas abertas são regulamentadas pelo poder estatal, porém a ocupação das barracas sobressai as forças normativas. Além disso, no caso da área de estudo, essas formas de ocupar o espaço se renovam todos os dias, visto que variam de posição e densidade, como mostram as figuras aéreas da área abaixo tiradas do site *Google Earth*, em fevereiro e em agosto de 2019 (fig. 19 e 20).

Figura 18 - Mercado de São José como uma centralidade

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 19 - Quadra do Mercado de São José em fevereiro de 2019

Fonte: *Google Earth*, 2019.

Figura 20 - Quadra do Mercado de São José em agosto de 2019

Fonte: *Google Earth*, 2019.

As brechas, os lugares ocupados pelo comércio informal, possuem algumas características em relação à sua conformação e localização. Por exemplo, os dois equipamentos público da área – o Mercado de São José e a praça Dom Vital – têm uma relação de liminaridade com as barracas. Os limites do edifício do Mercado e da praça são ocupados pelas instalações das barracas, porém, no caso da praça, o seu interior permanece vazio, com exceção de alguns materiais depositados. Assim, o interior da praça funciona como um tipo de depósito para os equipamentos e mercadorias dos trabalhadores do comércio informal. Ademais, a liminaridade também é uma característica presente nas ocupações com barracas nas calçadas e próximas aos imóveis privados com o uso predominantemente de lojas. Dessa maneira, a espacialização das barracas, em sua maioria, é estabelecida em limites espaciais e, assim, tangencia os imóveis públicos e privados da área, além do espaço da praça Dom Vital.

As brechas encontradas no espaço formal pelos trabalhadores do comércio informal, apesar de serem rizomáticas em relação à espacialidade, pois se localizam nos "entre-lugares", possuem uma estrutura relativamente rígida no tocante à distribuição espacial dos usos, porquanto é possível fragmentar a área de acordo com os tipos de mercadoria das concentrações mais densas de barracas. São eles: produtos diversos; panelas, produtos em couro e roupas; feira; e flores e ervas. Cada tipo de mercadoria está localizado em uma área específica. Inclusive, os produtos diversos são encontrados em dois locais distintos, mas com características espaciais semelhantes: a ocupação acontece na calçada e limite a uma fachada de loja ou a rua, com a presença de alguns poucos boxes (fiteiros) legitimados pela norma (fig. 21). Nessa área, os corpos fazem um percurso linear nos corredores criados entre as barracas e as fachadas, os desvios possíveis e os espaços de fuga são as lacunas existentes entre algumas barracas (fig. 22).

Figura 21 - Rua das Calçadas

Fonte: Autora, 2019.

Figura 22 - Percurso dos corpos

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A área destinada a panelas, produtos em couro e roupas não é composta em sua totalidade por barracas, mas por uma estrutura mais fixa: uma grande coberta instalada, a qual internamente é fragmentada pelos diversos trabalhadores que a ocupam (fig. 23). Nessa área, os corpos dos trabalhadores circulam dentro das delimitações dos seus espaços, enquanto os clientes transitam pelas ruas e adentram ou não a área do comércio (fig. 24).

Figura 23 - Panelas, produtos em couro e roupas

Fonte: Autora, 2019.

Figura 24 - Percurso dos corpos

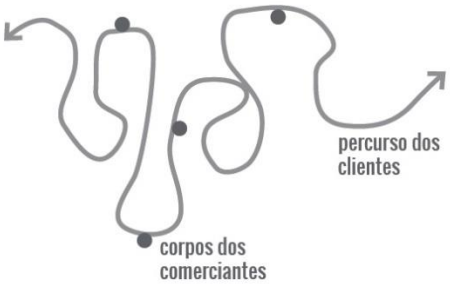
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Já a feira tem uma ocupação liminar com relação aos equipamentos públicos – o Mercado e a praça – e é bastante densa, por isso, cria labirintos no seu interior. Além disso, possui uma estrutura física mais frágil, pois os materiais utilizados nas barracas são improvisados e adaptados (guarda-sol, restos de tábuas, caixotes etc.). O tipo de mercadoria vendido também acaba por interferir na estrutura espacial, visto que produz bastantes restos, os quais ocupam as ruas (fig. 25). Em consequência da espacialização das barracas, os corpos dos clientes e pedestres andam em direções labirínticas e desviam de obstáculos nos trechos mais estreitos. Já os trabalhadores do comércio informal possuem uma posição mais estática (fig. 26).

Figura 25 - Feira

Fonte: Autora, 2019.

Figura 26 - Percurso dos corpos



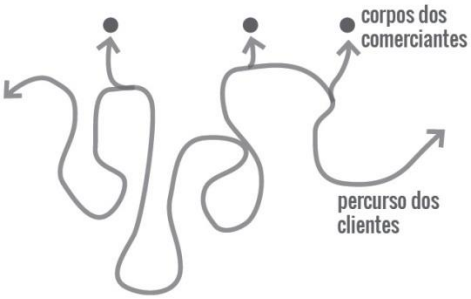
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Por fim, a seção de flores e ervas é a área mais sedimentada e legitimada pela norma, porque ocupa, em sua maioria, boxes fixos construídos pela prefeitura na faixa de serviço da calçada, só há algumas barracas não formais na extremidade da ocupação. A proximidade entre os boxes e a feira produz uma sensação de continuidade espacial e compõe uma unidade visual (fig. 27). O acesso dos corpos dos clientes é através do percurso realizado na feira e os comerciantes têm os seus corpos mais em repouso, pois ficam dentro dos boxes (fig. 28).

Figura 27 - Boxe com ervas

Fonte: Autora, 2019.

Figura 28 - Percurso dos corpos



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

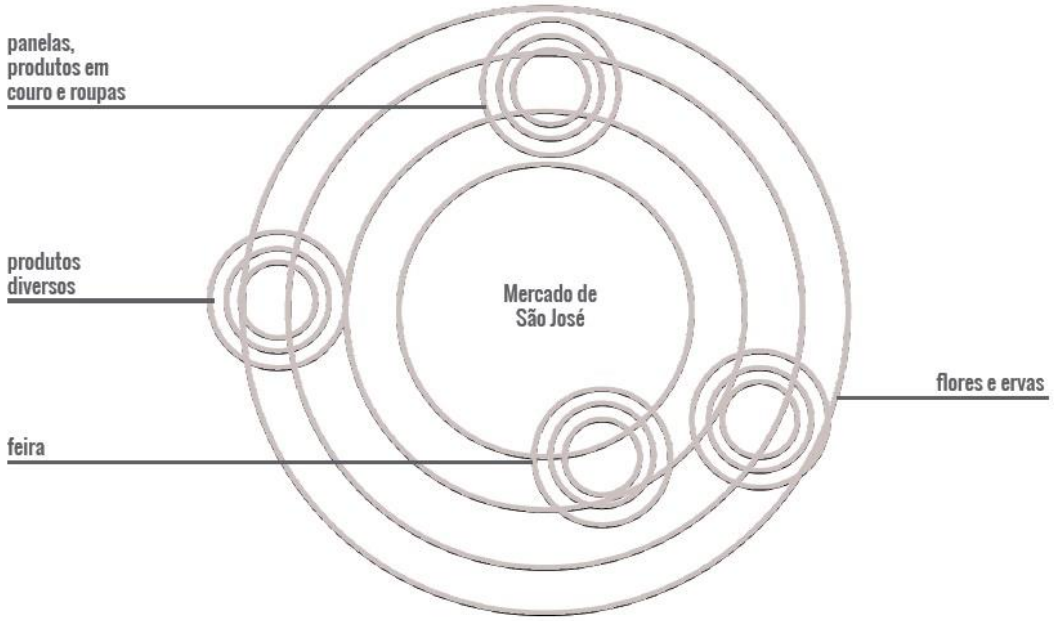
Dessa forma, a figura 29 mostra a espacialização das áreas identificadas e discutidas no recorte de estudo.

Figura 29 - Os vários círculos de ocupação na área

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

As segmentaridades do tipo circular existentes na área de estudo mostram a complexidade da coexistência entre as diversas maneiras de se conformar de uma segmentaridade, pois não existe uma unanimidade. As segmentaridades sempre se entrelaçam e compõem as peculiaridades de cada organização social. Por exemplo, no caso analisado nesta dissertação, inicialmente, tem-se uma organização concêntrica, o Mercado de São José é tomado como o centro de ocupação e atração pelos comerciantes e usuários da área. Em seguida, os trabalhadores do comércio informal, a partir de uma lógica descentralizada, ocupam os espaços livres e limítrofes aos equipamentos públicos e lojas, as brechas espaciais identificadas por eles. No entanto, a maneira como esses trabalhadores estruturam e localizam as suas barracas é orientada pelo tipo de mercadoria comercializada, o qual cada tipo de mercadoria funciona como um centro de atração de ocupação. Dessa maneira, a figura 30 procura sintetizar através de um diagrama as coexistências entre as estruturas micropolíticas e macropolíticas na ocupação espacial da área. Vale reforçar como as diversas conformações das segmentaridades funcionam conjuntamente e perpassam os vários aspectos da sociedade, inclusive, as estruturas da cidade e a sua influência nas performatividades dos seus usuários.

Figura 30 - Diagrama da segmentaridade circular na área de estudo



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

5.1 SÍNTESE DOS ASPECTOS IDENTIFICADOS ATRAVÉS DA SEGMENTARIDADE CIRCULAR

Cada área que foi identificada de acordo com o tipo de mercadoria comercializada possui uma determinada estrutura espacial, porque as estruturas inseridas no espaço são construídas com alguns materiais distintos, aproximam-se mais ou menos de uma legitimação do controle municipal e o local onde foram instaladas na área de estudo, relacionando-se com espaços públicos ou privados. Dessa forma, o corpo pode se apropriar e performar nesses fragmentos espaciais de maneira diferente, ao se aproximar ou não de uma estrutura mais normativa, como já foi ensaiado nos percursos executados na área de estudo. Por isso, para a próxima etapa da análise empírica – a segmentaridade binária –, os corpos existentes na área de estudo e fotografados serão tomados de acordo com os seus personagens, o conceito de performatividade e com cada fragmento espacial da área identificados a partir da segmentaridade circular, e as estruturas de ocupação da área serão julgadas a partir dos seus materiais construtivos, a sua relação com a esfera pública e privada, a legitimidade e o local de inserção (tabela 2).

Quadro 5 - Direcionamentos para a análise da segmentaridade binaria

Local de inserção	**Materiais construtivos e contexto espacial**	**Legitimidade normativa**	**Corpo performativo**
[01] Produtos diversos	- Quais são os materiais usados na composição da estrutura inserida no espaço público da área de estudo? - A estrutura é fixa ou móvel? - Como se relaciona com o espaço urbano (rua, calçada, edifícios públicos e privados, praça)?	Em relação as normas que perpassam a área, a estrutura é algo legitimado pela normativa ou não?	- Quais são os personagens registrados? - Como eles gesticulam? Ao tomar o gesto como uma forma de interação (quadro 1). - Quais movimentos corporais são executados?
[02] Panelas, produtos em couro e roupas			
[03] Feira			
[04] Flores e ervas			

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6 SEGMENTARIDADE BINÁRIA: A PERFORMATIVIDADE E A CIDADE ENTRE A DUALIDADE DO NORMATIVO E DO NÃO NORMATIVO

Este capítulo busca, através do entendimento das dualidades existentes no conceito de segmentaridade binária, evidenciar aspectos da relação entre o corpo e a área de estudo, para interpretar as relações de apropriação do espaço urbano pelos corpos performativos, a partir da normatividade. Para isso, serão relacionados pontos-chave do conceito de performatividade (quadro 01) com questões normativas, principalmente as legislações sobre a organização e o controle do espaço urbano, além de observar as características das estruturas espaciais presentes na área (tabela 02). É importante ressaltar que o processo de análise é enriquecido pelas informações já identificadas nas etapas anteriores, como os personagens e a atmosfera (quadro 03); as leis (quadro 03 e anexo A); e os fragmentos identificados na área de estudo (tabela 02).

6.1 AS ESTRUTURAS ESPACIAIS E AS CORPOREIDADES DOS SEUS PERSONAGENS

Como maneira de ajudar na organização da análise, a área de trabalho é abordada nessa etapa por meio dos fragmentos espaciais identificados no capítulo anterior de acordo com a ocupação dos trabalhadores do comércio informal – produtos diversos na rua das Calçadas; panelas, produtos em couro e roupas; feira; e flores e ervas (fig. 4.09). Desse modo, os principais personagens identificados na área durante a investigação da segmentaridade linear – trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal, clientes, transeuntes e outros –, serão relacionados a esses espaços e as suas corporeidades serão destacadas. O objetivo é evidenciar as posturas dos corpos dos usuários da área relacionadas às estruturas espaciais existentes e perpassadas pelas normas atuantes (Lei 16.292/97 e suas atualizações Lei 16.890/03 e Decreto 20.604/04 e ABNT - NBR 9050 - Anexo A) para identificar as características performativas que atravessam a quadra do Mercado de São José.

6.1.1 Produtos diversos na rua das Calçadas [01]

A rua das Calçadas, localizada à oeste do Mercado de São de José (fig. 31), possui uma grande quantidade de lojas ativas e é intensamente frequentada pelos usuários da região, tanto por sua variedade de lojas, como por ser uma das principais ruas de ligação do Mercado de São José com pontos de ônibus na av. Dantas Barreto e av. Guararapes, através da conexão

com o pátio do Livramento e da praça da Independência, e estacionamentos próximos ao Forte das Cinco Pontas. Em quase toda a sua extensão, a rua das Calçadas é ocupada por barracas de comerciantes do mercado informal. Essa ocupação se intensifica nas proximidades com o Mercado e, nos dias de sábado, ocupam quase toda a calçada e parte da faixa de rolamento. Dessa maneira, foram escolhidas quatro fotos para sintetizar os aspectos espaciais mais marcantes do fragmento da rua das Calçadas na área de estudo e relacionar com os corpos dos seus personagens presentes nas imagens. A partir das análises dessas fotos, o estudo sobre os corpos performativos e a cidade será construído através de comentários sobre a área em relação aos seus aspectos normativos e às suas rupturas.

Figura 31 - Ocupação informal na rua das Calçadas

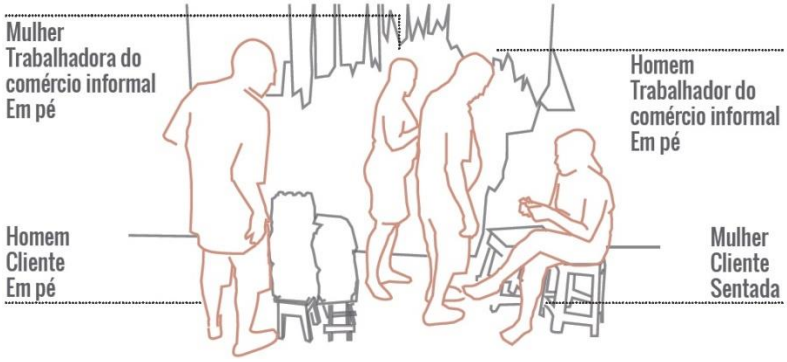
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6.1.1.1 Descrição das fotos: rua das Calçadas [01]

Figura 32 - Quiosque na rua das Calçadas

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 33 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 32



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: Nesse primeiro recorte (fig. 32), tem-se a presença de um quiosque com estrutura metálica e fixa. O quiosque está localizado na faixa de serviços da calçada. Uma situação legitimada pelas normas existentes, as quais preveem uma área para faixa de serviços na calçada destinada para mobiliário urbano, vegetação, sinalização etc. Contudo, existe uma extrapolação do espaço aprovado pela norma, pois são acrescentados outros elementos, como alguns bancos, produtos estocados no piso e pendurados. Apesar desses elementos adicionados à estrutura do quiosque provocarem uma situação em desacordo com a lei, eles são estruturas móveis e acabam por se adequar às necessidades momentâneas das demandas dos usuários do espaço.

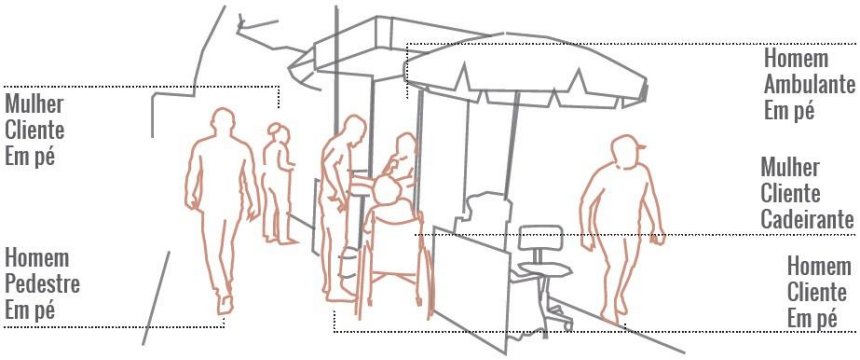
O corpo no contexto espacial: Na figura 33, é possível observar que como consequência dessa adição de elementos à estrutura, só existe um corpo realmente próximo aos limites do quiosque: o da comerciante, ao manusear produtos. Os outros, aparentemente clientes, param no passeio para esperar o atendimento (o homem) ou sentam-se nos bancos (a mulher). Os bancos, provavelmente, também são utilizados para o descanso dos vendedores em alguns

momentos da sua jornada diária, como é possível observar em outros registros da área (apêndice A). No momento da imagem, a interação registrada foi entre a cliente e o trabalhador do comércio informal, os quais trocam dinheiro.

Figura 34 - Quiosque na rua das Calçadas

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 35 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 34



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

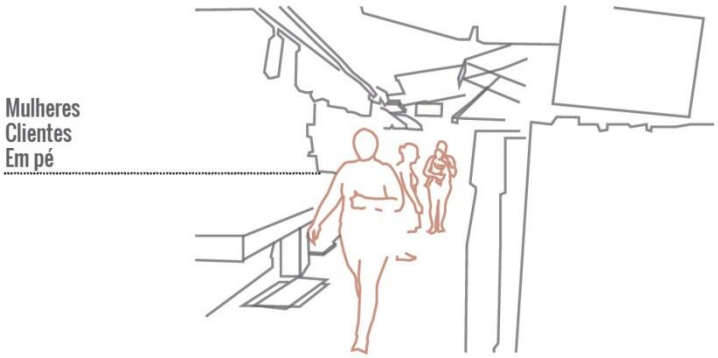
A estrutura espacial e a legislação urbana: Aqui é apresentada uma situação regular, porém com rupturas (fig. 34). O quiosque, com estrutura metálica e fixa, encontra-se na faixa de serviços da calçada e não apresenta nenhum elemento adicionado à sua estrutura. Ao seu lado, existe uma instalação não formal móvel. Entretanto, ela localiza-se no espaço determinado pela lei e não obstrui o fluxo de pedestres no passeio da calçada. Dessa maneira, é possível perceber uma dinâmica entre uma intervenção no espaço não normatizada – a mesa com a máquina de costura, a cadeira e o guarda-sol – afetada pelo fluxo normatizador e padronizante – a lógica organizacional do espaço pelo Estado –, pois a intervenção é feita na área determinada pela lei para locação de mobiliário urbano. Outro aspecto espacial na imagem é a presença das marquises das fachadas. Os trabalhadores do comércio informal utilizam o guarda-sol como uma continuação da marquise para proteger a barraca, mas também criar um corredor sombreado para os clientes.

O corpo no contexto espacial: Essa adequação à norma – e, talvez, concordância com a norma através de elementos não normatizados – refletiu nos corpos presentes na fotografia, visto que os pedestres e clientes caminham normalmente em seu devido espaço no passeio da calçada, enquanto os clientes e os comerciantes interagem na faixa de serviços. Além disso, o acesso à calçada não foi impedido por uma ocupação contínua de barracas (fig. 35).

Figura 36 - Rua das Calçadas

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 37 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 36



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: A situação existente nesse recorte da calçada (fig. 36) é fora da normatividade prevista em lei, pois a extensão da calçada é densamente ocupada por um uso não legitimado: as barracas com características móveis do comércio informal, as quais são compostas por carros de mão de madeira, que se transformam em bancadas, e grande presença de guarda-sóis, utilizados para proteger do sol, mas também para pendurar produtos. Ademais, as barracas ocupam tanto a extremidade da calçada próxima à rua – onde poderia existir uma faixa de serviços regulamentada –, como as fachadas dos imóveis privados ocupados por lojas, aspecto também em desacordo com a lei, pois as barracas ocupam uma área que deveria permanecer livre (sem saliências não aprovadas, com

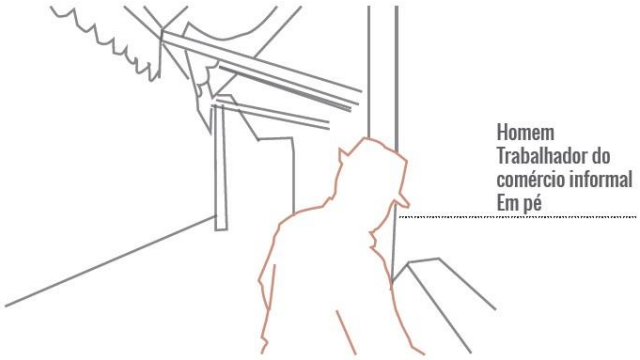
alturas adequadas e sem portas ou portões com abertura para o passeio público) e uma fachada que é privada.

O corpo no contexto espacial: Entretanto, apesar da circulação está mais estreita do que o aconselhável na lei, devido à grande densidade de barracas, ainda existe um corredor para a movimentação dos pedestres, no qual os corpos das clientes segurando sacolas conseguem caminhar sem nenhuma interferência ou dificuldade (fig. 37).

Figura 38 - Rua das Calçadas

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 39 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 38



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: Na imagem acima (fig. 38), o trabalhador do comércio informal utiliza o peitoril da janela de um edifício privado com uso comercial – ou seja, uma vitrine – para apoiar e expor a sua mercadoria. A ação está fora do permitido pela normativa por ocupar uma área da calçada não entendida como faixa de serviço, por se tratar de um comércio informal e por transpor os limites entre as relações do espaço público e privado. Além de utilizar o peitoril como suporte, o trabalhador se abriga do sol em uma área protegida pela marquise e pelos toldos normativamente aceitos dos imóveis privados. Na imagem mais ao fundo, também é possível observar a presença de barracas feitas com lonas,

tábuas e guarda-sóis não legitimadas e com uma estrutura móvel. As barracas ocupam a faixa de rolamento dos veículos, situação não prevista em lei.

O corpo no contexto espacial: O comerciante se coloca nessa zona da informalidade criada por ele mesmo, ao se apropriar de um espaço público e privado para intervir e criar uma estrutura para o seu trabalho (fig. 39).

6.1.1.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [01]

Quadro 6 - Síntese dos aspectos espaciais da área [01]

Materiais construtivos, contexto espacial e legitimidade normativa	- As estruturas se relacionam espacialmente de maneira limiar com as fachadas dos edifícios privados, a calçada e a rua; - As estruturas legitimadas são quiosques metálicos fixos; - As estruturas não legitimadas são barracas móveis do comércio informal feitas com guarda-sóis, lonas, tábuas e carros de mão; - Algumas estruturas irregulares se posicionam espacialmente de acordo com a lei e algumas estruturas regulares fazem adições que as tornam irregular.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Quadro 7 - Síntese sobre os personagens da área [01]

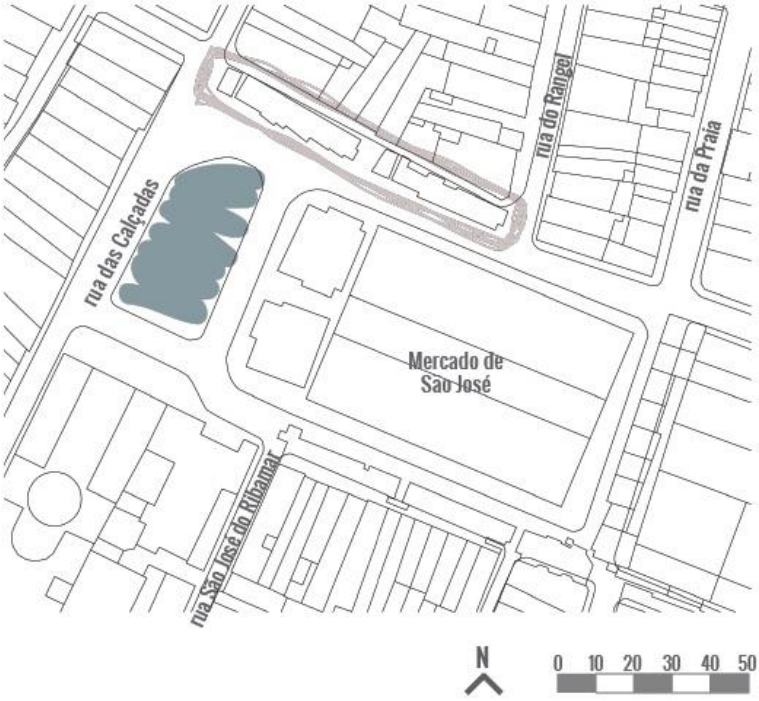
Personagens	**Apropriação do espaço pelo corpo e a gesticulação**
Trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal	- Ocupam o espaço com maior intimidade e propriedade, inclusive através de estruturas mais temporárias (zonas de informalidade) ou fixas; - Os gestos aconteceram entre clientes e trabalhadores, visto que a maioria dos comerciantes trabalhavam sozinhos em suas barracas ou quiosques.
Clientes	- Caminham sem grande interferência na calçada e se posicionam em frente a mercadorias; - Gesticulam com os trabalhadores do comércio informal sobre um produto.
Pedestres	- Caminham sem grande interferência na calçada; - Não performam gestos corporais.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6.1.2 Área com panelas, produtos em couro e roupas [02]

A calçada onde está localizado o comércio das panelas, produtos em couro e roupas fica localizada ao Norte do Mercado de São José (fig. 40). Ela possui uma largura maior e, por isso, foi ocupada pela prefeitura, por reivindicação por espaço dos trabalhadores do comércio informal, com uma grande coberta de estrutura metálica e lona para utilização dos comerciantes. Desse modo, foi criado um tipo de "corredor" entre a estrutura da coberta e as fachadas dos edifícios limiares à calçada. Em sua maioria, esses edifícios têm os seus térreos ocupados por lojas. Todavia, os "corredores" não têm uma circulação de pessoas tão intensa como nas outras áreas da quadra do Mercado de São José, o que provoca um aspecto mais abandonado.

Figura 40 - Ocupação informal ao norte do Mercado de São José



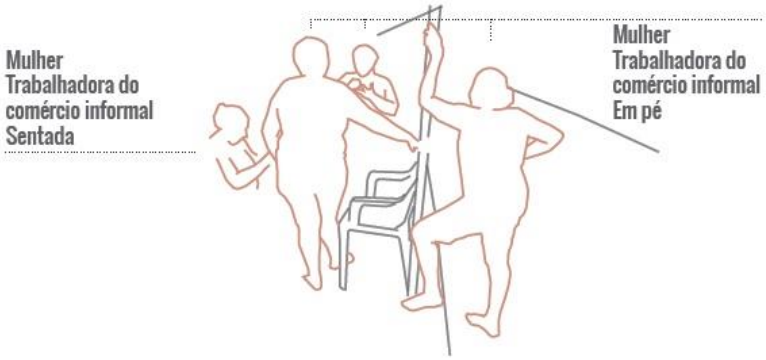
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6.1.2.1 Descrição das fotos: área com panelas, produtos em couro e roupas [02]

Figura 41 - Vendedoras em barracas mais fixas

Fonte: Autora, 2019

Figura 42 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 41

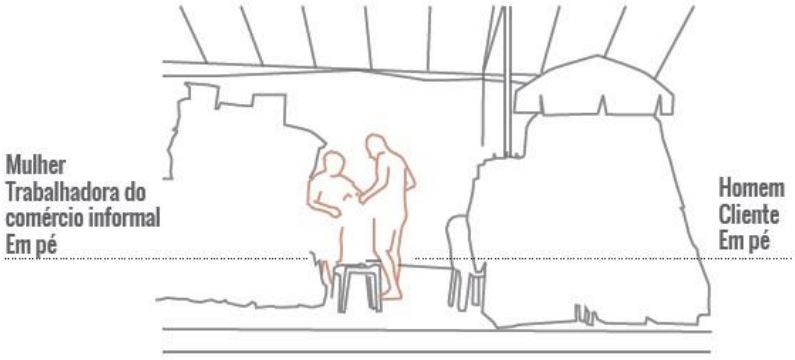


Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 43 - Barracas com estruturas mais fixas e edifícios ao fundo

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 44 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 43



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

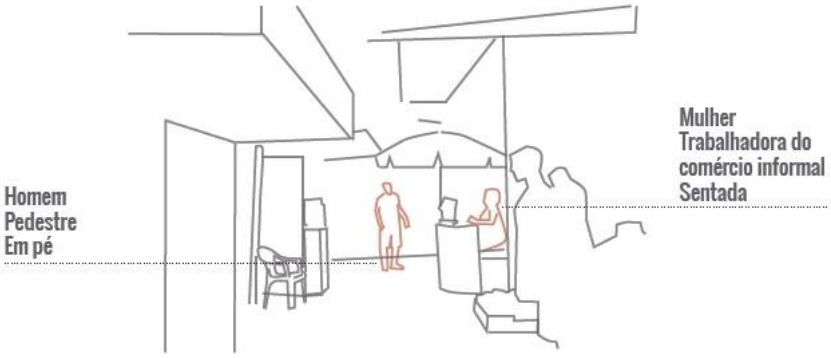
A estrutura espacial e a legislação urbana: Nas imagens 41 e 43 acima, são retratadas as barracas sob uma grande coberta composta por estrutura metálica e lona. A coberta é fixada ao espaço e consolidada. Em seu interior, as barracas são divididas pelos próprios comerciantes. A coberta, juntamente com as barracas, localiza-se em cima de uma calçada mais larga, em frente à praça Dom Vital, e ocupam a maior parte da sua extensão. Em alguns trechos, não existe espaço para o passeio do pedestre, somente na rua. Os produtos vendidos são depositados em pranchas improvisadas de tábuas ou pendurados nos guarda-sóis. Por essas barracas possuírem uma área maior, é comum a presença de um espaço central com algumas cadeiras. Normativamente falando, essas barracas possuem uma estrutura mais fixa e legitima. Contudo, ainda permeiam a informalidade, pois estão à mercê do ordenamento urbano feito pelo poder público.

O corpo no contexto espacial: Nesse recorte do espaço, os corpos dos trabalhadores do comércio informal aparecem com uma frequência maior na posição sentada ou em repouso, pois, quando não estão sentados, eles se apoiam em algum pilar ou outra estrutura similar. Ao contrário, os clientes permanecem com um corpo mais ativo e alerta, pois a apreensão dos produtos no espaço não é feita somente com o olhar, mas também através do toque das mãos (fig. 42 e 44). Além disso, é interessante destacar que, nessa área, a maioria dos comerciantes é mulher. Foram identificadas 13 trabalhadoras nas fotos, enquanto só foram percebidos 4 trabalhadores (apêndice A). O prevalecimento no número de mulheres não foi identificado em nenhuma outra situação na área.

Figura 45 - Corredor entre fachadas e barracas

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 46 - Esquema com as posturas das pessoas da figura 45



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: Entre as barracas vistas nas imagens anteriores (fig. 41 e 43) e as fachadas dos edifícios localizados atrás da grande coberta, formou-se um tipo de "corredor" (fig. 45 e 46). Esse corredor é composto de um lado pelas fachadas dos edifícios e por outro pelo "fundo" das barracas sob a coberta e alguns quiosques, em estrutura metálica e legitimados, localizados na faixa de serviço da "calçada-corredor". Uma grande parte das fachadas possui toldos e marquises, que juntamente com as marquises dos quiosques, algumas lonas improvisadas e guarda-sóis, proporcionam sombra para toda a área do corredor. Em relação ao uso das estruturas desse espaço, é possível apontar que alguns dos quiosques localizados ali aparentam estar fechados; os pavimentos térreos dos edifícios são utilizados como lojas, mas poucas pessoas circulam na área; e algumas barracas com estrutura irregular, com guarda-sol e bancadas, também estão presentes na calçada. As lojas presentes nos térreos dos edifícios privados também ocupam as suas calçadas com manequins e alguns outros produtos, atitude formal, desde que seja respeitado o limite de 25 cm.

O corpo no contexto espacial: Na figura 46, tem-se a presença de um pedestre e uma trabalhadora do comércio informal. Os dois não gesticulam, ou seja, não interagem entre si, e

os seus movimentos corporais são limitados a ação de caminhar e manusear objetos relacionados ao trabalho.

6.1.2.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [02]

Quadro 8 - Síntese sobre a estrutura espacial da área [02]

Materiais construtivos, contexto espacial e legitimidade normativa	- As estruturas se relacionam espacialmente com as fachadas dos edifícios privados, a calçada e a rua; - As estruturas legitimadas são quiosques metálicos fixos; - Algumas estruturas permeiam entre o formal e informal, pois estão sob uma coberta com estrutura legitima, mas a ocupam com uma atividade informal e materiais improvisados.

Fonte: Elaboração da autora, 2019

Quadro 9 - Síntese sobre os personagens da área [02]

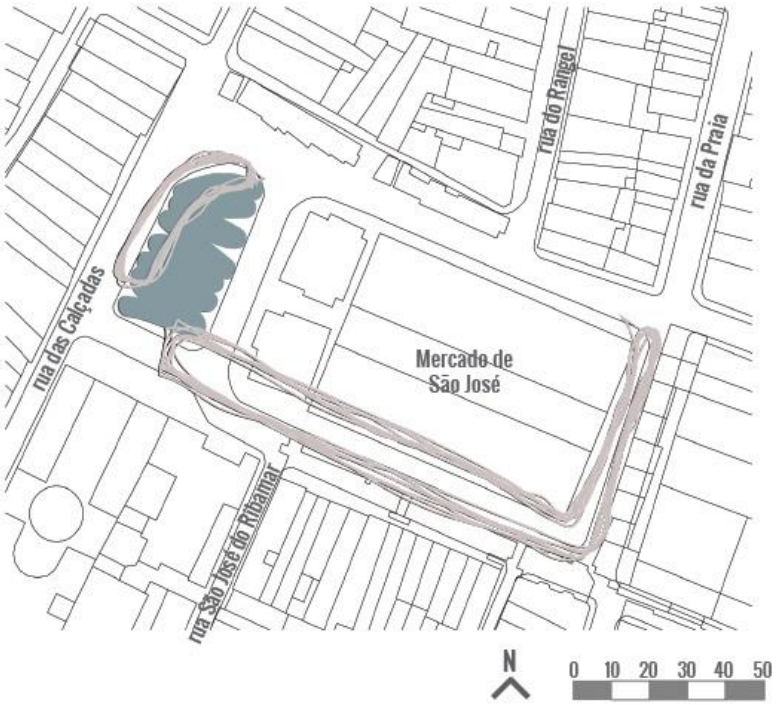
Personagens	**Apropriação do espaço pelo corpo e a gesticulação**
Trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal	- Ocupam o espaço com maior intimidade e propriedade, através de uma estrutura mais fixa; - Os gestos aconteceram entre clientes e trabalhadores e entre os trabalhadores, principalmente na área central da barraca e na beira da calçada.
Clientes	- Manuseia o produto; - Gesticula com os trabalhadores do comércio informal sobre um produto.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6.1.3 A feira [03]

A feira, localizada no limiar do edifício do Mercado de São José, é uma das características mais marcantes da área. As barracas ocupam, principalmente, as fachadas sul e leste do edifício do Mercado, mas também uma parte da praça Dom Vital (fig. 47). A feira funciona normalmente de segunda a sábado, sendo o sábado o dia com maior quantidade de produtos e, também, um maior número de barracas. Além de uma circulação mais intensa de pessoas. É possível encontrar hortaliças e frutas, mas também temperos, grãos, goma de tapioca etc.

Figura 47 - Feira do Mercado de São José



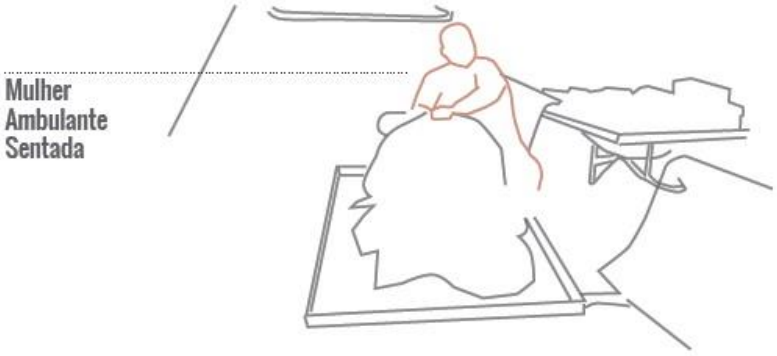
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6.1.3.1 Descrição das fotos: a feira [03]

Figura 48 - Praça Dom Vital

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 49 - Esquema com a figura das pessoas na figura 48



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

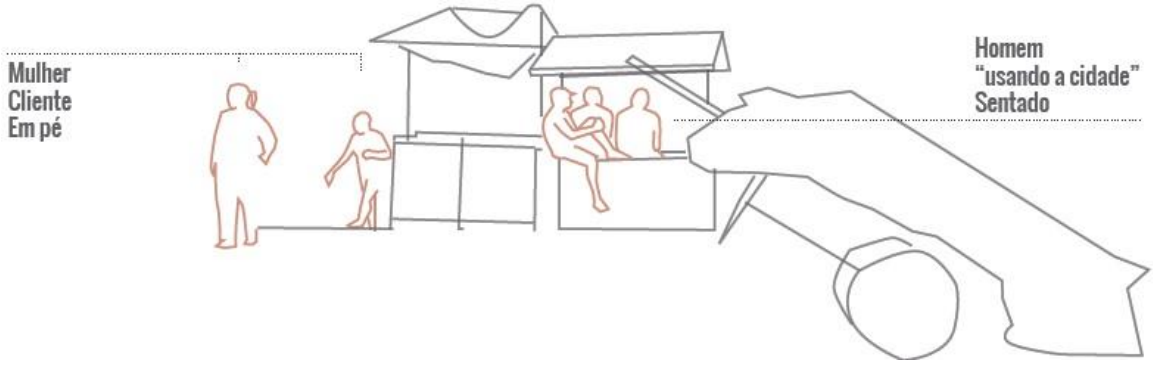
A estrutura espacial e a legislação urbana: Na figura 48 acima, a ruptura com a normatividade em relação aos elementos espaciais ocorre na maneira como a praça Dom Vital é ocupada com estruturas e equipamentos de apoio para o manuseio de produtos para a venda no comércio informal. Essas estruturas são compostas por carros de mão com tábuas de madeira, transformando-os em uma espécie de bancada. Dessa maneira, a praça funciona como um local de estoque e embalagem de mercadoria através do uso dessas estruturas móveis. Além do espaço interior da praça, os equipamentos estocados e utilizados pelos trabalhadores do comércio informal, também, ocupam uma parte do passeio da calçada da praça e do seu jardim.

O corpo no contexto espacial: No esquema com a postura (fig. 49), a ambulante em sua complexidade transita entre o normativo e o não normativo, porque, apesar de ocupar um espaço destinado aos usuários do lugar – ela está sentada em um banco pertencente ao mobiliário urbano municipal, em um espaço público –, ela pratica uma atividade que agrega diversas "irregularidades". Por exemplo, a própria atividade do comércio informal e a utilização da praça com um uso "indevido". No fundo da figura 48, a não normatividade das ações dos usuários da praça continua, pois eles sentam nos canteiros e transitam em cima dos jardins.

Figura 50 - Praça Dom Vital

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 51 - Esquema com a figura das pessoas na figura 50



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: A figura 50 fortalece a observação realizada na imagem anterior, já que mostra distintamente o interior da praça Dom Vital utilizado como depósito para armazenar os equipamentos e produtos ligados ao comércio informal. Na figura 50, tem-se uma carroça estacionada no meio da praça, ação não normativa, visto que a função de uma praça não é servir de depósito. Esse tipo de apropriação não formal da praça acontece, principalmente, no turno da manhã, quando o interior da praça é pouco utilizado pelo público em geral devido ao sol. A calçada do entorno da praça é ocupada por barracas móveis compostas por uma estrutura metálica, tábuas e lonas, ao norte com uma ocupação densa e ao sul mais mitigada e em direção às barracas limiares ao edifício do Mercado.

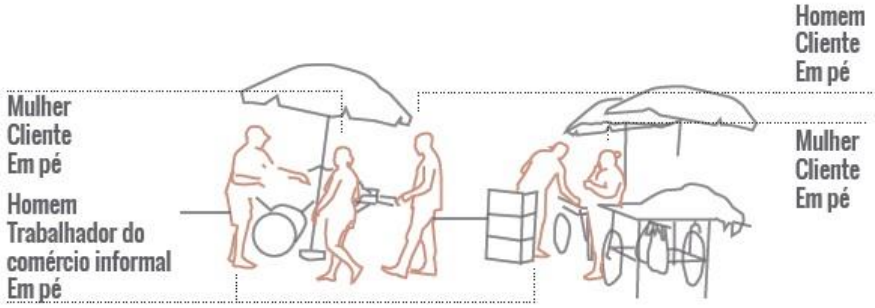
O corpo no contexto espacial: Na imagem (fig. 51), os corpos das clientes utilizam a praça como uma passagem, um lugar de travessia no espaço urbano. Já alguns homens a utilizam de acordo com o significado da sua existência: um lugar para parar, sentar, estar na cidade. Contudo, eles não utilizam o mobiliário da praça destinado ao sentar e sim às barracas montadas que não estão em uso, ao sentarem no local onde deveriam estar expostos os produtos – uma improvisação não normativa para tentar se proteger melhor do sol matinal e

usar o espaço público. Entre eles, os homens não interagem, mas estão muito próximos um do outro, o que indica uma relação de intimidade.

Figura 52 - Praça Dom Vital

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 53 - Esquema com a figura das pessoas na figura 52



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

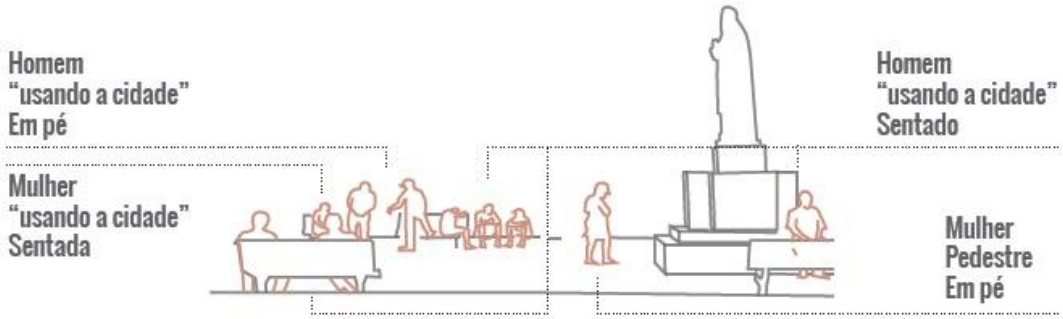
A estrutura espacial e a legislação urbana: A figura 52 registra mais uma conformação espacial do comércio informal. As barracas móveis, compostas por carros de mão com bancadas de madeira e guarda-sóis, ocupam a rua entre o edifício do Mercado de São José e a praça Dom Vital. Segundo o ordenamento do trânsito da cidade do Recife, a rua registrada na figura 52 é livre para o trânsito de automóveis. Contudo, as barracas ocupam sem constrangimento a sua faixa de rolamento, impedindo ou dificultando o livre fluxo dos carros.

O corpo no contexto espacial: Em consequência, a dificuldade imposta aos automóveis através da ocupação do espaço com as barracas, os corpos dos clientes, trabalhares do comércio informal e pedestres se apropriam do espaço sem medo, como se agora aquele lugar de circulação lhes pertencesse (fig. 53). Por isso, a postura dos corpos é de calma em relação ao caminhar, visto que ele não exige uma atenção redobrada do olhar e de movimentos da cabeça para os carros que circulam na área. O gesto se desenvolve, mais uma vez, entre o cliente e o comerciante por meio da troca mercantil.

Figura 54 - Praça Dom Vital

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 55 - Esquema com a figura das pessoas na figura 54



Fonte: Elaboração da autora, 2019

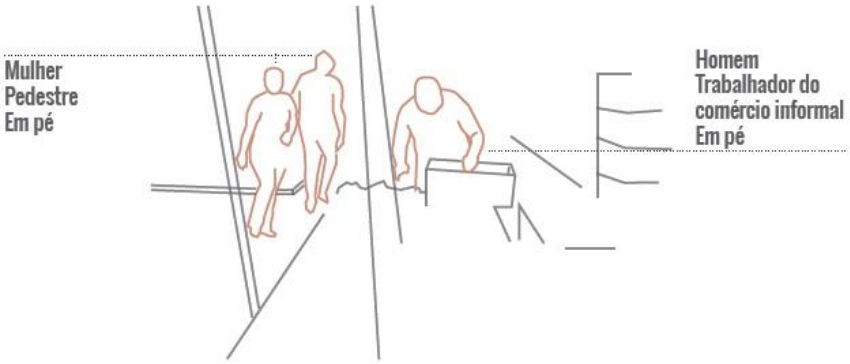
A estrutura espacial e a legislação urbana: A imagem (fig. 54) retrata o final da tarde na praça Dom Vital, com o sol menos forte e a área mais sombreada. Por isso, a praça é ocupada por um maior número de pessoas. As carroças e os materiais depositados pelos trabalhadores do comércio informal no interior da praça, no período da manhã, não ocupam mais o espaço central. Aparentemente, localizam-se em menor quantidade nos jardins e embaixo de lonas, uma irregularidade. A manutenção do mobiliário urbano pelo Estado, o regulamentador da normatividade "legitima", está desgastada, pois uma parte dos bancos fixados na praça se encontra sem assento.

O corpo no contexto espacial: Em decorrência do estado de manutenção da praça Dom Vital e do número relevante de pessoas que a frequenta no fim da tarde, os seus usuários estão sentados nos bancos da praça, mas também nos seus canteiros e no monumento, para usufruir desse espaço público (fig. 55). É importante chamar a atenção para a grande maioria masculina utilizando o espaço, dos onze corpos identificados sentados na imagem, apenas um corpo é de uma mulher. A gesticulação entre os ocupantes do espaço da praça acontece com corpos próximos uns dos outros. Os braços participam do gesto ou apoio do corpo de alguma maneira. A única pedestre cruzando o espaço se mantém focada em algo nas suas mãos, sem olhar muito ao seu redor.

Figura 56 - Feira

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 57 - Esquema com a figura das pessoas na figura 56



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: A lógica de ocupação das barracas do comércio informal nos limites do edifício Mercado de São José pode ser associada a um tipo de rizoma, porque as barracas se estabelecem onde existe espaço, como uma erva daninha (no espaço do "entre"). Entretanto, vale ressaltar que a lógica de ocupação do tipo "erva daninha" das barracas não provoca, aparentemente, um transtorno paro o acesso à parte interna do Mercado, mesmo elas se localizando nas calçadas limítrofes ao edifício. Ao contrário, talvez até complemente o seu uso e o seu caráter cultural e regional. O conflito existe com o controle governamental, que tenta neutralizar as forças dissonantes existentes na ocupação do espaço da cidade através de uma feira não normatizada. No primeiro plano da figura 56, é possível ver a bancada de madeira improvisada de uma das barracas e, ao fundo, uma estrutura sólida e legitima: o edifício do Mercado e seu anexo.

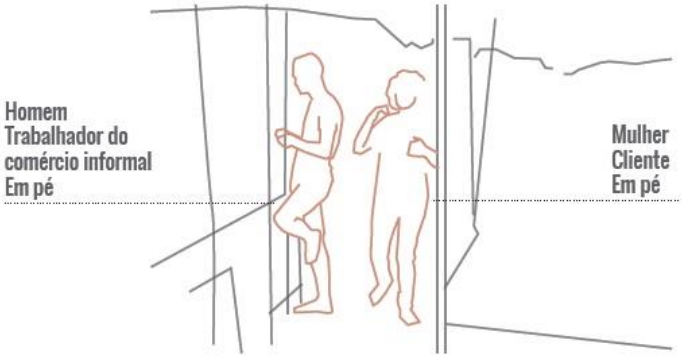
O corpo no contexto espacial: Apesar dos espaços mais estreitos, os clientes e pedestres conseguem circular no espaço e acessar o Mercado sem dificuldade, como mostra a figura 57. Em relação ao trabalhador do comércio informal, ele organiza os produtos na sua barraca,

organiza a sua estrutura para ser algo atrativo para os clientes. Para isso, o seu corpo se curva sobre a bancada e suas mãos manuseiam os produtos.

Figura 58 - Feira

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 59 - Esquema com a figura das pessoas na figura 58



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: A figura 58 registra bem como se conformam os labirintos criados irregularmente sobre a rua através da instalação das barracas dos trabalhadores do comércio informal. As barracas são compostas com materiais improvisados e estrutura móvel. Por isso, o mapa da feira se atualiza quase diariamente, ao tornar-se mais ou menos denso. Em algumas áreas mais adensadas da feira, os corredores formados são relativamente estreitos para o fluxo de pessoas. Além disso, a espacialização das barracas na área cria novos caminhos para os transeuntes da área, sejam eles clientes, trabalhadores do comércio informal ou simplesmente pedestres.

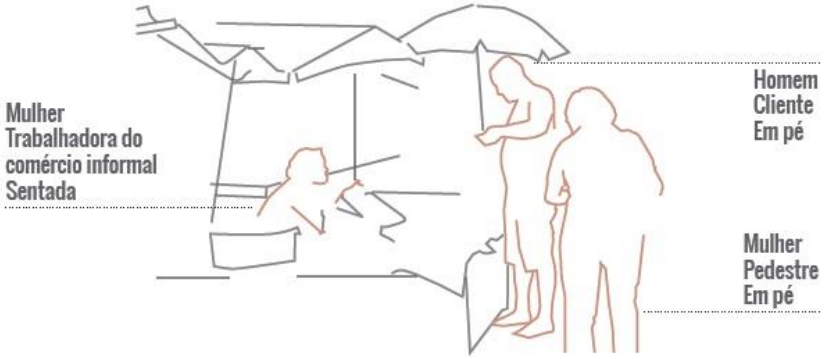
O corpo no contexto espacial: Nos trechos mais adensados da feira, os comerciantes e clientes compartilham o espaço estreito. O trabalhador do comércio informal se coloca em uma posição corporal de posse em relação à demarcação do seu espaço e à sua barraca. Os clientes circulam carregando produtos (fig. 59). O manuseio da mercadoria se torna uma presença constante nos clientes e comerciantes da área e muitos gestos são perpassados por

ela. Por exemplo, a mulher na imagem comunica o seu personagem através do transporte das suas compras. Enquanto o trabalhador do comércio informal permanece em repouso diante dos seus produtos.

Figura 60 - Rua ao lado da fachada sul do Mercado de São José

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 61 - Esquema com a figura das pessoas na figura 60



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: Na figura 60, as barracas localizadas próximas à fachada sul do Mercado ocupam toda a extensão da rua, a qual, segundo as normas, deveria ser livre para o trânsito de veículos. Contudo, devido à sua intensa ocupação por barracas, ela fica interditada para os automóveis. As barracas irregulares e móveis da figura 60 possuem uma estrutura mais ampla do que as encontradas nas imagens anteriores - por exemplo, a figura 58 -, pois seus espaços demarcados por caixotes de madeira possuem uma área central, onde ficam os comerciantes. Os produtos são expostos em cima dos caixotes de maneira, e as lonas e guarda-sóis também estão presentes na conformação dessa estrutura.

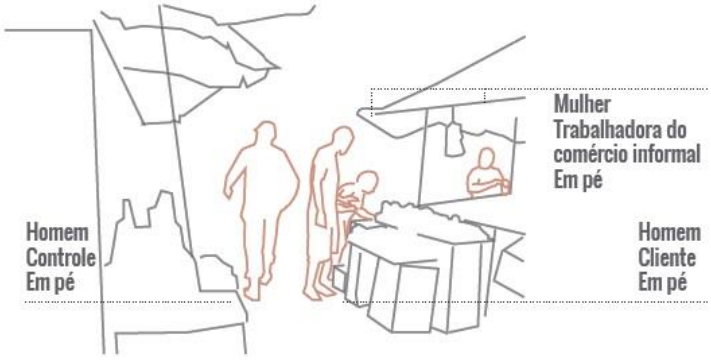
O corpo no contexto espacial: A trabalhadora do comércio informal desfruta do espaço maior no interior da sua barraca e pode ficar sentada enquanto atende clientes e manuseia mercadorias (fig. 61). Já o cliente permanece em pé durante a compra, visto o tempo curto necessário para fazer a transição comercial e a estrutura oferecida pelo espaço. Os seus braços

recebem a mercadoria em sacolas. A pedestre faz o seu percurso atenta aos produtos que a circundam.

Figura 62 - Fachada posterior do Mercado de São José

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 63 - Esquema com a figura das pessoas na figura 62



Fonte: Elabora da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: Na figura 62, é possível observar, mais uma vez, a ocupação espacial rizomática das barracas que se desdobra sobre a rua e compõe a feira no entorno do edifício do Mercado de São José. Situação não formal, segundo a legislação urbana. Os elementos de composição da estrutura das barracas se repetem, com o guarda-sol, a lona, os caixotes e tábuas, e caixas de plástico se transformam em mostruários. Nesse trecho – a leste do Mercado –, as barracas voltam a ter um tamanho menor, talvez por a rua ser mais estreita.

O corpo no contexto espacial: Os corpos dos clientes transitam entre as barracas e interagem, através da troca de mercadorias, com os comerciantes, os quais se colocam próximos às suas barracas e manuseiam ou organizam os produtos (fig. 63). Na imagem, aparece pela primeira vez o registro dos responsáveis por garantir o cumprimento da normatividade estipulada pela legislação. Esses corpos caminham pelo espaço com atenção, braços afastados do corpo e mãos na cintura – protegendo a arma.

6.1.3.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [03]

Quadro 10 - Síntese sobre a estrutura espacial da área [03]

Materiais construtivos, contexto espacial e legitimidade normativa	- As estruturas se relacionam espacialmente com as fachadas do edifício do Mercado de São José, a calçada e a rua; - No espaço não foram registradas estruturadas legitimadas; - As estruturas não formais são as barracas móveis, as quais podem ser compostas por um carro de mão e tábuas; estrutura metálica e tábuas; ou caixotes de madeira ou plástico e lonas e tábuas. A maioria das barracas utiliza lonas ou guarda-sóis para proteção do sol.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Quadro 11 - Síntese sobre os personagens da área [03]

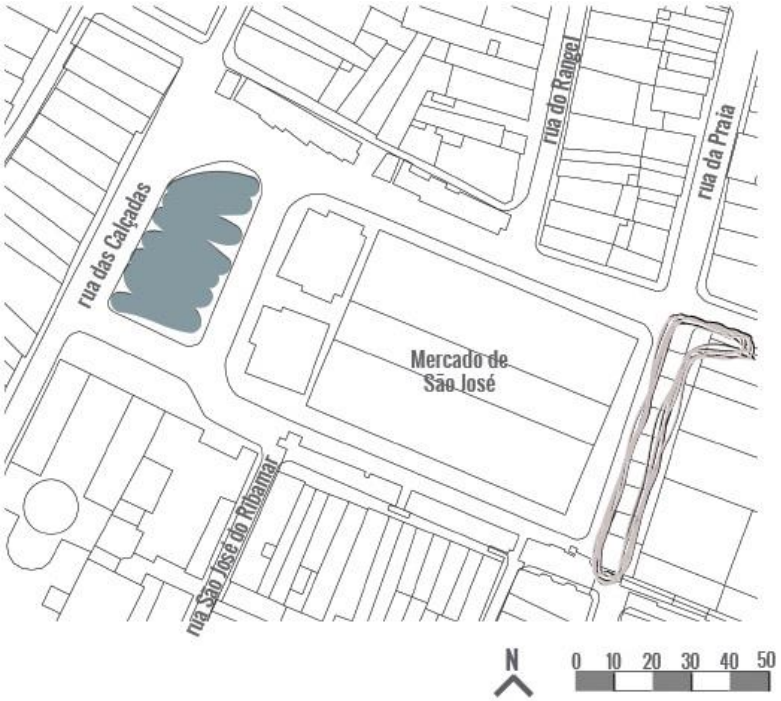
Personagens	**Apropriação do espaço pelo corpo e a gesticulação**
Trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal	- Ocupam e se apropriam do espaço a partir de estruturas móveis; - Os gestos aconteceram com os clientes através da troca de mercadorias. Além disso, houve muito manuseio de produtos.
Clientes	- Manuseiam o produto; - Gesticulam com os trabalhadores do comércio informal sobre um produto. - Carregam sacolas com a mercadoria pela área.
Pedestres	- Transitam pela área atentos aos produtos expostos.
Outras encenações do espaço	- Na praça Dom Vital, várias pessoas passam um tempo no final da tarde conversando com os colegas ou descansado.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6.1.4 Área com flores e ervas [04]

Um dos limites da feira do bairro de São José é o edifício do Mercado, o outro é uma sequência de quiosques instalados pela prefeitura na área. As suas fachadas voltadas para o Mercado funcionam como uma continuidade da feira, inclusive, complementando os produtos vendidos. Já as fachadas opostas apresentam uma composição parecida com a "calçada-corredor" da "área de panelas, artigos em couro e roupas", porém vale ressaltar algumas outras peculiaridades da sessão de ervas e flores. Além disso, na extremidade norte da área a ocupação acontece com barracas improvisadas (fig. 64).

Figura 64 - Área de flores e ervas



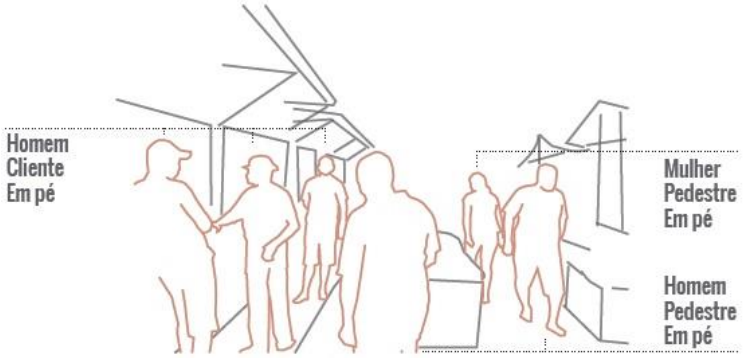
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

6.1.4.1 Descrição das fotos: área com flores e ervas [04]

Figura 65 - Quiosques e rua

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 66 - Esquema com a figura das pessoas na figura 65



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: Os limites espaciais principais impostos à ocupação rizomática da feira são o edifício do Mercado de São José e os quiosques fixos instalados pela prefeitura na faixa de serviço das calçadas opostas as fachadas do Mercado (fig. 65). Entre os quiosques e a rua, existe uma calçada, onde os clientes podem circular. Os quiosques possuem a mesma estrutura metálica dos outros existentes na área, porém possuem um tamanho maior.

O corpo no contexto espacial: Como registrado na imagem 66, as fachadas dos quiosques voltadas para a feira possuem uma grande quantidade de usuários. Os clientes desses quiosques são predominantemente homens, os quais parecem possuir uma maior intimidade com a área, pois os seus corpos relaxam sobre as estruturas do quiosque. Através das posturas registradas na foto, é possível opinar que observar o movimento da feira é uma das principais atividades dos usuários dos quiosques.

Figura 67 - Corredor entre fachadas e quiosques

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 68 - Esquema com a figura das pessoas na figura 67

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

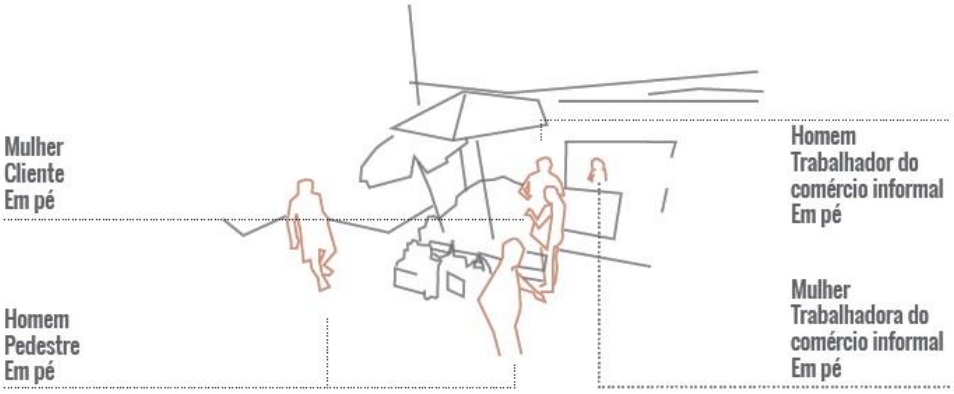
A estrutura espacial e a legislação urbana: Diferente do registrado na imagem anterior (fig. 65), grande parte das fachadas dos quiosques voltadas para a "calçada-corredor" – criada entre os quiosques formalizados e as fachadas dos edifícios – encontram-se fechadas (fig. 67). Apesar de os pavimentos térreos dos edifícios funcionarem como lojas, a intensidade de pessoas circulando é bem menor. Assim, a calçada funciona mais como um apoio para depositar as mercadorias utilizadas pelos quiosques e pela feira do que como passagem. Dessa maneira, mesmo os quiosques possuindo uma estrutura formal, eles ultrapassam os seus limites e utilizam a calçada como depósito.

O corpo no contexto espacial: Os corpos presentes na imagem solidificam o uso dado ao espaço pelos comerciantes (fig. 68). Dessa forma, no primeiro plano da imagem, tem-se um homem empurrando um carro de mão e, no fundo da imagem, um homem vai em direção aos produtos estocados no espaço.

Figura 69 - Barracas com flores e ervas limiares aos bosques

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Figura 70 - Esquema com a figura das pessoas na figura 69



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A estrutura espacial e a legislação urbana: Na figura 69, é possível observar a extremidade da ocupação dos boxes legitimados responsáveis por vender flores e ervas, existem algumas barracas com características não formais. Elas ocupam toda a calçada e o limite da calçada com a rua, invadindo a faixa de rolamento. As barracas possuem uma estrutura móvel e são feitas com guarda-sóis e caixotes de madeira e de plástico.

O corpo no contexto espacial: Na figura 70, a comerciante dentro do boxe tem uma postura mais estável e um movimento mais limitado, devido as restrições espaciais impostas pela estrutura. O trabalhador do comércio informal gesticula por meio de um produto com a sua cliente, os dois permanecem em pé durante a troca. Apesar das calçadas estarem ocupadas por barracas, os clientes caminham na rua sem nenhum impedimento ou transtorno.

6.1.4.2 Síntese sobre o espaço e os corpos da área [04]

Quadro 12 - Síntese sobre a estrutura espacial da área [04]

Materiais construtivos, contexto espacial e legitimidade normativa	- As estruturas se relacionam espacialmente com as fachadas do edifício dos edifícios, a calçada e a rua; - As estruturas formais do tipo quiosque ocupam espaços adicionais não regulares.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Quadro 13 - Síntese sobre os personagens da área [04]

Personagens	**Apropriação do espaço pelo corpo e a gesticuação**
Trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal	- Ocupam e se apropriam do espaço a partir de estruturas fixas do tipo quiosque; - Os gestos aconteceram com o material de trabalho, como o carro de mão.
Clientes	- Apoiam-se na estrutura do quiosque; - Observam a feira.
Pedestres	- São os mesmos existentes na feira e transitam pelos espaços estreitos criados por ela.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

7 RESULTADOS: INTERSEÇÕES ENTRE A CIDADE E O CORPO

Após a análise dos trechos do entorno do Mercado de São José, dividida em três etapas (segmentaridades: linear, circular e binária), alguns resultados podem ser traçados sobre de que modo a cidade abriga, mesmo com as normatividades impostas pelo poder administrativo e padrões dominantes na sociedade, as diversas performatividades. Entretanto, a relação entre a cidade e as performatividades não normativas não é pacífica, o embate é uma constância, e isso acaba por construir traços estruturais nos corpos performativos e refletir na apropriação do espaço, como foi possível observar na área. Dessa maneira, os resultados a serem traçados retomam informações identificadas nas três etapas de análise e as perpassa com um olhar micropolítico e macropolítico sobre a performatividade e o espaço, nos espaços limiares ao Mercado de São José.

Em um primeiro momento, foram investigados alguns processos responsáveis pela formação da área, através da segmentaridade linear. Por isso, foram coletados dados sobre a ocupação, formação e legislações atuantes nos bairros de Santo Antônio e de São José, mas, principalmente, sobre a quadra onde se localiza o Mercado de São José. Dessa maneira, identificou-se, a partir da formação e composição atual da área, uma atmosfera comercial e popular. O uso comercial foi previsto desde o século XVII, no plano urbanístico de Pieter Post, e a feira existe desde o século XVIII, antes mesmo da construção do Mercado, a qual só acontece no final do século XIX. Já sobre o aspecto popular, a área começa o construir desde o século XX, período de grande evasão populacional das classes mais abastadas e início de um processo de desvalorização do centro histórico do Recife.

Uma grande parte da atmosfera de um lugar é sobre quem a ocupa. Assim, ao tomar a performatividade como um tipo de representação ontológica do sujeito, perpassada principalmente por questões culturais e históricas, podem-se tomar os sujeitos na área de estudo como personagens, os quais performam encenações cotidianas. Desse modo, os principais personagens identificados na área foram: os trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal, os clientes, os pedestres e alguns outros sujeitos responsáveis por outros tipos de apropriação da área – como os usuários da praça Dom Vital.

Além disso, o estudo das segmentaridades linear da área apresentou algumas legislações municipais e federais (anexo A) responsáveis por organizar o espaço segundo uma lógica estabelecida pelo Estado. De acordo com a estrutura social brasileira, o que não está conforme

determina a legislação pode ser considerado ilegal, informal, não legitimo etc. Ou seja, a ilegalidade é uma maneira de invisibilizar uma camada da população, através do atravancamento do acesso aos direitos básicos, como direito à saúde, à moradia, à educação, ao lazer etc. Na área de estudo, o processo de invisibilização acontece, principalmente, no trabalhador informal. Em algumas situações registradas, como nas figuras 5.08 e 5.18, os trabalhadores ocupam espaços públicos e privados sem constrangimento, mas também passam despercebidos na área de estudo, pois não possuem uma grande estrutura e não estão em uma ocupação informal da área adensada. Assim, o corpo informal quando não está em um grupo fica invisibilizado.

Contudo, o processo de coexistência entre a macropolítica e micropolítica na formação de uma sociedade é indispensável. Como já explicado, a macropolítica são as totalizações – as normatividades. Já a micropolítica é fluxo, são os desejos existentes e as rupturas às normas. Esse fluxo pode vir a ser algo transformador da estrutura já existente. No entanto, em muitos cenários, o responsável por manter as totalizações já consolidadas na sociedade tem dificuldade em permitir ou enxergar a mudança com bons olhos. No caso dos espaços limiares ao Mercado de São José, a grande densidade das ocupações informais e sua grande quantidade de usuários provoca uma visibilidade do informal e, consequentemente, um desconforto para as instâncias responsáveis pelo controle urbano da cidade, pois eles acabam por ter mais dificuldade em reverter as estruturas informais já consolidadas. Assim, soluções são buscadas para neutralizar e controlar as ações dissonantes da legislação.

A partir das informações evidenciadas pela investigação da segmentaridade linear, foi possível entender algumas das forças responsáveis por compor a área de estudo e, em seguida, focar definitivamente na quadra do Mercado de São José. Dessa maneira, foram discutidas as forças históricas, responsáveis por instituir a atmosfera comercial e popular da área. Além disso, as forças históricas indicam os personagens existentes no espaço e tomados no decorrer da pesquisa. Outra força que perpassa o espaço e foi trabalhada na segmentaridade linear é a normatividade proveniente de uma legislação. Por isso, foram discutidas algumas leis (anexo A) e alguns processos políticos administrativos da cidade, como a relação entre a prefeitura e os trabalhadores do comércio informal.

Em um segundo momento, a área foi analisada espacialmente através do entendimento trazido na segmentaridade circular. Foi interessante poder visualizar como se manifesta a micropolítica e a macropolítica na estrutura da cidade, ao observar a lógica de ocupação dos

“entre” espaços realizada pelos trabalhadores do comércio informal. Nesse momento, foi levada em consideração a grande densidade das ocupações existentes no espaço pela intervenção dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal. Dessa maneira, foi percebida, inicialmente, a atuação de uma força macropolítica, pois os comerciantes buscavam se aproximar do centro criado na área pelo edifício do Mercado de São José. A macropolítica se manifesta nessa situação, pois os trabalhadores buscam um único centro de ocupação. Entretanto, os comerciantes ocuparam as brechas espaciais (os “entres”). Os locais mais favoráveis para instalar as suas barracas. Normalmente, esses locais possuíam uma característica limiar, pois sempre estavam “entre” calçadas e ruas, calçadas e fachadas, calçadas e praças e edifícios e quiosques. A micropolítica do desejo tomou conta da quadra através de grupos ocupando zonas do espaço. A estrutura política volta mais uma vez a uma predominância da força macropolítica, ao ser percebido os produtos vendidos em cada área ocupada. Cada fragmento espacial condensa um grupo de produtos. A lógica concêntrica proveniente da macropolítica volta a atuar. Assim, na investigação da segmentaridade circular, ficou caracterizado como funciona uma representação da coexistência entre a micropolítica e a macropolítica.

A performatividade do trabalhador do comércio informal é complexa, pois, mesmo praticando uma atividade não normatizada, ele busca uma adequação das suas intervenções não formais no espaço a uma estrutura de organização normativa. Afinal, ser reconhecido pela normatividade é ser visto: é existir para as forças responsáveis por administrar e criar padrões na sociedade e, assim, garantir direitos básicos. Contudo, a assimilação da ocupação do comércio informal pelas estruturas normativas de gestão do espaço não acontece e provoca embates com a polícia. Dessa maneira, as áreas criadas pelos trabalhadores podem ser abordadas como zonas da não normatividade. Através de uma intervenção espacial não normativa, o corpo acaba também por se colocar nesse estado de não normatividade. Dessa maneira, é possível supor a criação e existência de zonas espaciais não normativas, as quais abrigam corpos performativos não normativos.

Nessas zonas, o poder público, com a sua máquina de controle e ressonância dos estilos de vida, sente-se no direito de invadi-las, tanto a estrutura espacial, como os corpos presentes, com o objetivo de normatizá-los ou higienizá-los. Por exemplo, no centro da cidade do Recife é recorrente o confronto dos trabalhadores do comércio informal com a prefeitura, através da utilização da força policial. Nesses confrontos, algumas situações de violência invadem a esfera corporal e as estruturas das barracas são destruídas e a mercadoria apreendida.

Ademais, é possível observar essa situação para além das intervenções informais na quadra do Mercado de São José, a prática de homogeneização dos espaços da cidade, parte de uma lógica de remoção e demolição de tudo o que não puder se defender por ser normatizado – ou regulamentado –, e isso, mais uma vez, diz respeito não só às estruturas espaciais, mas também aos corpos. Um exemplo, são os constantes casos de remoção de favelas no Brasil.

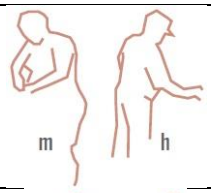
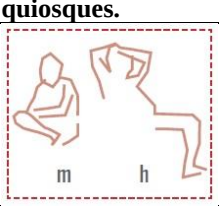
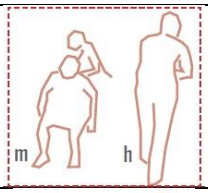
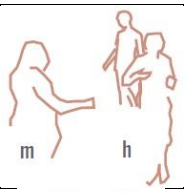
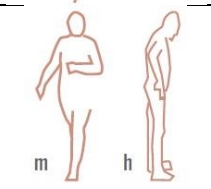
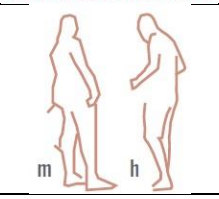
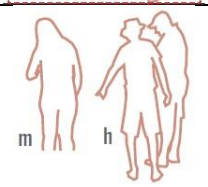
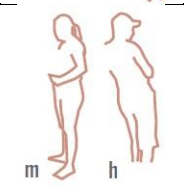
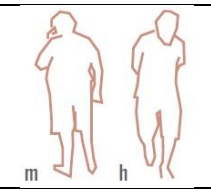
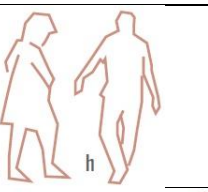
Após visualizar os fluxos responsáveis por influenciar na espacialização da ocupação por estruturas não formais dos trabalhadores do comércio informal e a criação de zonas de não normatividade, a análise seguiu para a interpretação da segmentaridade binária da área. Dessa maneira, ao tomar separadamente cada área identificada, foram contrapostos os corpos dos personagens e as estruturas espaciais que os contextualizavam. As estruturas variam no seu "grau" de adequação à normatividade, o qual pode ser percebido pelos materiais utilizados (tábuas, lonas, caixotes etc.), se é uma estrutura fixa ou não, e a maneira como a intervenção se inseriu na área. Entretanto, todas as áreas possuem algo proveniente da informalidade. Muitos dos trabalhadores do comércio informal têm em suas performatividades a marca da informalidade presente em diversas camadas das suas vidas. Por exemplo, a casa onde essas pessoas moram, como será a estrutura física? Qual foi o terreno onde foi construída? Onde se localiza na cidade? Como funciona os serviços de fornecimento de água e energia? Qual o transporte utilizado por eles? Dessa forma, apropriar-se de uma área da cidade e, através de uma intervenção espacial, possibilitar a execução do seu trabalho e bem-estar é algo frequente, também, em outros aspectos da vida dessas pessoas. Além de ser um tipo de representação da performatividade, pois "o corpo cria a partir do que vive".

Ao dar continuidade a análise dos dados levantados segundo a segmentaridade binária, a contraposição entre cada zona espacial identificada e os corpos dos personagens da área possibilitou a visualização das diferentes estruturas espaciais em cada zona. As barracas da rua das Calçadas [01], por exemplo, relacionam-se espacialmente com as fachadas dos edifícios, pois usam a sua estrutura como apoio para produtos. As barracas também se relacionam com a rua e a calçada, ao ocuparem a sua extensão e usarem os seus limites como guia no ordenamento. Além disso, na rua das calçadas, ainda existem os quiosques. De maneira geral, as barracas dessa área possuem uma estrutura mais improvisada e móvel e utilizam como materiais construtivos, principalmente, carros de mão maiores e de madeira, guarda-sóis, lonas e tábuas. Já a área destinada à venda de panelas, artigos em couro e roupas [02] possui uma estrutura mais fixa, visto que as "lojas" se dividem embaixo de uma grande coberta. A feira [03] tem como limites principais o edifício do Mercado e os quiosques, mas

ela também se expande para a praça Dom Vital. Na praça, as barracas têm uma estrutura próxima às existentes na rua das Calçadas, porém, mais ao leste, as áreas das barracas são formadas por caixotes e possuem um espaço maior. Por fim, a área destinada a flores e a ervas [04] é composta, em sua maioria, por quiosques, mas também algumas barracas estão presentes. Suas principais relações de implantação no espaço são com a calçada, rua e fachadas das edificações.

A partir da observação dos elementos compositivos das ocupações em cada área, foi feita a tabela 3 abaixo com uma síntese dos corpos identificados no espaço. Uma tentativa de visualizar melhor os aspectos corporais de cada grupo de personagem, em cada área do recorte de estudo. Para isso, foi identificada a postura mais recorrente em cada grupo na análise das fotos registrada no apêndice A.

Quadro 14 - Síntese da contraposição corpo e espaço

Personagens	**[01] Rua das Calçadas: barracas, fachadas, calçada e rua.**	**[02] Panelas, artigos em couro e roupas: grande coberta, calçada, rua, fachadas e quiosques.**	**[03] Feira: praça Dom Vital, barracas, rua, calçada e edifício do Mercado.**	**[04] Flores e ervas: quiosques, calçada, rua e fachadas.**
Trabalhadora e trabalhador do comércio informal				
Clientes mulheres e homens				
Pedestres mulheres e homens				
Outros mulheres e homens				

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A partir da observação da tabela 03, dois espaços se diferenciam das posturas restantes: os trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal na feira [área 03] e os que vendem panelas, artigos em couro e roupas [área 02]. Os corpos dessas pessoas aparecem de maneira

mais sedimentada, apresentam-se mais confortáveis com o ambiente ao seu redor e menos em alerta. A estrutura das barracas dessas duas áreas é diferente, uma mais fixa e perto de uma possível legitimidade (a grande coberta na área 02) do que a outra (a feira). Entretanto, credita-se a corporalidade mais relaxada desses corpos não a uma estrutura física do espaço, mas a uma segurança garantida pela organização dos trabalhadores e do poder público. A feira já existe na área faz um bom tempo, e grande parte dos seus trabalhadores são cadastrados pela prefeitura. Já a zona de panelas, artigos em couro e roupas é uma das partes com grande adensamento de ocupação do comércio informal e é acobertada por uma certa legitimidade na sua inserção espacial. Dessa maneira, um padrão performativo mais sedimentado é impulsionado pela segurança de uma área mais próxima a uma legitimidade. Essa camada pode se relacionar a uma ocupação reconhecida formalmente ou uma estrutura que promova um certo reconhecimento. Nesses casos, a performatividade parece parar de operar como uma necessidade de se fazer enxergar e de delimitar uma área (colunas referentes as área [01] e [04] da tabela 03) para simplesmente estar no espaço da cidade, a partir do momento em que esses corpos são reconhecidos pelas camadas de poder atuantes na organização do espaço.

Além das observações já realizadas, vale frisar as diferentes apropriações dos espaços percebidas entre os homens e as mulheres, principalmente na praça Dom Vital, um espaço onde o estar não é associado a uma obrigatoriedade por conta do tipo de uso recreativo. A praça no final da tarde acomoda uma grande quantidade de usuários. Entretanto, a discrepância entre a quantidade de homens e mulheres é bem evidente. A performatividade construída histórica e socialmente nas mulheres da cidade do Recife é perpassada pela domesticidade, como exposto no início da dissertação através das ideias da arquiteta Lúcia Leitão. Dessa forma, ocupar corporalmente espaços públicos dominados pelos homens ainda se mostra um grande desafio. No caso da quadra do Mercado de São José, a predominância da área é masculina, porém existem as rupturas. E é a partir das rupturas existentes na sociedade que se transformam convenções e costumes já estabelecidos.

7.1 ESPAÇOS PERFORMATIVOS DISRUPTIVOS

Após a análise de todas as etapas da pesquisa realizada na área de estudo e os apontamentos de alguns resultados, foi possível desenvolver um conceito sobre como se conformam os corpos e o espaço do entorno do mercado de São José. O conceito propõe um modo de ser do espaço - uma possibilidade espacial - e toma como indispensável a presença do corpo

performativo como principal produtor desse espaço, principalmente através da representação dos seus personagens.

A perspectiva de análise desenvolvida na segmentaridade binária permitiu uma caraterização mais detalhada das áreas do entorno do Mercado de São José e dos corpos que circulam e habitam aquele espaço. Nos quadros-síntese, as características físicas e espaciais mais marcantes das ocupações foram identificadas como as suas liminaridades em relação a inserção espacial (calçada – rua, calçada – fachada, etc.); a utilização de materiais como guarda-sóis, tábuas, caixotes e lonas; e uma relação limiar também com a normativa, pois em alguns casos as estruturas se aproximam mais de uma legitimação e em outros se distanciam. A observaçãodas características físicas do espaço ajudou a compreender as intervenções informais como uma continuação – ou expansão - dos usos e das estruturas formais existente, principalmente por suas características limiares. Já nos quadros-síntese com a caracterização dos corpos, foram descritos as interações gestuais, os movimentos corporais e os seus percursos, mas além da descrição dessas características se percebeu uma composição performativa que constrói significados no espaço da cidade, mesmo atravessando rupturas normativas. Esses significados são os responsáveis por trazer para o espaço as suas características particulares.

Além disso, a construção desse enunciado sobre uma possibilidade de entendimento de um tipo de espaço foi atravessada tanto pelos quadros com as sínteses das características espaciais e corporais encontradas por meio de uma reflexão da segmentaridade binária da área de estudo, como por todas as informações identificadas e dados levantados nas etapas de análise precedentes, as segmentaridades linear e circular.

Durante a discussão dos resultados da pesquisa na sessão anterior, falou-se sobre as zonas de informalidade. No entanto, o espaço do entorno do Mercado vai além de suas características não formais, pois acrescenta algo ao significado do lugar. Por isso, sentiu-se a necessidade de tomar esse espaço como algo que cria possibilidades e novas estruturas. Essas estruturas são a materialização das intervenções dos corpos performativos no espaço. Além disso, os corpos na área de estudo também produzem novos significados a partir da ruptura, pois são os responsáveis por fazer existir toda a dinâmica do comércio informal, sejam esses corpos de clientes, trabalhadores do comércio informal ou pedestres.

Dessa forma, chegou-se ao conceito de espaços performativos disruptivos. A palavra disruptiva corresponde a um adjetivo oriundo do verbo romper e romper pode significar

interromper o curso regular, perturbar, atravessar, mas também significa dar começo a, penetrar, brotar. Assim, caracterizar o espaço do entorno do Mercado de São José e as performatividades que o fazem de disruptivos significa reconhecer uma ruptura à estrutura formal da cidade, tal como a origem de algo complementar ao espaço formal. Por isso, o conceito de espaços performativos disruptivos é algo indissociável também dos corpos e suas performatividades, pois são eles que fazem o espaço e o significam através das suas vivências cotidianas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ABERTURAS

A última parte desta dissertação traz as considerações finais em relação ao problema de pesquisa investigado durante este trabalho - como pensar a cidade para as diversas performatividades, ao levar em consideração os corpos além dos determinados normativos? - e algumas aberturas importantes para o tema da pesquisa sobre a produção da cidade. Para tanto, serão retomadas as etapas de trabalho, os resultados apresentados serão discutidos e o processo metodológico será ponderado. Além disso, a questão e a análise realizada nesta dissertação também serão relacionadas com a prática urbanística executada pela prefeitura da cidade do Recife, que interveio recentemente na área de estudo.

A primeira parte da dissertação se destinou a consolidação e entendimento de conceitos importantes para a pesquisa. Primeiramente, debruçou-se sobre o conceito de performatividade da filósofa Judith Butler. A primeira aproximação com o termo surgiu do interesse de investigar questões relacionadas ao corpo, porém o conceito foi além, ao trazer importantes questões políticas contemporâneas, como o questionamento dos padrões normativos impostos. Junto com os conceitos de micropolítica e macropolítica, trazidos pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, o questionamento da normatividade se tornou uma questão importante para pesquisa, principalmente, no modo como as cidades são pensadas e produzidas. A investigação dos conceitos de micropolítica e macropolítica trouxe à tona as suas composições segmentadas e os tipos de segmentaridades existentes: linear, circular e binária. Dessa forma, as segmentaridades foram utilizadas como estrutura do processo de análise da pesquisa.

A segunda parte da dissertação se voltou para a análise do objeto de estudo: os espaços no entorno do Mercado de São José, área importante para o centro da cidade do Recife e com uma atmosfera comercial e popular. Para tanto, foi aplicado um processo metodológico baseado no conceito das segmentaridades linear, circular e binária. A ordem utilizada na apresentação das segmentaridades da área foi uma escolha pessoal, em uma tentativa de criar um processo mais cronológico e coeso. De maneira geral, a experiência de utilizar as segmentaridades como etapas em um processo de análise se mostrou um procedimento indutivo, pois foram utilizadas 127 fotografias para construir a análise do objeto, através da caracterização das performatividades e das ocupações da área.

Desse modo, é possível apontar as contribuições para a pesquisa de cada etapa de análise à luz das segmentaridades. A segmentaridade linear contribuiu com a construção histórica e do processo de ocupação da área de estudo, o que resultou em uma caracterização da sua atmosfera em comercial e popular. Isso foi importante para entender algumas estruturas espaciais e relações sociais existentes até recentemente, como a feira ao redor do Mercado de São José. Além disso, por meio da noção dessa segmentaridade também foram identificados os personagens e as normas atuantes na área, informações essenciais para o desenvolvimento das outras etapas da pesquisa. Vale apontar como a caracterização histórica e do processo de ocupação se deu de maneira totalizante, pois a estrutura da abordagem e as fontes utilizadas partiram de um conhecimento padrão, o que leva ao questionamento de outros processos lineares existentes na área, os quais podem se conformar como rupturas a essa estrutura abordada e contribuir com outros olhares.

A análise realizada com base no conceito de segmentaridade circular trouxe resultados sobre os modos de conformação das ocupações mais densas existentes no entorno do Mercado de São José. A partir dos conceitos de macropolítica e micropolítica, a leitura da área chegou aos fragmentos espaciais, os quais foram utilizados para a etapa seguinte da pesquisa. Essas áreas foram identificadas ao se buscar entender quais os fatores responsáveis por estimular certas configurações de ocupação no espaço.

Por fim, a análise por meio da segmentaridade binária trouxe uma maior quantidade de características com relação aos corpos dos personagens e das ocupações na área. Essa etapa do processo interpretou as relações de ocupação espacial promovidas pelo corpo performativo e resultou no apontamento dos materiais construtivos utilizados nessas intervenções, nas formas como as ocupações se inserem no espaço público e o apontamento do cumprimento ou não das legislações. Em relação aos corpos dos personagens, foi possível interpretar os seus gestos de interação e quais foram os movimentos executados. Além disso, vale destacar como as características corporais e espaciais destacadas nessa etapa da análise se relacionam com as marcas estruturais existentes nos corpos performativos das pessoas de baixa renda no Brasil. No caso da pesquisa, as produções espaciais dos trabalhadores do comércio informal da área se relacionam com suas outras vivências corporais, como o morar, o circular e o brincar, provavelmente, também marcados pela informalidade.

Diante disso, ao interpretar todos os resultados alcançados na pesquisa foi possível desenvolver um conceito responsável por resolver o objetivo principal do trabalho:

caracterizar as relações de apropriação do espaço urbano pelos diversos corpos performativos – através de uma perspectiva normativa ou não normativa – e estruturada nas segmentaridades linear, circular e binária. O conceito, como já discutido, é o de espaços performativos disruptivos. Esta contribuição se mostra importante para a prática urbanística, pois, como foi abordado no início do trabalho, a prática do urbanismo está em processo de atualização dos seus mecanismos de atuação. Por isso, os corpos, principalmente em suas camadas performativas, as quais carregam uma grande carga política, são um instrumento muito importante na formulação de novas abordagens do urbano. Afinal, é preciso "olhar não só para o território, mas também para quem é atingido nesse processo" (MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor, 2019). Dessa maneira, olhar para o espaço urbano, através da sua relação com o corpo performativo, mostrou-se uma ferramenta rica na apreensão da cidade, principalmente ao tomar os espaços como "espaços performativos disruptivos", pois se compreende a ruptura normativa que ocorre, mas também os significados que começam a se fazer presente através dessas rupturas.

A estrutura da análise, através das segmentaridades, possibilitou lançar um olhar de múltiplas faces para área, como era de se esperar, pois, segundo Deleuze e Guattari, as segmentaridade conformam os diversos modos de vida. No entanto, as diversas possibilidades de abordagem das segmentaridades poderiam assumir diferentes configurações no trabalho, algumas mais próximas as estruturas normativas e outras mais distantes. No caso desta dissertação, buscou-se uma costura entre o normativo e o não normativo, em uma tentativa de mostrar como a coexistência entre esses dois padrões funciona.

Além das questões já discutidas, a questão de gênero também ficou evidente nos corpos estudados, até por ser algo muito marcado por questões políticas e normativas e objeto de estudo que originou o conceito formulado por Judith Butler. Ficou evidente o sufocamento existente nos espaços públicos destinados ao estar das mulheres, pois poucas mulheres os ocupam (caso da praça Dom Vital). Pensar em um espaço que abrigue as diversas performatividades é, também, uma tentativa de ressignificar as estruturas patriarcais existentes na sociedade brasileira.

Durante o final do processo de desenvolvimento desta dissertação, no segundo semestre de 2019, os trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal que estavam localizados na feira ao redor do Mercado de São José, nos boxes de flores e ervas e na área destinada à venda de panelas, produtos em couro e roupas foram removidos. A prefeitura da cidade do Recife

inaugurou um centro comercial no cais de Santa Rita, onde locou os trabalhadores. A estrutura é uma grande coberta sobre diversos boxes. A prefeitura afirma ter alocado no novo centro comercial grande parte dos trabalhadores da área de entorno do Mercado. Contudo, alguns afirmam não terem conseguido se cadastrar com a prefeitura e, consequentemente, não tiveram direito a um boxe no novo espaço.

O novo centro comercial começou a funcionar em setembro de 2019 e muitas dúvidas ainda perpassam a sua atuação, como a rentabilidade das vendas para os comerciantes e uma possível volta do comércio informal para os limites do Mercado de São José. A prefeitura se mostra muito confiante no projeto e na permanência do espaço livre no entorno do Mercado, como pode ser percebido na declaração para o jornal Folha de Pernambuco (2019) do secretário de Mobilidade e Controle Urbano (Semoc):

> Eu acho que tem se criado um sentimento de pertencimento, um zelo maior pela cidade do Recife. Acredito que ninguém vai permitir essa retomada desordenada do espaço. Agora, aqueles que forem comercializar no entorno não vamos deixar em hipótese alguma (BRAGA, João, 2019).

Dessa forma, pela primeira vez desde o século XVIII, o espaço localizado na frente da basílica da Penha se encontra "ordenado", resultado de um surgimento de um "sentimento de pertencimento".

As imagens 71, 72 e 73 mostram a situação atual do entorno "ordenado" do Mercado de São José. Vale a pena retomar o conceito desenvolvido na pesquisa de "espaços performativos disruptivos", pois a remoção das ocupações, mas, principalmente, dos corpos que as faziam, transformou completamente a área. Os corpos dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal, dos pedestres envoltos naquele contexto e dos clientes, todos exercendo as suas performatividades não estão mais lá. O espaço performativo disruptivo deixar de existir, visto que os corpos performativos não fazem mais aquela área de cidade e, consequentemente, não agregam significados ao espaço. Em seu lugar, ficou somente o vazio e o futuro projeto de transformar a área em zona azul.

A partir dos campos teóricos utilizados no trabalho, da análise da área de estudo e dos resultados apresentados, é possível caracterizar a intervenção realizada pela prefeitura como uma ação fundamentada predominantemente em estruturas macropolíticas, pois as legislações atuantes no espaço foram postas em uso. Entretanto, grande parte das segmentaridades existentes que perpassam o corpo performativo dos usuários da área e o espaço foram ignoradas. Leis, que até pouco tempo eram descoladas da realidade da dinâmica do cotidiano do espaço, passam agora a imperar. Os corpos performativos desviantes foram neutralizados,

relocados e padronizados pelo poder municipal, através de uma intervenção urbanística. Esse fato tornou esta pesquisa ainda mais urgente, pois ela evidencia a descaracterização sofrida por esse espaço limiar ao Mercado de São José e sugere caminhos para pensar uma cidade mais democrática.

Através dos comentários sobre os resultados trazidos, pretendeu-se dar sinais de como pensar a cidade através das performatividades, em uma tentativa de produzir uma cidade menos opressora e com projetos não higienistas focados em uma estética global disseminada pelo liberalismo econômico. Dessa maneira, buscou-se explorar a questão trazida no início da pesquisa durante toda esta dissertação, atravessada não só por conteúdos sobre o corpo performativo, a cidade, a normatividade, mas também a micropolítica e a macropolítica. Vale destacar a tentativa de não fazer juízo de valor entre a macropolítica e a micropolítica. Afinal, as duas coexistem e são essências no cotidiano dos espaços urbanos. O que se visou foi mostrar como essas duas forças políticas agem e podem ser aliadas no processo de interpretação e do pensar de uma cidade, principalmente, através de uma ótica oriunda dos corpos performativos que ocupam o lugar, para, assim, pensar em cidades mais democráticas e que abriguem as diversas performatividades.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira De Normas Técnicas. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

Avenida Conde da Boa Vista é exemplo de descontrole urbano. Jornal do Commercio. Recife, 6 de abril de 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/04/06/avenida-conde-da-boa-vista-e-exemplo-de-descontrole-urbano-334196.php>. Acesso em: junho de 2019.

BRITTO, Fabiana Dultra; SETENTA, Jussara Sobreira. **Performatividades**. In: Gestos urbanos, BRITTO e JACQUES (org.). Salvador: EDUFBA, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **Le deuxième sexe**: Les faits et les mythes. Paris: Éditions Gallimard, 1949.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Performative acts and gender constitution**: An essay in phenomenology and feminist theory. Theatre journal, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988. Disponível em: <https://www.amherst.edu/system/files/media/1650/butler_performative_acts.pdf>. Acesso: junho de 2017.

_____. **Sex and gender in Simone de Beauvoir's Second Sex**. Yale French Studies, n. 72, p. 35-49, 1986. Disponível em: <https://programaddssrr.files.wordpress.com/2013/05/sex-and-gender-in-simone-de-beauvoirs-second-sex.pdf>. Acesso em: abril de 2018.

Camelódromo agoniza no Centro do Recife. Jornal do Commercio. Recife, 05 de manio de 2016. Disponível em: < https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/05/05/camelodromo-agoniza-no-centro-do-recife-234218.php>. Acesso em: setembro de 2019.

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1947.

Dantas Barreto, a cara da desordem. Jornal do Commercio. Recife, 25 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodorecife.org.br/dantas-barreto-a-cara-da-desordem/>. Acesso em: setembro de 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos entre-lugares**: sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Editora Senac, 2012.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Mercado de São José**: contando histórias em um lugar de memória. Simpósio Nacional de História, ANPUH, v. 25, 2009.

IPHAN. **Encarte Rotas do patrimônio**: uma viagem através da história - Recife, Mercado de São José. Recife, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas**. Arquitextos, ano 08, 2008. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: dezembro de 2019.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil**: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos. Recife: Editora UFPE, 2014.

Mercado de São José tem entorno reordenado. Folha de Pernambuco. Recife, 1 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2019/09/01/NWS,115125,70,449,NOTICIAS,2190-MERCADO-SAO-JOSE-TEM-ENTORNO-REORDENADO.aspx>. Acesso em: janeiro de 2020.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. **Habitar no centro histórico**: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: WSF Martins Fontes, 2006.

MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor. **A quem serve a arquitetura e o urbanismo?**. Archdaily, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/930184/a-quem-serve-a-arquitetura-e-o-urbanismo>. Acesso em: janeiro de 2020.

PALLAMIN, Vera. **Performatividades e visibilidades**. In: Gestos urbanos, BRITTO e JACQUES (org.). Salvador: EDUFBA, 2017.

RECIFE. Lei no 16.176. **Estabelece a Lei de Uso e ocupação do solo da cidade do Recife**. Recife, 1996.

RECIFE. Lei no 16.292 de 29 de janeiro de 1997. **Regula as atividades de edificações e instalações, no município do Recife, e dá outras providências**. Recife, 1997.

RECIFE. Lei no 16.890 de 11 de agosto de 2003. **Altera a seção iv do capítulo ii da Lei 16.292, de 29 de janeiro de 1997 - lei de edificações e instalações na cidade do Recife**. Recife, 2003.

RECIFE. Decreto no 20.604 de 20 de agosto de 2004. **Regulamenta a lei no 16.890, de 11 de agosto de 2003, que altera a seção iv do capítulo ii, título iv da Lei 16.292, de 29 de janeiro de 1997 - Lei de edificações e instalações na cidade do recife -, consolida normas de construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas**. Recife, 2004.

REYNALDO, Amélia; REYNALDO MAIA ALVES, Paulo. **Origem da expansão do Recife**: divisão do solo e configuração da trama urbana. In: V Seminario Internacional de Investigación em Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, p. 877-890, 2013.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SANSÃO, Adriana Fontes. **Amabilidade urbana**: marcas das intervenções temporárias na cidade contemporânea. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em urbanismo, 2011.

SANSOT, Pierre. **Poétique de la ville**. Paris: Éditions Payot e Rivages, 2004.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SETENTA, Jussara Sobreira. **O fazer-dizer do corpo**: dança e performatividade. Salvador: EDUFBA, 2009.

Vias de São José à espera de redenção. Folha de Pernambuco. Recife, 28 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/07/28/NWS,36005,70,449,NOTICIAS,2190-VIAS-SAO-JOSE-ESPERA-REDENCAO.aspx>. Acesso em: setembro de 2019.

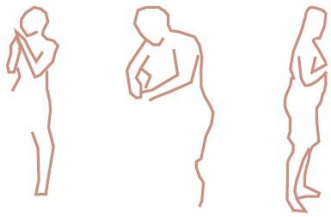
ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

APÊNDICE A – POSTURAS DOS PERSONAGENS DA ÁREA DE ESTUDO

[01] Produtos diversos na rua das Calçadas

Trabalhadoras do comércio informal

Destaque dos corpos



Trabalhadores do comércio informal

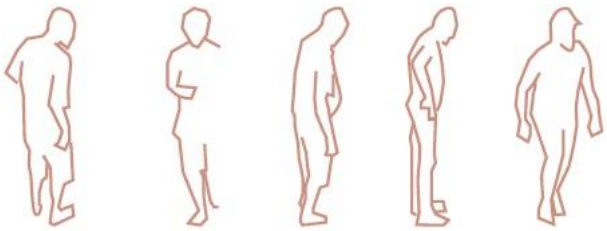
Destaque dos corpos

Clientes mulheres

Destaque dos corpos

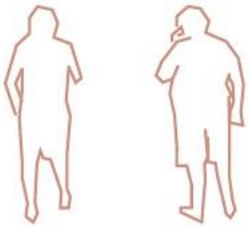
Clientes homens

Destaque dos corpos



Pedestres mulheres

Destaque dos corpos



Pedestres homens

Destaque dos corpos

[02] Área com panelas, produtos em couro e roupas:

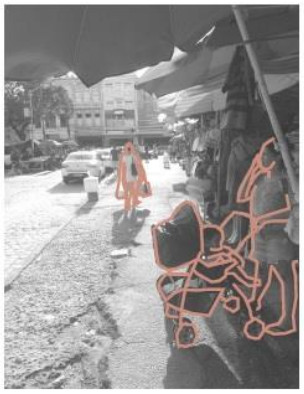
Trabalhadoras do comércio informal

Destaque dos corpos

Trabalhadores do comércio informal

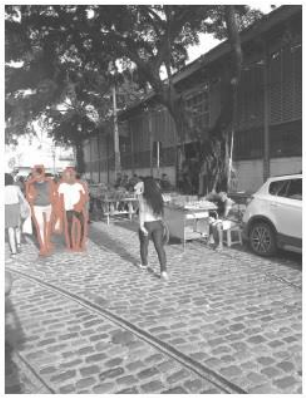
Destaque dos corpos

Clientes mulheres

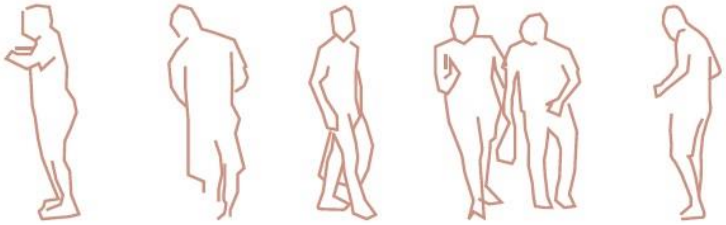


Destaque dos corpos

Clientes homens



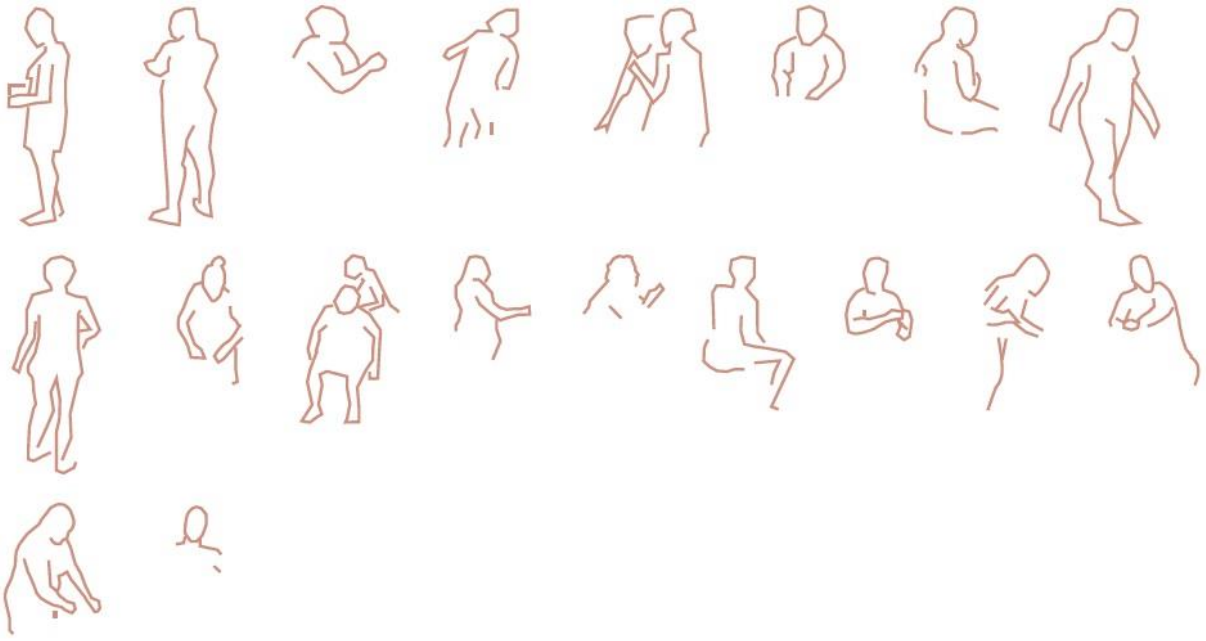
Destaque dos corpos



[03] Feira:

Trabalhadoras do comércio informal

Destaque dos corpos

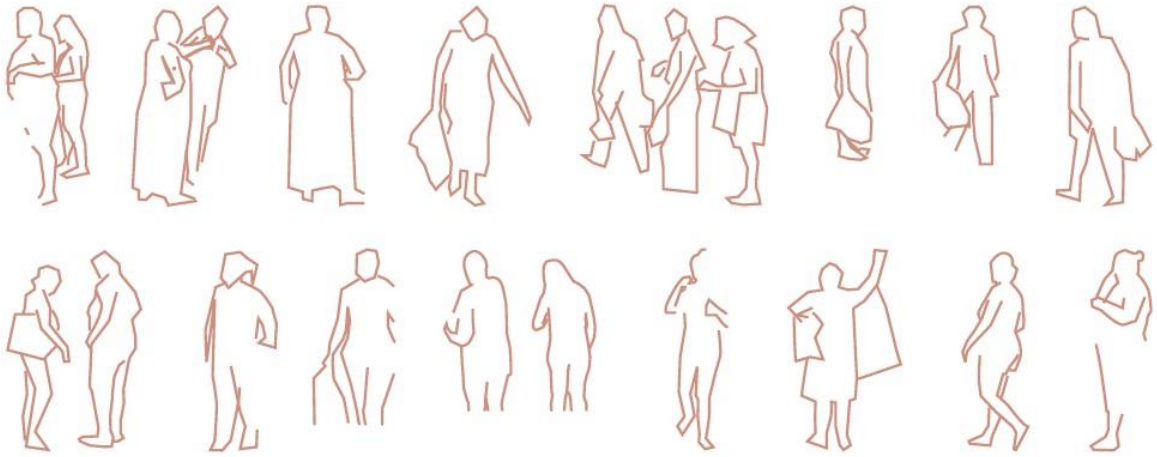


Trabalhadores do comércio informal

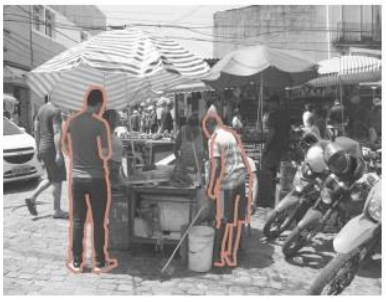
Destaque dos corpos

Clientes mulheres

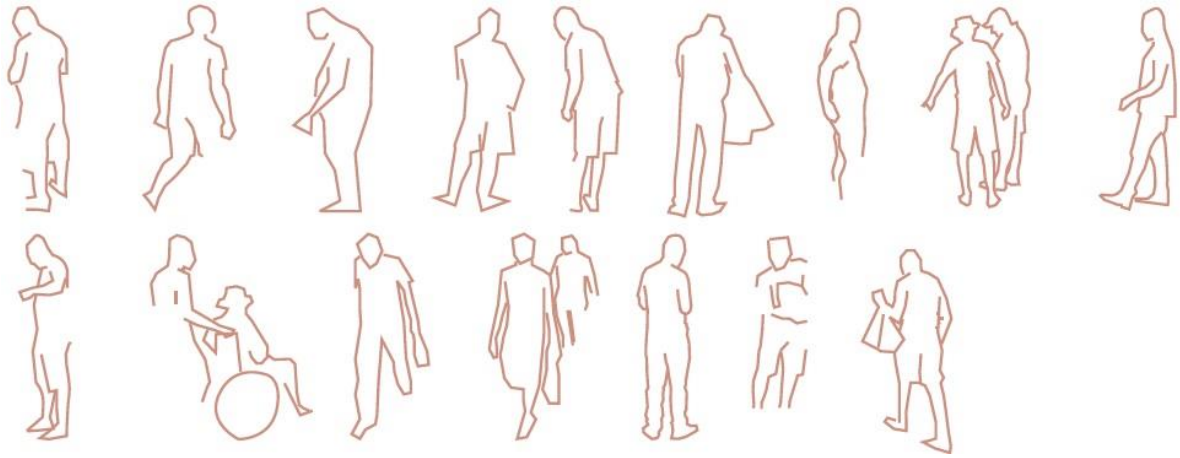
Destaque dos corpos



Clientes homens

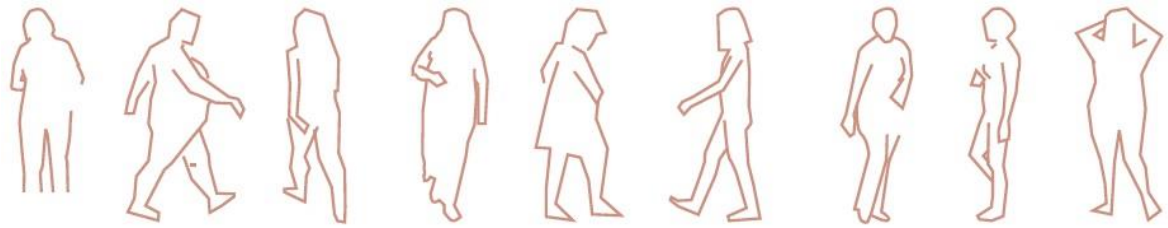


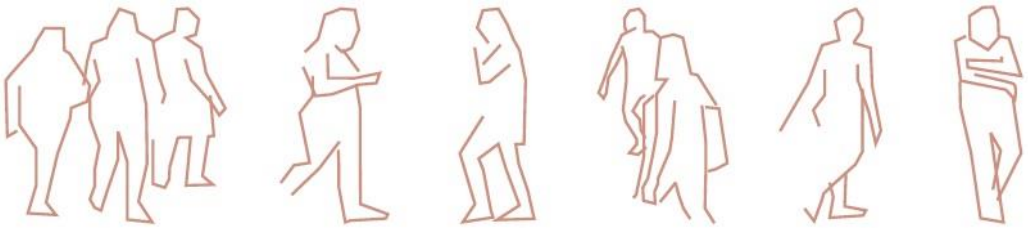
Destaque dos corpos



Pedestres mulheres

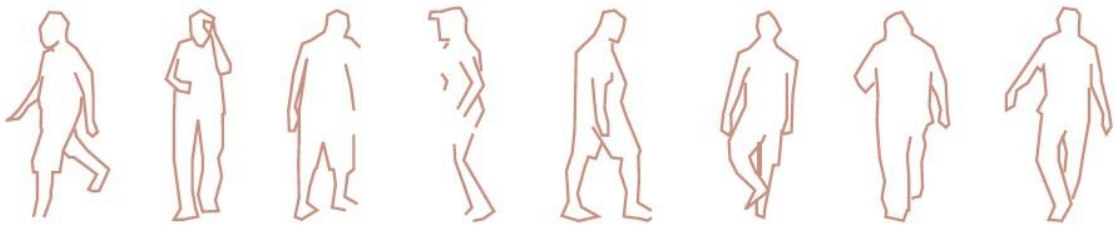
Destaque dos corpos

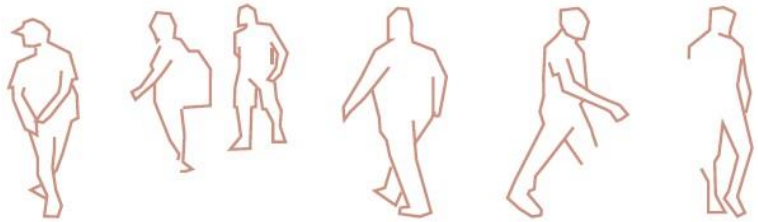




Pedestres homens

Destaque dos corpos



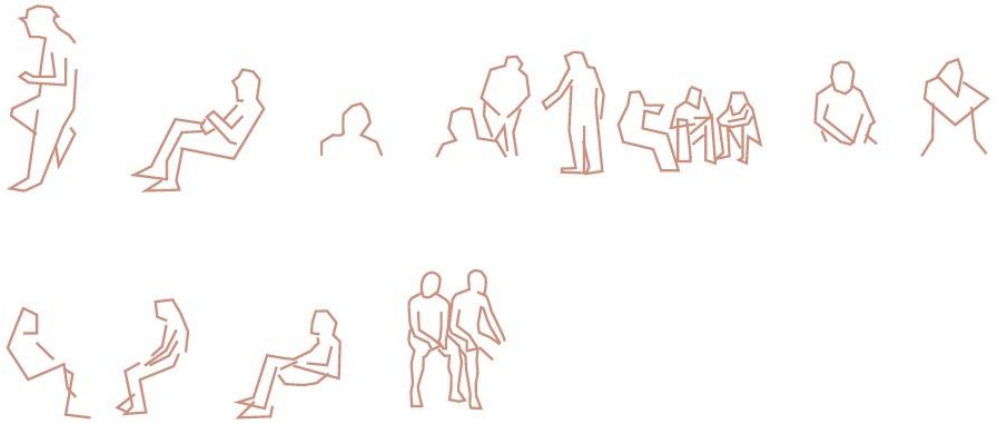


Outras encenações no espaço – mulheres

Destaque dos corpos

Outras encenações no espaço - homens

Destaque dos corpos



[04] Flores e ervas:

Trabalhadoras do comércio informal

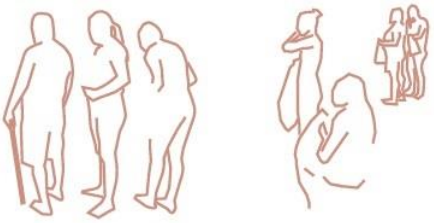
Destaque dos corpos

Trabalhadores do comércio informal

Destaques dos corpos

Clientes mulheres

Destaque dos corpos



Clientes homens

Destaques dos corpos

ANEXO A – PRINCIPAIS ARTIGOS, INCISOS E PARÁGRAFOS DAS LEGISLAÇÕES UTILIZADAS NA PESQUISA

Lei 16.890/03 (altera a seção IV do capítulo II da lei 16.292, de 29 de janeiro de 1997 - Lei de edificações e instalações na cidade do Recife):

Art. 41 As paredes de fachada em edificações, que possam ser construídas no alinhamento do logradouro, ficam sujeitas às seguintes condições: I - poderão ter saliências em balanço em relação ao alinhamento do logradouro, quando: c) estejam situadas à altura de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) acima de qualquer ponto do passeio público; II - poderão ter marquises, quando: a) o corpo saliente situar-se à altura mínima de 2.80m (dois metros e oitenta centímetros) acima de qualquer ponto do passeio público;

Art. 221 § 1o A manutenção e recuperação caberá ao Poder Público Municipal nos seguintes casos:

I - das frentes de água (rios, lagoas, canais e praias), dos canteiros centrais de vias, das praças, dos parques e de imóveis públicos municipais localizados em logradouros públicos;

II - de alteração do nivelamento, redução ou estragos ocasionados pelo Município e seus delegados;

III - de rampas nos cruzamentos das travessias sinalizadas e nos canteiros centrais das vias públicas.

Art. 223 Quando da apresentação dos projetos de engenharia e arquitetura aos órgãos competentes, devem ser incluídos os projetos dos passeios públicos ou calçadas para sua devida aprovação e análise, segundo critérios definidos na ABNT - NBR 9050.

Art. 200 VII - colocação de portões em muros de alinhamento já existentes, vedada a sua abertura sobre o passeio público. Decreto 20.604/04 Art. 1o A Política de Controle e Fiscalização na construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar a acessibilidade e segurança aos pedestres, em especial as pessoas com deficiência, sem prejuízo dos princípios e normas já consolidadas no ordenamento jurídico.

Decreto 20.604/04: Regulamenta a lei 16.890, de 11 de agosto de 2003, que altera a seção IV do capítulo II – Lei de Edificações e instalações na cidade do Recife -, consolida normas de construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas.

Capítulo I - Disposições gerais: Art. 1o A Política de Controle e Fiscalização na construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar a acessibilidade e segurança aos pedestres, em especial as pessoas com deficiência, sem prejuízo dos princípios e normas já consolidados no ordenamento jurídico.

§ 3o Na construção, manutenção e recuperação dos passeios e calçadas, serão observadas as regras estabelecidas neste Decreto, as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as disposições contidas em legislação federal, estadual e municipal.

Art. 3o I - passeios públicos ou calçadas: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro.

III - faixa exclusiva de circulação de pedestres: faixa contínua na calçada ou passeio, livre de obstáculo, destinada ao pedestre, com largura mínima de 1,50m em calçadas com largura igual ou superior a 2,50m, e de 0,90m em calçada com largura inferior a 2,50m.

IV - Faixa de serviço: área de passeio ou calçada destinada à implantação de mobiliário urbano.

IX - Mobiliário urbano: todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do Poder Público em espaços públicos ou privados - ABNT - NBR 9050.

Art. 4o São responsáveis pela construção, manutenção e recuperação dos passeios ou calçadas:

I - O Município;

II - O proprietário;

III - O ocupante do imóvel.

§ 1o A responsabilidade do Poder Público municipal se dá nos seguintes casos:

a) das frentes de água (rios, lagoas, canais e praias), dos canteiros centrais de vias, das praças, dos parques e de imóveis públicos municipais localizados em logradouros públicos; b) de rampas nos cruzamentos das travessias sinalizadas e nos canteiros centrais das vias públicas;

c) de alteração do nivelamento, redução ou estragos ocasionados pelo Município e seus delegados.

SEÇÃO III - Das obstruções das calçadas e passeios públicos: Art. 10 Na pavimentação do passeio, não será permitido obstáculo de caráter permanente, que impeça o livre trânsito dos pedestres.

Art. 11 A instalação de mobiliário urbano nos passeios públicos, tais como telefones públicos, caixas de correios, cestas de lixo, bancas de jornais e revistas, fiteiros, quiosques e outros, não deverá bloquear, obstruir ou dificultar o livre trânsito dos pedestres, em especial as pessoas com deficiência, o acesso de veículos, nem a visibilidade dos motoristas nas confluências das vias.

§ 1o A instalação de mobiliário urbano deverá ser permitida apenas na faixa de serviços.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - Norma Brasileira 9050 (ABNT - NBR 9050): Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

6.10 Circulação externa

6.10.4 Dimensões mínimas de faixa livre Calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres devem incorporar faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m e altura livre mínima de 2,10 m.

6.10.5 Interferências na faixa livre: As faixas livres devem ser completamente desobstruídas e isentas de interferências, tais como vegetação, mobiliário urbano, equipamentos de infra-estrutura urbana aflorados (postes, armários de equipamentos, e outros), orlas de árvores e jardineiras, rebaixamentos para acesso de veículos, bem como qualquer outro tipo de interferência ou obstáculo que reduza a largura da faixa livre. Eventuais obstáculos aéreos, tais como marquises, faixas e placas de identificação, toldos, luminosos, vegetação e outros, devem se localizar a uma altura superior a 2,10 m.

6.10.8 Dimensionamento das faixas livres: Admite-se que a faixa livre possa absorver com conforto um fluxo de tráfego de 25 pedestres por minuto, em ambos os sentidos, a cada metro de largura. Para determinação da largura da faixa livre em função do fluxo de pedestres, utiliza-se a seguinte equação: $L = F/K + \sum i \geq 1,20$.

Onde:

- L é a largura da faixa livre;

- F é o fluxo de pedestres estimado ou medido nos horários de pico (pedestres por minuto por metro);

- K = 25 pedestres por minuto; ∑i é o somatório dos valores adicionais relativos aos fatores de impedância.

Os valores adicionais relativos a fatores de impedância (i) são:

a) 0,45 m junto a vitrines ou comércio no alinhamento;

b) 0,25 m junto a mobiliário urbano;

c) 0,25 m junto à entrada de edificações no alinhamento.